



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - MESTRADO**

FERNANDO DOS ANJOS SOUZA

**EDUCANDÁRIO CORONEL FELÍCIO: A PARTICIPAÇÃO MILITAR NA
EDUCAÇÃO PÚBLICA DA FRONTEIRA BRASIL – PARAGUAI (1951-1980)**

**DOURADOS - MS
2012**

FERNANDO DOS ANJOS SOUZA

**EDUCANDÁRIO CORONEL FELÍCIO: A PARTICIPAÇÃO MILITAR NA
EDUCAÇÃO PÚBLICA DA FRONTEIRA BRASIL – PARAGUAI (1951-1980)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação, na linha de pesquisa de História da Educação, Memória e Sociedade. Área de Concentração: História, Políticas e Gestão da Educação
Orientador: Prof. Dr. Ademir Gebara.

**DOURADOS - MS
2012**

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central - UFGD

370.981 S729e	<p>Souza, Fernando dos Anjos. Educandário Coronel Felício : a participação militar na educação pública da fronteira Brasil – Paraguai (1951-1980) / Fernando dos Anjos Souza – Dourados, MS : UFGD, 2012. 141 f.</p> <p>Orientador: Prof. Dr. Ademir Gebara. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Grande Dourados.</p> <p>1. Educação – História. 2. Educação – Brasil. Militarismo na educação. 3. Educandário Coronel Felício. I. Título.</p>
------------------	---

FERNANDO DOS ANJOS SOUZA

**EDUCANDÁRIO CORONEL FELÍCIO: A PARTICIPAÇÃO MILITAR NA
EDUCAÇÃO PÚBLICA DA FRONTEIRA BRASIL – PARAGUAI (1951-1980)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação, na linha de pesquisa de História da Educação, Memória e Sociedade. Área de Concentração "História, Políticas e Gestão da Educação"

APROVADA:

___ de _____ de 2012

Orientador: Professor Dr. Ademir Gebara - UFGD

Professor Dr. Carlos Roberto da Silva Monarcha - UNESP

Professor Dra. Alessandra Cristina Furtado - UFGD

Ao Kian,

pelo seu nascimento e ter dado a oportunidade de conhecer uma parte da História.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que entenderam, incentivaram, apoiaram e conduziram a minha busca de novos conhecimentos. Registro o meu reconhecimento em especial para:

Ao nosso bom Deus, por nos ter envolvido em suas redes de proteção, conduzindo os meus passos em caminhos seguros no trajeto para a realização da pesquisa.

À Nair, querida esposa e companheira, pelo seu apoio e incentivo, essenciais para a manutenção do ânimo durante os períodos mais desafiadores.

Ao Fábio, meu irmão mais novo, pela confecção das plantas do Educandário Coronel Felício, dando um novo formato ao documento.

Aos meus colegas do programa, pela compreensão e auxílio que prestaram em vários momentos do curso.

À graduanda Ane Caroline, cujo convívio trouxe a compreensão de que ensinar também significa aprender.

Ao Bernardino, funcionário civil da extinta CER-3 e que permaneceu na 4ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada, pelo seu esforço incessante na manutenção do Acervo da CER-3.

À professora Rita, e aos ex-integrantes da CER-3, pela inspiração e subsídios que motivaram a pesquisa.

Ao professor Ademir Gebara, meu orientador, pela liberdade que concedeu durante a pesquisa, apontando os objetivos a serem atingidos e os rumos a serem percorridos.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação, pelos ensinamentos que enriqueceram o trabalho.

Aos professores Carlos Monarcha, Wesley Silva e Silvia Wolff, pela remessa de seus trabalhos, mostrando a possibilidade de superação das distâncias na procura de referências que trouxeram fundamentação ao texto.

Ao professor Paulo Cimó, por ter despertado o interesse pela pesquisa envolvendo a região sul do Estado de Mato Grosso do Sul.

A todos, muito obrigado!

“Tudo o que deve ser feito merece ser bem feito.”

(Lourenço Filho)

RESUMO

A dissertação tem a finalidade de evidenciar a participação do Exército Brasileiro na educação pública. O texto apresenta no início uma configuração histórica para o espaço delimitador do objeto da pesquisa: o município de Jardim, situado na região de fronteira do Brasil com o Paraguai, caracterizada pelo limite no rio Apa e por ter sido palco de um episódio da Guerra do Paraguai (1864-1870), que se tornou conhecido pela narrativa do Visconde de Taunay no livro “A Retirada da Laguna”. Com a configuração é demonstrado o interrelacionamento existente entre a presença militar e a formação do município. O texto prossegue com as evidências sobre a participação militar na educação pública, realizada pela Comissão de Estradas Número 3 (CER-3), uma organização militar destinada a obras rodoviárias e instalada na região, sucedendo a outras com denominações diferentes e que, após o reconhecimento estratégico pelo Estado brasileiro, foram criadas para prestarem serviços rodoviários na região. A presença militar na educação foi iniciada com o apoio ao funcionamento de cursos e escolas e estendeu-se até a instalação no município de Jardim de uma escola, denominada Educandário Coronel Felício, destinada aos estudos não apenas dos filhos dos funcionários da CER-3, mas com acesso para a população em geral. No texto é demonstrado que, apesar de estar sob a administração militar, o educandário diferenciava dos modelos tradicionais e conhecidos de escolas militares, onde ocorre a participação militar na educação. O limite temporal apresenta no início (1951) o ano que foi implantado o Curso de Alfabetização de Adultos em Jardim, e no final (1980) a estadualização do Educandário pelo Estado de Mato Grosso do Sul, saindo da administração militar. A metodologia aplicada na pesquisa envolveu a realização de análise documental e bibliográfica, centralizada nos documentos obtidos no Acervo da CER-3, como os boletins internos emitidos pela chefia da Comissão, acrescidas de aplicação de entrevistas com ex-professores do Educandário. Na fundamentação teórica, é utilizada a teoria proposta por Norbert Elias (1897-1990), sobre o processo civilizador. Além da participação diferenciada dos militares na educação pública, no texto são encontrados os aspectos formadores da cultura escolar do Educandário Coronel Felício, desde o início do funcionamento, como a arquitetura escolar, as práticas escolares e a seleção do primeiro diretor e primeiros professores.

PALAVRAS-CHAVE: fronteira; história da educação; cultura escolar; processo civilizador.

ABSTRACT

The dissertation aims to evidence the participation of the Brazilian Army in public education. At the beginning, the text presents a historic setting for the object's bounding area of research: the municipality of Jardim, situated in the border region of Brazil with Paraguay, characterized by the limit in the river Apa and for having been the scene of an episode of the Paraguay War (1864-1870), who became known for the narrative of the Viscount de Taunay in the book "A Retirada da Laguna". In the configuration is shown the interrelationships existing between the military presence and the formation of the municipality. The text continues with the evidences about the military involvement in public education, carried out by the Comissão de Estradas de Rodagem Numero 3 (CER-3), a military organization designed to roadworks and installed in the region, succeeding others with different denominations and that, after the recognition as strategic place by the Brazilian government, were designed to provide road services in the region. The military presence in education was started with the support for the operation of courses and schools and lasted until the installation of a school in the municipality, named Educandário Coronel Felício, aimed for the studies not only of the children of employees of CER-3, but with access to all population. In the text is demonstrated that, despite being under military administration, the educandário was differed from traditional models and acquaintances of military schools, where occurs the military participation in education. The temporal boundary is at the beginning (1951) the year that was implanted an course to teach adults to read and write in Jardim, and at the end (1980) the change to administration to the Mato Grosso do Sul state, leaving the military administration. The methodology applied in the research involved the realization of bibliographic and documentary analysis, centered on the documents obtained in the CER-3, as the internal bulletins issued by the head of the Commission, plus interviews with former teachers of Educandário. On the theoretical basis, is used the theory proposed by Norbert Elias (1897-1990), about the civilizing process. Besides the participation of the military in public education, in the text are found the representatives aspects of school culture of Educandário Coronel Felício, since the beginning of the operation, as the architecture, the school practices and the selection of the first Director and first professors.

KEY WORDS: border; history of education; school culture; civilizing process.

RESUMEN

La tesis tiene por objeto destacar la participación del Ejército brasileño en la educación pública. El principio de lo texto se cuenta una configuración histórica para la delimitación del espacio que rodea al objeto de la investigación: la ciudad de Jardim, situado en la frontera de Brasil con Paraguay, que es caracterizada por el límite en río Apa y por haber sido el escenario de un episodio de la Guerra del Paraguay (1864-1870), quien se hizo famoso de por mor la narrativa del Visconde de Taunay en el libro "A Retirada da Laguna". Con la configuración es presentada la relación entre la presencia militar y la formación del condado. El texto continúa con la presentación de evidencias de la participación militar en la educación pública, a través de la Comissão de Estradas de Rodagem Número 3 (CER-3), una organización militar destinada a obras viales y sucesora de otras con los nombres diferentes que se instalaron en la región, más que fueran creadas para los servicios de las carreteras, después de la reconocimiento estratégico del región por el gobierno brasileño. La presencia militar en la educación se inició con el apoyo de la operación de las escuelas y cursos y prosiguió con la instalación en la ciudad de Jardim de una escuela llamada Educandário Coronel Felicio, diseñada no sólo para los estudios de los hijos de los empleados de CER-3, pero con acceso a la población general. A pesar de estar bajo administración militar, el texto muestra que la escuela en Jardim diferenciava de los modelos tradicionales y conocidas del escuelas militares, donde ha una participación militar en la educación. El límites temporales de la investigación son: al principio cuando se implantó en el ciudad de Jardim el Curso de Alfabetización de Adultos (1951) y su término es el año cuando la passage del Educandário para el estado de Mato Grosso do Sul ocurrió, dejando a la administración militar (1980). La metodología aplicada en la investigación implicó el análisis de documentos y literatura, centrada en documentos obtenidos a partir de la Colección del CER-3 como los boletines internos expedidos por el Jefe de la Comisión, además de la aplicación de entrevistas a ex docentes del Educandário. En el marco teórico se utiliza la teoría propuesta por Norbert Elias (1897-1990), sobre el proceso civilizatorio. Además de la diferenciada participación de los militares en la educación pública, se encuentran en el texto los aspectos formadores de la cultura escolar del Educandário Coronel Felicio, desde el inicio de la operación, como la arquitectura de la escuela, las prácticas escolares y elección del primer director y primeros maestros.

PALABRAS CLAVES: frontera; historia de la educación; cultura escolar; proceso civilizatorio.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Localização do município de Jardim.....	18
Figura 02 - Faixa de Fronteira do Brasil.....	19
Figura 03 - Cemitério dos Heróis (Jardim – MS).....	26
Figura 04 - Prédio em Bela Vista da época da exploração da erva-mate.....	27
Figura 05 - Prédio em <i>Bella Vista</i> da época da exploração da erva-mate.....	28
Figura 06 - Área natural de ocorrência de erva-mate.....	30
Figura 07 - Quartel de Bela Vista.....	31
Figura 08 – Mapa da região sudoeste do Estado de Mato Grosso do Sul.....	32
Figura 09 - Quartel de Aquidauana.....	33
Figura 10 - Ponte sobre o rio Miranda - Guia Lopes da Laguna e Jardim – MS.....	35
Figura 11 - Sede do 4º Batalhão Rodoviário na Fazenda Jardim.....	37
Figura 12 - Primeiras residências de Jardim – MS.....	38
Figura 13 - Escola Reunida.....	57
Figura 14 - Antiga fachada do Grupo Escolar Coronel Juvêncio.....	60
Figura 15 - Apresentação de Ginástica em Jardim.....	62
Figura 16 - Resultados dos exames na Escola Rural do Canindé.....	75
Figura 17 – Planta do Educandário Coronel Felício.....	87
Figura 18 – Planta arquitetônica da fachada do Educandário Coronel Felício.....	89
Figura 19 – Fotografia da fachada do Educandário Coronel Felício.....	89
Figura 20 – Pátio interno do Educandário Coronel Felício.....	90
Figura 21 - Planta da cobertura do Educandário Coronel Felício.....	91
Figura 22 - Planta baixa e fachada do jardim de infância.....	92
Figura 23 – Situação da entrada e fachada do Educandário Coronel Felício.....	93
Figura 24 - Caderno com planos de aula da professora.....	113

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 01 - Resultados da pesquisa no Portal Domínio Público.....	48
Quadro 02 – Material adquirido em Aquidauana para o Grupo Escolar Cel Juvêncio.....	62
Quadro 03 - Quadro de Trabalho do Curso de Admissão.....	70
Quadro 04 - Resultados do Exame de Admissão no Ginásio Cândido Mariano (dezembro de 1956).....	72
Quadro 05 - Horários e Livros textos da Escola Primária do Canindé.....	77
Quadro 06 - Capa e ficha catalográfica dos livros didáticos adotados na escola do acampamento.....	78
Quadro 07 - Diretores do Educandário Coronel Felício.....	98
Quadro 08 - Horário das aulas do Curso “Currículo de Professores do Grupo Escolar da CER-3”.....	101
Quadro 09 – Relação dos professores admitidos para o Educandário da CER/3.....	103
Quadro 10 - Plano de Curso para a terceira série primária (1970).....	111
Quadro 11 – Material adquirido para o Educandário da CER-3.....	120
Tabela 1 – Evolução populacional de Jardim (1950-2010).....	41
Tabela 2 - Resultado final Escola do Canindé (1957).....	76
Tabela 3 - Valor de compra do salário dos professores (1957-2012).....	79
Tabela 4 - Valor de compra do salário dos professores (1958-2011).....	80

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

4ª Cia E Cmb Mec	4ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada
B Fv	Batalhão Ferroviário
B Rv	Batalhão Rodoviário
B I	Boletim Interno
CER	Comissão de Estradas de Rodagem
CADES	Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário
DEPA	Diretoria de Ensino Preparatório e Assistencial
DFA	Diretoria de Formação e Aperfeiçoamento
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos
CEL	Coronel
CER-3	Comissão de Estradas de Rodagem Nr 3
DEPA	Diretoria de Ensino Preparatório e Assistencial
DFA	Diretoria de Formação e Aperfeiçoamento
EFNOB	Estrada de Ferro Noroeste do Brasil
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IVG	Instituição Vicentina de Gijzegem
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MS	Mato Grosso do Sul
MT	Mato Grosso
NOB	Estrada de Ferro Noroeste do Brasil
SMT	Região sul do antigo Estado de Mato Grosso
SAOS	Serviço de Abastecimento e Obras Sociais
UCDB	Universidade Católica Dom Bosco
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFGD	Universidade Federal da Grande Dourados

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 OS ENTRELAÇAMENTOS NA HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE JARDIM.....	17
2.1 Jardim: uma cidade em região fronteiriça com marcas históricas da Guerra do Paraguai.....	17
2.2 A Guerra do Paraguai (1864-1870) e o episódio da Retirada da Laguna.....	21
2.3 O reconhecimento estratégico da região pelos Estados Nacionais no pós-guerra.....	27
2.4 De acampamento de militares a loteamento: o surgimento do município.....	35
2.5 A situação da educação pública na fronteira Brasil-Paraguai.....	43
2.6 As presenças nacionais, a fronteira e o processo civilizador.....	44
3 A PARTICIPAÇÃO MILITAR NA ESCOLARIZAÇÃO DA FRONTEIRA BRASIL-PARAGUAI.....	48
3.1 A configuração do ensino militar no Brasil e a legislação educacional.....	49
3.2 O professor Gamaliel Stumpf: os militares e as instituições de educação na fronteira Brasil-Paraguai.....	54
3.3 O professor Antonio Pinto Pereira: a participação militar por meio da CER-3 nos primórdios da educação pública em Jardim.....	55
3.4 A escolarização de adultos como missão civilizadora.....	63
3.5 O Curso de Revisão Intensivo para Admissão ao Ginásio.....	70
3.6 As escolas dos acampamentos ou escolas rurais.....	73
3.7 A escolarização e a fronteira.....	81
4 O EDUCANDÁRIO CORONEL FELÍCIO: OS MILITARES E A EDUCAÇÃO PÚBLICA DA FRONTEIRA BRASIL – PARAGUAI.....	83
4.1 O espaço escolar e a arquitetura inicial.....	84
4.2 Os processos de implantação e reconhecimento do Educandário Coronel Felício.....	93
4.3 Os diretores e professores: o primeiro diretor, os primeiros professores.....	96
4.4 A força da mulher em Jardim durante a década de 1960.....	104
4.5 O caderno com os planos de aula da professora Zenir.....	111
4.6 A matrícula de estranhos à CER-3, a imposição do limite de idade e a contribuição da caixa escolar.....	117
4.7 As denominações e o encerramento das atividades do Educandário Coronel Felício.....	122
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	124
Fontes e Referências	129
Apêndice.....	136
Anexos.....	139

1 Introdução

Nasci em Aquidauana, na parte sul do antigo Mato Grosso, e ali permaneci até a minha adolescência. Posso afirmar que as minhas relações com o tema deste trabalho tiveram início efetivamente quando cursava o então curso ginásial, com as leituras juvenis das obras do Visconde de Taunay. Durante a Guerra do Paraguai (1864-1870), em terras outrora pertencentes ao município, ocorreram episódios da Retirada da Laguna, que foram narrados pelo Visconde de Taunay.

Posteriormente, no desenvolvimento da carreira profissional, morei nas cidades sul-mato-grossenses de Aquidauana (1984-1985), Jardim (1990-1993) e Corumbá (1995-1996), locais com a presença militar considerada relevante.

Iniciado no então Campus de Dourados da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, concluí em 2008 o curso de licenciatura em História, já pela Universidade Federal da Grande Dourados. Realizei como trabalho acadêmico no curso uma análise dos livros didáticos da disciplina História Geral adotados no Colégio Militar de Campo Grande, um estabelecimento de ensino sob administração militar, localizado na capital do Estado de Mato Grosso Sul. E participei de um trabalho sobre o envolvimento da Comissão de Estradas de Rodagem Nr 3 (CER-3) nos aspectos econômicos e trabalhistas na porção sul do antigo Estado de Mato Grosso, com o foco voltado para a emissão de vales aos trabalhadores, que circulavam como papel-moeda na região e eram denominados de “boró”.

Na especialização em Docência do Ensino Superior, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, no trabalho de conclusão de curso denominado “A educação e os valores no Século XXI”, sugeri uma seleção de valores considerados como os mais importantes com relação às práticas de ensino, a serem aplicados na educação no século XXI.

Esses trabalhos acadêmicos impulsionaram a escolha do tema da dissertação para a participação dos militares na educação. Conversando com ex-integrantes da CER-3 e seus familiares em Jardim, percebi a valorização daquelas pessoas ao estabelecimento escolar organizado pelos militares e que funcionou na cidade. Assim, optei para direcionar as minhas pesquisas propondo como objeto de estudo o Educandário Coronel Felício, a instituição escolar organizada e mantida pela CER-3 na cidade de Jardim.

A partir do início das pesquisas, o tema recebeu um processo progressivo de construção. A determinação dos componentes permitiu caracterizá-lo como formado por elementos das ciências humanas e sociais, englobando diversas áreas, com um caráter multidisciplinar. O tema inclui-se no campo da História da Educação, descrito por Cambi (1999), como de plura-

lidades, repositório de muitas histórias, caracterizadas nos âmbitos das teorias, das instituições, das políticas, da história social (e um recorte para a cultura escolar específica) e no imaginário. Com essas multiplicidades, inserido nas interseções dos campos da História e da Educação, balizadas como de encontros entre a História Social, História da Educação, História Regional (envolvendo a região do município de Jardim, Mato Grosso do Sul, o antigo Mato Grosso e, por consequência, o Centro Oeste) e com a História Militar, o tema pesquisado apresenta-se com relevante para a História da Educação do Mato Grosso do Sul, traz colaboração para uma história no âmbito nacional, e se insere na História Militar pelo levantamento de particularidades de uma unidade militar como representativa da atuação diferenciada do Exército Brasileiro na educação pública.

O trabalho de elaboração da dissertação se apresentou como uma metáfora de construção de um edifício. Ao longo das aulas, foram surgindo novos caminhos a serem percorridos, e outras interrogações apresentavam-se para serem respondidas. As pesquisas iniciais serviram como uma sondagem do terreno, e os conhecimentos adquiridos nas disciplinas permitiram a construção do edifício, com sua forma final tornada visível por esta dissertação.

As estacas para as fundações do edifício, como o aporte teórico da dissertação, são provenientes de elementos da teoria do processo civilizador, segundo a proposta elaborada por Norbert Elias (1897-1990) em suas diversas obras. O conhecimento dos conceitos foi possível pelo conteúdo estudado na disciplina *Seminário de Pesquisa em História da Educação*. Elias (1993) caracteriza o processo civilizador como constituído por uma mudança na conduta e sentimentos humanos, que acontece sem planejamento algum, mas nem por isso sem um tipo específico de ordem, e rumo a uma direção muito específica. São utilizados com mais intensidade os conceitos de fronteira, identidade nacional, Estado Nacional, processos e controle de emoções, inseridos nas obras *O Processo Civilizador – Formação do Estado e Civilização* (1993) e *A sociedade dos indivíduos* (1994).

Os conhecimentos obtidos em cada disciplina cursada trouxeram alterações, com supressões ou acréscimos nas propostas da investigação inicialmente concebida. Nas disciplinas *História da Educação, Arquivos e Fontes*, e *História da Educação, Memória e Sociedade*, ocorreu a oportunidade de reflexões sobre as questões metodológicas para o uso de arquivos e documentos impressos como fontes para a pesquisa acadêmica. A disciplina forneceu o embasamento para a inclusão de imagens, tanto de fotografias como de documentos que, além de ilustração, serviram como fontes pelas análises que despertaram.

O Acervo da CER-3 foi o lugar mais consultado para a pesquisa. Ele é formado pela documentação arquivada em uma sala no interior da 4ª Companhia de Engenharia de Combate

Mecanizada (4^a Cia E Cmb Mec) e uma parte do Museu da CER-3, também na mesma organização militar. No acervo propriamente dito está reunida a documentação da extinta CER-3, incluindo as fichas de pessoal contratado, boletins internos, projetos elaborados para a construção de pontes e estradas e outros documentos. Alguns foram preservados por força de dispositivos legais, como as fichas de contratação de pessoal. Outros foram selecionados e guardados pelo interesse pessoal de serventuários que manusearam o material remanescente da CER-3.

A disciplina *Pesquisa Educacional* trouxe os procedimentos metodológicos, com o método, técnicas e procedimentos de coleta e análise de dados a serem utilizados no trabalho de investigação, representadas na metáfora como as maneiras de construir o edifício, conduzindo o emprego adequado dos elementos obtidos na pesquisa. Escolheu-se a técnica de análise documental, com a pretensão de tratar os dados quantitativos de modo qualitativo, identificando seus significados.

Retornando com a metáfora, no processo da construção da dissertação outras mãos ajudaram, colaborando e aprimorando, apresentando sugestões, correções e apontamentos. Permaneceram invisíveis, mas eu as encontro em diversas partes deste trabalho.

Na transcrição de documentos, fiz a opção por manter a grafia original, sem correções ortográficas, no intuito de manter a originalidade e evocar ao leitor o sentimento da época estudada. A delimitação espacial justifica-se pela localização do educandário na região de fronteira. A temporal envolve, no início do período, o apoio ao funcionamento de um curso de alfabetização de adultos e, no final, a estadualização da escola, quando a escola passou para a rede pública, sob a administração do estado de Mato Grosso do Sul.

Ao buscar referências anteriores para o estudo de instituições escolares públicas implantadas por militares, constatei uma lacuna de pesquisas acadêmicas nesta área. Ainda com referência à metáfora da construção do edifício, as sondagens mostraram que o campo da construção é pouco conhecido. No Portal Domínio Público, na área do conhecimento da Educação, usando como buscadores as palavras-chave “militar”, “militares” ou “ensino militar”, resultou um percentual de 0,33% das teses e dissertações incluídas no acervo do portal. Como resultado das sondagens, descrito mais pormenorizado na parte destinada ao estudo sobre o Educandário Coronel Felício, a pesquisa se caracteriza como importante, por trazer evidências empíricas para um campo com raro estudos no meio acadêmico.

A questão principal que se apresentou ao pesquisador era evidenciar a participação militar na educação pública. Com o questionamento, surgiram outras perguntas correlatas, para serem respondidas na pesquisa: qual foi a participação, como aconteceu e foi desenvolvida,

quando ocorreu, quais personagens principais que participaram, qual foi a importância da participação e os seus motivos, em qual tipo de estabelecimento escolar a escola implantada em Jardim poderia ser tipificada?

Dessas interrogações poderiam ser enunciadas múltiplas hipóteses para compor um trabalho em busca das respostas, que giram em torno das formas de atuação dos militares em relação à educação pública. Na hipótese eleita para o trabalho, não existiria apenas uma relação de participação dos militares na educação pública, que é a mais conhecida ou estudada, aquela atualmente estabelecida pelos “colégios militares” ou realizada com o objetivo de formar quadros para mobiliar a estrutura militar. Para a hipótese a ser confirmada ou não pelo estudo sobre o Educandário Coronel Felício, implantado pela CER-3, os militares, em particular o Exército, tiveram o envolvimento no processo de escolarização no Brasil, atuando em regiões como o da fronteira do Brasil com o Paraguai no atual sudoeste do Mato Grosso do Sul, em benefício da educação pública.

Com o objetivo de identificar as evidências empíricas desse envolvimento, respondendo as perguntas relacionadas, foram direcionadas as atividades de pesquisas e as entrevistas com ex-professores. Os resultados do trabalho estão apresentados nas partes que formam esta dissertação.

Após a Introdução, segue-se uma seção com a configuração histórica para a região da fronteira na qual o município de Jardim está inserido, mostrando um interrelacionamento progressivo dos militares, com a participação majoritária na fundação do município.

A seção seguinte busca caracterizar as dimensões do ensino militar no Brasil, comentando suas finalidades e quais seriam os beneficiários e objetivos, assim como a legislação que o regulava em épocas diferentes. E traz as evidências da participação militar na educação pública da região fronteira com o Paraguai no Mato Grosso do Sul, em um processo culminado com as ações desenvolvidas pela CER-3.

Prosseguindo, são mostrados os pormenores do funcionamento do Educandário Coronel Felício, em busca de indícios que identifiquem uma cultura escolar específica. A descrição da instituição apresenta algumas de suas características e aponta as especificidades, descrevendo as práticas escolares, a arquitetura, o histórico, a seleção e contratação do primeiro diretor e primeiros professores, a atuação dos professores e algumas normas internas.

Como apêndice, foi inserida uma cronologia com as datas e acontecimentos citados na pesquisa desenrolados nos limites temporais envolvidos na pesquisa, e outros que extrapolaram os limites estabelecidos, por terem implicações relacionadas com o estudo e pelo intuito de facilitar o acompanhamento da história e seus eventos.

2 Os entrelaçamentos na história do município de Jardim

Esta parte inicial da dissertação tem a finalidade de apresentar uma configuração histórica para a região onde está localizado o município de Jardim. Além dos aspectos históricos, os cenários geográficos e os personagens que neles estão inseridos são importantes para o entendimento dos processos sociais desenvolvidos na região, incluindo o de escolarização.

Existe um entrelaçamento entre a história do município de Jardim e a presença do Exército Brasileiro. Desde a participação dos militares na interiorização e melhoria dos caminhos terrestres, as conexões envolvendo os processos históricos da região e os processos de escolarização estão interligados e são interdependentes.

2.1 Jardim: uma cidade em região fronteira com marcas históricas da Guerra do Paraguai

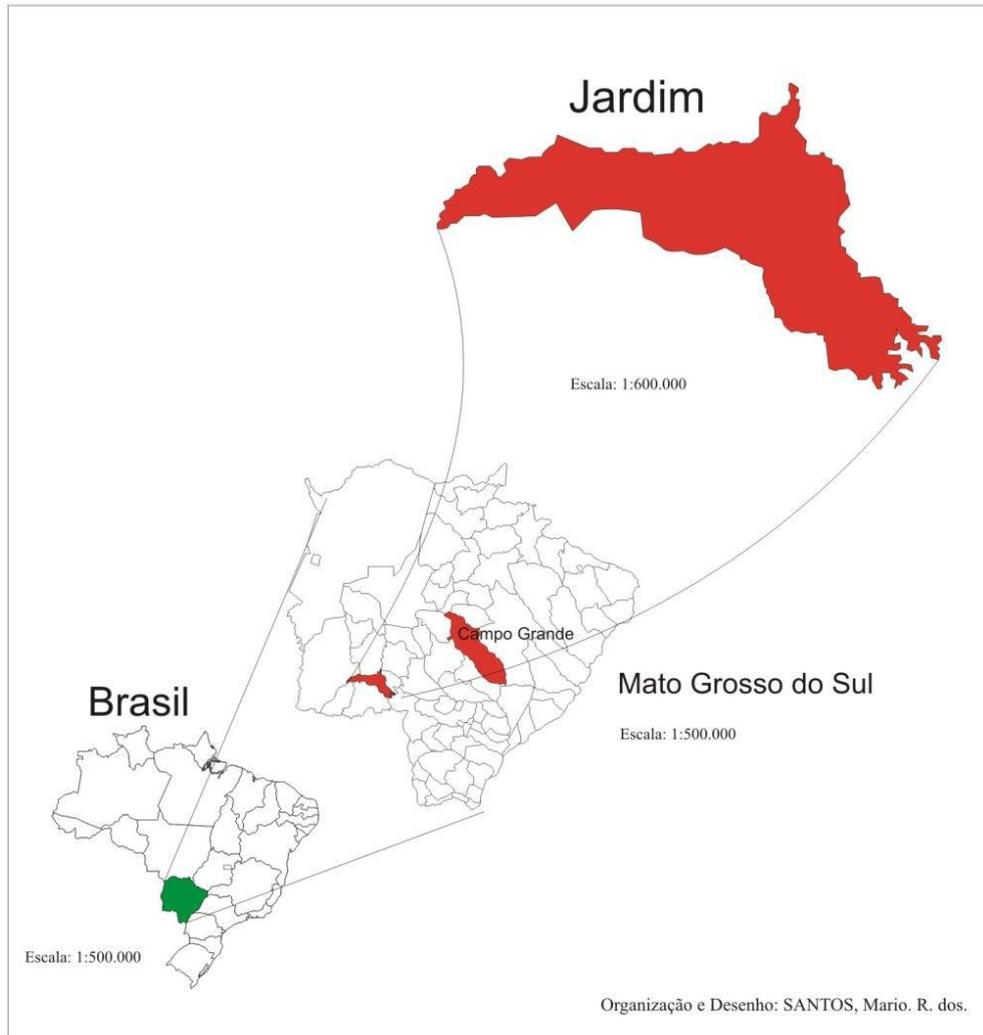
O estado de Mato Grosso do Sul é limítrofe com a Bolívia e com o Paraguai. Com a Bolívia predominam os limites estabelecidos na planície alagada do Pantanal. As características do terreno variam nos limites com o Paraguai. Da região demarcada pelo rio Paraguai, do desaguadouro da Bahia Negra até a foz do rio Apa, na qual se destaca o município de Porto Murtinho, segue-se uma região com o marco divisor no rio Apa, até o seu início na Serra de Amambaí, caracterizada pela nascente do formador arroio Estrela. Daí o limite prossegue pela linha dos pontos mais altos, em extensa linha seca, correndo sobre os divisores de águas, até a Serra de Maracaju, e por ela, da mesma maneira, até o submerso Salto Grande das Sete Quedas no rio Paraná. Nas linhas demarcadas pelo rio Apa e pelos divisores de água, surgem cidades fronteiriças geminadas, dispostas aos pares, como Bela Vista–Bella Vista, Ponta Porã–Pedro Juan Caballero, Sanga Puitã–Zanja Pytá, Coronel Sapucaia–Capitán Bado e Paranhos–Ypejhu.

A região da fronteira delimitada pelo rio Apa, na parte sudoeste do Estado, foi palco de disputas históricas, envolvendo a definição de limites, desde os impérios coloniais da Espanha e Portugal. A indefinição culminou com a Guerra do Paraguai (1864-1870), e uma parte das operações bélicas transcorreu na região.

O município de Jardim, com sua localização mostrada na Figura 01, está situado na região sudoeste de Mato Grosso do Sul, e dista 230 quilômetros de Campo Grande (capital do estado), 90 quilômetros de Bela Vista (fronteira com o Paraguai) e 220 quilômetros de Dourados, sede da Universidade Federal da Grande Dourados. Com uma área de 2.201,73 quilôme-

tos quadrados, pertence à micro-região da Bodoquena, formada pelos municípios de Bela Vista, Bodoquena, Bonito, Caracol, Guia Lopes da Laguna, Jardim e Nioaque. É conurbado com Guia Lopes da Laguna, com os limites estabelecidos no rio Miranda.

Figura 01 - Localização do município de Jardim

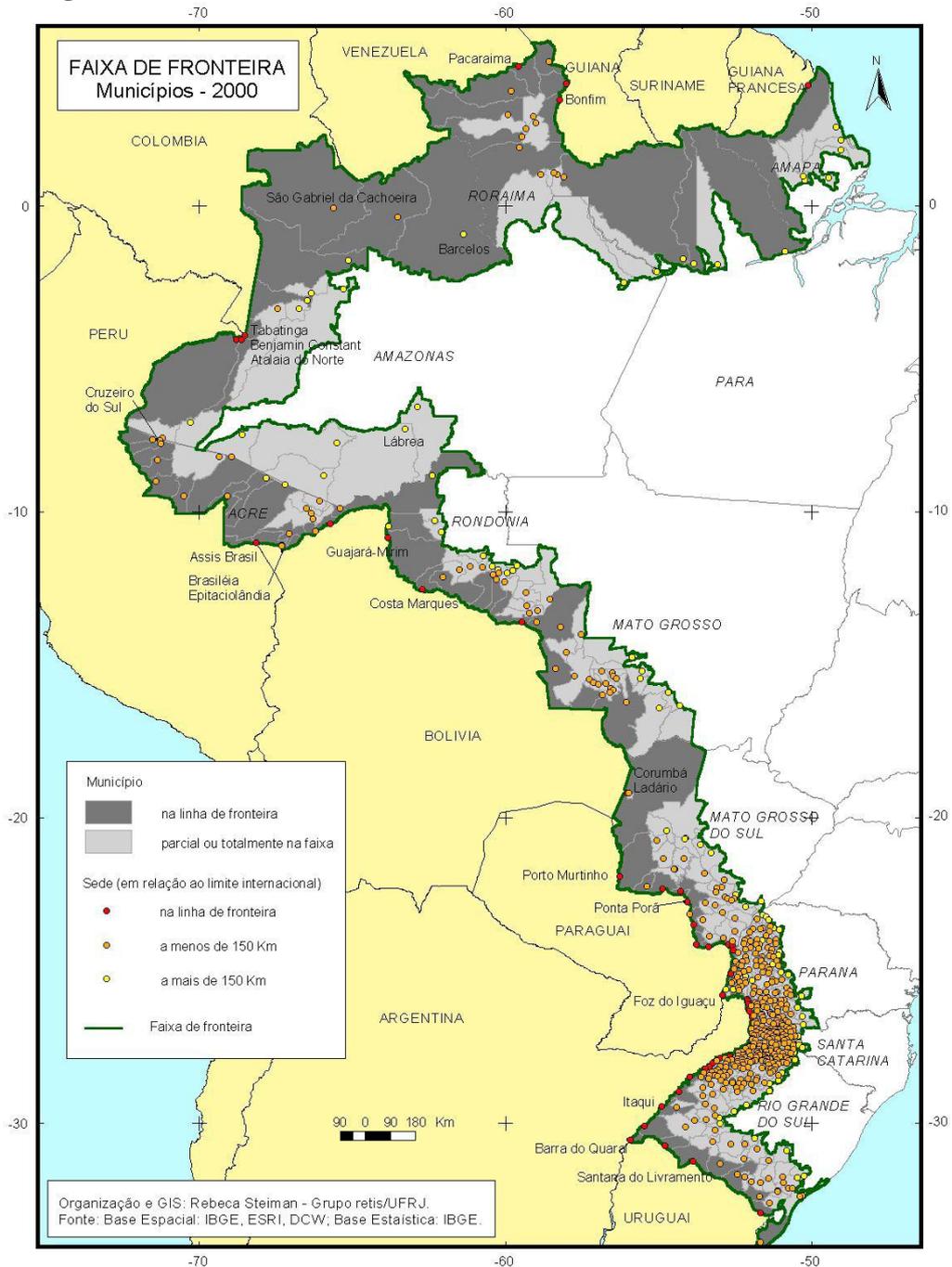


Fonte: Rosa (2010)

Embora não esteja com suas terras contíguas a outros países, Jardim está incluído na faixa de fronteira. No Brasil, a faixa de fronteira, mostrada no mapa da Figura 02, tem uma largura estipulada de até cento e cinquenta quilômetros, considerada fundamental para defesa do território nacional, e sua ocupação e utilização são reguladas em lei¹.

¹ A Lei nº 6634 de 02 de maio de 1979, regulamentada pelo Decreto nº 85064, de 26 de agosto de 1980, determina as atividades que dependem de assentimento prévio do Conselho de Segurança Nacional para serem realizadas na Faixa de Fronteira, entre elas a alienação e concessão de terras públicas, abertura de vias de transporte e instalação de meios de comunicação; construção de pontes, estradas internacionais e campos de pouso; estabelecimento ou exploração de indústrias que interessem à Segurança Nacional; instalação de empresas que se dediquem à atividade de colonização e loteamento rurais. (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6634.htm)

Figura 02 - Faixa de Fronteira do Brasil



Fonte: Grupo RETIS / UFRJ

A história do município de Jardim tem sua origem relacionada com a ocupação e disputas fronteiriças envolvendo Brasil e Paraguai, ou em épocas mais remotas, nas disputas entre espanhóis e portugueses, pelo desenvolvimento e povoamento das terras que incluíam o

território entre os atuais rios Apa e Miranda, envolvendo a atuação de militares. Em suas origens, antes da emancipação como município, suas terras pertenciam ao município de Bela Vista, que se estendia da linha divisória do Brasil com o Paraguai, no rio Apa, até o rio Miranda, limite com o município de Nioaque.

A atuação militar na região teve início com as patrulhas volantes lançadas desde 1797 do fortim de Miranda. De acordo com Mello (1969), elas alcançavam o rio Apa, onde ao sul existiam fazendas de gado e as fortificações espanholas de São Carlos e São José.

Em 1840-1850, usando a travessia do rio em Santana do Paranaíba², chegaram os primeiros colonos procedentes das províncias de São Paulo e Minas Gerais. A exploração do território na parte sul da província de Mato Grosso³, em 1847, feita por uma bandeira chefiada por Joaquim Francisco Lopes, sertanista profissional, revelou a existência na Serra de Maracaju, divisor das bacias dos rios Paraguai e Paraná, e de um varadouro, com caminhos percorridos por indígenas: “nesta coxilha que faz divisa das águas dos dous gigantes Paraná e Paraguai, passa o trilho dos índios mirandeiros, que de tempo a tempo vão fazer suas correrias contra os pacíficos caietés” (LOPES, 2007, p. 315-335).

Joaquim Francisco Lopes realizou quatro viagens exploratórias ao SMT, entre os anos de 1829 a 1857, eram financiadas por João da Silva Machado, a partir de 1843 detentor do título de Barão de Antonina, residente em Curitiba e senador do Império, interessado em estabelecer um novo caminho em direção à região do Baixo Paraguai, como alternativo para a ligação do Rio de Janeiro com Cuiabá, e descobrir novas terras de domínio público para requerer o estabelecimento como de suas propriedades, sabedor dos benefícios da Lei de Terras, em discussões e que viria ser promulgada em 1850⁴.

Lopes (2007) relatou a presença da família Barbosa, na região de Vacaria e de estradas, incluindo uma que dava o acesso para a fazenda Monjolinho, de Gabriel Francisco Lopes, nos campos do rio Apa, que ali se instalou em 1846, com esposa, três filhos e quatro escravos, nos extremos do território brasileiro com o Paraguai.

² Localizado na província de Mato Grosso, povoado fundado em 1838, conforme Guimarães (2001) com origem no local de entrada na província, por ser favorável para a travessia do rio Paranaíba.

³ A Província de Mato Grosso foi criada em 1748, desmembrada de São Paulo. O emprego do termo *antigo sul de Mato Grosso* é comum na historiografia regional para referir-se à região compreendida pelo atual Mato Grosso do Sul antes da data de sua criação. O atual estado de Mato Grosso do Sul foi criado por meio da Lei Complementar nº 31, de 11/10/1977, por desmembramento do antigo Mato Grosso, e foi implantado a partir de 1º/01/1979. As expressões *antigo Mato Grosso* ou *Mato Grosso uno* são usadas como referência ao Mato Grosso antes da divisão. Será utilizada a abreviatura SMT como referência ao antigo sul de Mato Grosso, quando a história política dos dois estados se igualam.

⁴ A Lei de Terras, com o número 601, foi promulgada em 18 de setembro de 1850, e depois regulamentada pelo Decreto Nº 1.318, de 30 de janeiro de 1854. A lei definiu os critérios para a posse de terra, estabelecendo a legitimação das ocupações primárias ou havidas do primeiro ocupante que se achassem cultivadas, ou com princípio de cultura e morada habitual do respectivo possessor ou de quem o representasse. (BRASIL, 1850).

Com a morte de Gabriel Lopes, assassinado por dois escravos em 1849, sua viúva permaneceu na fazenda. E depois casou, em segundas núpcias, com seu cunhado que também tinha enviuvado, José Francisco Lopes, indo residir na fazenda Jardim.

A estância de José Francisco Lopes, entre os rios Miranda e Apa, com sede na margem direita do rio Miranda, em terras hoje pertencentes ao município de Guia Lopes, marcou o início da presença brasileira na região. José Francisco Lopes dedicava-se à criação de gado e extração da erva-mate (*ilex paraguariensis*) e, conforme Taunay (2006), era um desbravador, sertanejo e fazendeiro, que por ocasião da Guerra do Paraguai serviu de guia para as tropas brasileiras no episódio conhecido como a Retirada da Laguna.

A presença militar brasileira se faria de maneira mais efetiva a partir de 1859, quando o presidente da província de Mato Grosso ordenou a instalação de uma colônia militar nas cabeceiras do rio Miranda. Segundo Mello (1969), a colônia militar tinha a missão de povoar, cultivar, defender e ainda promover a atração e catequização dos indígenas da região.

Mesmo com a chegada de colonos brasileiros, em 1840-1850, e o estabelecimento do Corpo de Cavalaria em Nioaque, em 1859, e a instalação da colônia militar, fatos citados por Mello (1969), as atuais terras do município de Jardim serviam apenas de região de passagem ou para o descanso das tropas, aproveitando as margens do rio Miranda.

Como veremos a seguir, após o conflito bélico envolvendo a Tríplice Aliança formada por Brasil, Argentina e Uruguai contra o Paraguai, essa condição de área de passagem ou de descanso das tropas foi alterada. A região passaria a ser merecedora da atenção governamental e ficaria marcada pelo desenrolar de operações militares, com combates e outros trágicos episódios.

2.2 A Guerra do Paraguai (1864-1870) e o episódio da Retirada da Laguna

A Guerra do Paraguai, ou da Tríplice Aliança, (1864-1870), envolveu como contendores a aliança formada por Brasil, Argentina e Uruguai contra o Paraguai. Uma das causas apontadas para o início do conflito foi a disputa pelo controle da estratégica região do Rio da Prata.

Nos últimos anos, ocorreu uma renovação no estudo dos eventos militares no Brasil. Conforme Parente (2009), essa renovação da investigação da História Militar no Brasil, se expressa através de grupos de pesquisa, publicações especializadas, esforços individuais e institucionais, entre outras modalidades. Em Mato Grosso do Sul, as pesquisas de Squinelo

(2001), Dourados (2002), Antunes (2006), Lavarda (2009) e Adamo (2011), no mestrado do programa de pós-graduação da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados incluem o tema da Guerra do Paraguai. As pesquisas mostram a importância atual do assunto para a historiografia sul-mato-grossense.

A apropriação da figura do Tenente Antônio João Ribeiro, pela participação na resistência ao ataque paraguaio contra a Colônia Militar de Dourados, atividade que marca o início da guerra, é o centro dos estudos de Adamo (2010). Para ela, a imagem heroica foi utilizada dentro de um movimento de construção de uma identidade, por parte da intelectualidade mato-grossense, através de diversas ações cujo objetivo era enaltecer as qualidades do Estado, em especial, da população. Do movimento resultou uma consolidação e popularização da figura heroica do militar, sendo valorizado e enaltificado na parte sul do antigo Mato Grosso.

Ainda com foco nas imagens da guerra, foram feitas pesquisas por Lavarda (2009) sobre a iconografia, priorizando a leitura e interpretação das imagens da Guerra contra o Paraguai. O estudo enfatiza a produção, publicação e recepção para o público das imagens dos anos de 1865 a 1870, mas sem uma análise das imagens publicadas na imprensa paraguaia. O segundo capítulo, com o título *A fotografia na cobertura da Guerra do Paraguai*, estabelece reflexões sobre a temática predominante nas fotos, como o amontoado de cadáveres, crianças famélicas, mães esqueléticas e mortes provocadas pelas batalhas ou inanição. As imagens

podem servir tanto para mostrar determinado acontecimento aos homens como, também, para silenciar sobre fatos que não são interessantes serem publicados para não fazerem parte da memória da sociedade. E é justamente em guerras que todas as energias dos países beligerantes são canalizadas para determinada finalidade (LAVARDA, 2009, p. 133).

A dissertação de Dourado (2002) apresenta a participação feminina na guerra e entre os seus objetivos consta o de tornar visíveis as mulheres que estiveram envolvidas na Guerra do Paraguai. A autora pretende resgatar a história das mulheres comuns, consideradas com as que aparecem sempre no imaginário coletivo, porém sem nome e sem rosto. Outro grupo de mulheres descrito é o das consideradas senhoras respeitáveis, as selecionadas pelos memoria-listas e historiadores por serem esposas de heróis que prestaram serviços à Nação durante o conflito. Neste grupo está incluída a Dona Senhorinha, apontada como uma das raras mato-grossenses lembradas quando o assunto é o episódio da Guerra do Paraguai, embora a lembrança seja decorrente do fato de ser a viúva do homem visto como herói, o Guia Lopes.

Squinelo (2001) desenvolve sua dissertação sobre a inclusão do tema envolvendo a Guerra do Paraguai no ensino, memória e estudo da História. Com uma análise dos manuais didáticos brasileiros e paraguaios, bem como os utilizados para a formação militar, artigos

publicados pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e obras de autores regionais (Mato Grosso e Mato Grosso do Sul), demonstra como a temática da Guerra do Paraguai foi alvo de inúmeras revisões historiográficas e manipulações ideológicas. Cita a importância de Alfredo d'Escagnolle Taunay, o Visconde de Taunay, e sua obra *A Retirada da Laguna*, para os intelectuais mato-grossenses, que a privilegiaram na construção de um discurso legitimador de heróis, filhos ilustres que se destacaram na defesa das terras mato-grossenses. Para a autora, no mesmo sentido caminharam os intelectuais sul-mato-grossenses, que entraram em cena após a criação de Mato Grosso do Sul.

A *Retirada da Laguna* é discutida por Antunes (2006), nos aspectos de utilização da memória do evento para a criação de uma identidade própria para os integrantes do Exército Brasileiro, baseada principalmente nos pilares da hierarquia e da disciplina, como parte de um processo de afirmação de poderes dentro da instituição Exército Brasileiro. Descreve o processo que culminou com a construção do monumento aos heróis da Laguna e Dourados, na Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, para onde foram trasladados os restos mortais encontrados nas sepulturas em Jardim.

O primeiro ato da guerra foi a ofensiva ordenada pelo presidente paraguaio, Francisco Solano López. Na invasão paraguaia na Província de Mato Grosso em dezembro de 1864, cerca de 9.200 homens ocuparam a parte sul da região. Resistindo ao ataque inicial, morreu o Tenente Antonio João Ribeiro, na Colônia Militar de Dourados⁵.

Alfredo d'Escagnolle Taunay, o Visconde de Taunay, narrou as ações desenvolvidas durante a guerra na região ao sul da Província de Mato Grosso, entre os rios Apa e Miranda, quando participou como integrante da Comissão de Engenheiros. Sua narrativa mais famosa encontra-se no livro “*A Retirada da Laguna - episódio da Guerra do Paraguai*”.

Na época da ofensiva paraguaia, na região no Sul da Província de Mato Grosso os índios mantinham um tipo de ocupação do território, caçando e pastoreando o gado, e agindo como “súditos fiéis o povoamento dos portugueses e posteriormente, brasileiros de fato” (MELLO, 1969, p.46), e o povoamento não-indígena era “composto basicamente de colônias militares que serviam unicamente para efetivar a presença do poder imperial na região. Alguns colonos haviam se instalado na região e demarcavam livremente suas terras, alheios aos direitos indígenas” (ANTUNES, 2006, p. 51). As comunicações da província de Mato Grosso

⁵ A Colônia Militar dos Dourados foi instalada em 10 de maio de 1861, nas cabeceiras do rio Dourados, afluente do rio Ivinhema. Em 29 de dezembro de 1864 foi atacada pela coluna terrestre comandada pelo Capitão Manuel Urbieta, e faleceram o comandante brasileiro (Antonio João) e dois soldados. Segundo Mello (1969), os demais, doze ao todo e mais um ferido, fugiram para o mato, mas foram perseguidos e capturados.

com o restante do Império eram feitas com dificuldades nas ligações terrestres, aumentando a importância da via fluvial do Rio Paraguai, controlada pelo governo paraguaio.

Para enfrentar os invasores de Mato Grosso, o governo imperial organizou, no começo de 1865, um destacamento que reunia as forças disponíveis das províncias de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Amazonas e Goiás, que deveriam juntarem-se às tropas mato-grossenses em Cuiabá.

As forças brasileiras chegaram a Coxim em 20 de dezembro de 1865, com um efetivo de 2.035 homens. Mas existiam outras pessoas acompanhando as tropas, “os agregados necessários, bagageiros, carreteiros, mulheres, crianças, pode se afirmar que no Coxim em começo do ano de 1866, estavam acampados para cima de três mil e quinhentos brasileiros” (TAUNAY, 1960, p. 145), o que dificultava ainda mais o problema de abastecimento de gêneros. Ali se detiveram por causa das enchentes e das febres que dizimavam os soldados.

De Coxim, as tropas seguiram para Miranda, ainda mais ao sul, enfrentando as dificuldades da travessia do Pantanal. No percurso, com a falta de víveres, o beribéri⁶ e o afogamento na travessia dos alagados pantaneiros vitimaram muitos homens da expedição. Os cavalos foram acometidos por uma epizootia, de acordo com Silva (2004) causada pelo parasita *trypanosoma evansi*, conhecida como mal das cadeiras ou “quebrabunda”, ficando a tropa a pé. O destino final foi alcançado pelas tropas em 17 de setembro de 1866, quando as fileiras expedicionárias chegaram a Miranda. Então receberam a adesão de uma parte dos índios que habitavam a região e passaram a compor as tropas brasileiras, combatendo a seu lado contra os paraguaios.

Em 01 de janeiro de 1867, o coronel Carlos de Moraes Camisão assumiu o comando das tropas, agora com cerca de 2.000 homens. Era o quinto comandante⁷ sucessivo daquela força. Ele deslocou as tropas para Nioaque, local do encontro com José Francisco Lopes, proprietário da Fazenda Jardim, e que perdera a família, aprisionada pelos paraguaios, tendo seus bens saqueados. Como conhecedor da região, ofereceu-se para guiar as forças brasileiras, a partir de então sendo conhecido por Guia Lopes. Contando com o reforço indígena, o efetivo em 04 de março estava reduzido a 1800 homens, ainda sem enfrentar o inimigo.

⁶ Beribéri: de origem e tratamento desconhecido à época, os soldados batizaram a doença de perneira, por atacar inicialmente os membros inferiores, causando paralisia.

⁷ Primeiro: Coronel Manuel Pedro Drago. Comandou até o dia 18 de outubro, alcançando o rio dos Bois, na Província de Goiás;

Segundo: coronel José Antonio da Fonseca Galvão. Comandou até o seu falecimento, em 13 de junho de 1866, no pantanal do rio Negro.

Terceiro: tenente-coronel Joaquim Mendes Guimarães, substituído em 13 de julho de 1866, na região do rio Taboco.

Quarto: coronel José Joaquim de Carvalho, conduziu a coluna até Miranda.

Em 21 de abril de 1867 os brasileiros entravam em Bela Vista, no território paraguaio, atravessando o rio Apa. Dias depois, em 01 de maio, alcançavam a Invernada da Laguna, parte de uma fazenda pertencente a Francisco Solano Lopez, presidente paraguaio, distante cerca de vinte e poucos quilômetros do Rio Apa, que com suas águas marcava os limites aceitos pelos brasileiros para a divisa entre os dois países.

Como os suprimentos para a sobrevivência estavam escassos, esperavam encontrar na fazenda o gado bovino para alimentar as tropas. Mas, como tinha ocorrido nos outros ataques, encontraram o lugar arrasado e devastado. Com a falta de mantimentos, munição escassa, a ameaça da fome iminente, decidiu-se pela retirada, começada em 08 de maio. Iniciava-se o recuo, com os sofrimentos causados pela inferioridade militar, a falta de suprimentos, doenças e ataques inimigos.

A retirada se processou por entre escaramuças com tropas paraguaias e luta incessante contra a vegetação propositadamente incendiada pelo adversário. Nessa triste e desoladora caminhada, no dia 26 de maio os soldados da coluna se viram obrigados a abandonar cerca de 120 companheiros feridos e doentes, acometidos pelo *cólera morbo*, uma doença infecciosa, e que foram deixados numa clareira da mata, às margens de um riacho, entregues à própria sorte. O local, conhecido como Pouso do Cambaracê, situa-se próximo da sede do município de Jardim.

Ainda no dia 26 de maio, faleceram o filho do Guia Lopes, que fugira ao cativo no Paraguai e após o encontro com seu pai acompanhava as tropas brasileiras, o próprio Guia Lopes, vitimados pela doença. Entre os comandantes da expedição, faleceram o Coronel Camisão e o tenente coronel Juvêncio, ao alcançarem as terras da Fazenda Jardim. Os militares e Guia Lopes foram enterrados juntos, na margem esquerda do rio Miranda.

A parte final da retirada foi sob o comando do Major José Tomás Gonçalves, quando chegaram com segurança no Porto Canuto, na margem do rio Aquidauana, em 11 de junho de 1867, com 700 sobreviventes. Ali, os sobreviventes encontraram a segurança dos morros, margeados pelas águas do rio e a proteção dos índios aliados.

No dimensionamento de Guimarães (1999), desde o início da marcha em Uberaba, com a organização das forças que iriam atuar no Mato Grosso, até o término, no Porto Canuto, percorreram cerca de seiscentas léguas a pé (3.748 quilômetros para as tropas que vieram de São Paulo e 3.927 quilômetros para as provenientes de Ouro Preto). Os locais que percorreram deixaram marcas históricas na região. O Pouso do Cambaracê, o Cemitério dos Heróis e a Fazenda Jardim são locais de destaque no município de Jardim. Tornaram-se, progressi-

vamente, pontos de referência e monumentos do episódio, sendo locais de visitas e homenagens.

Figura 03 - Cemitério dos Heróis (Jardim – MS)



Fonte: Fernando dos Anjos Souza

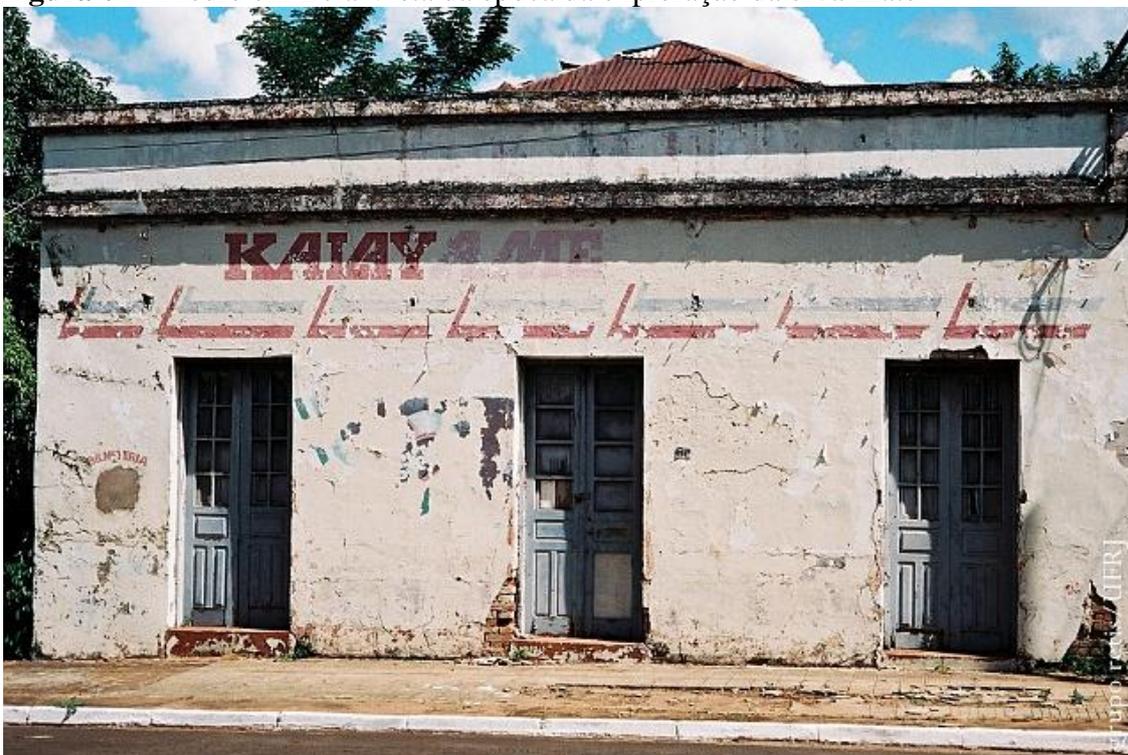
Taunay (1960) relata que, quando oficial-de-gabinete do ministro da Guerra, Conselheiro Junqueira, conseguiu uma ordem do governo imperial para construir um monumento no lugar onde o Coronel Camisão e o tenente-coronel Juvêncio foram sepultados. A obra (Figura 03) foi executada pelo coronel Rufino Enéias Gustavo Galvão, em 1874, quando dos trabalhos da Comissão de Limites entre o Brasil e o Paraguai.

A guerra, além de alterar a situação de uma área de passagem e descanso, distante e esquecida dos centros decisórios governamentais, despertou a atenção das autoridades para a região. Ela mostrou a falta de comunicação do governo central com as províncias, e a deficiência das comunicações com cidades das fronteiras mato-grossenses, aspectos importantes para a defesa das fronteiras e para a garantia da integridade territorial. São aspectos a serem demonstrados nos próximos itens.

2.3 O reconhecimento estratégico da região pelos Estados Nacionais no pós-guerra

Cessada a Guerra da Tríplice Aliança, e assinado o Tratado de Paz, Amizade e Limites em 1872, foi firmado o rio Apa como marco da fronteira do Brasil com o Paraguai, referência considerada justa e sempre defendido pelo Brasil, e confirmando a ocupação luso-brasileira do território, desde os tempos coloniais. Com a paz, foi constituída uma Comissão Mista de Limites, para reconhecer e instalar de maneira definitiva a fronteira, implantando marcos delimitadores. Com a segurança trazida com a pacificação e demarcação da fronteira, novas famílias se instalaram na região.

Figura 04 - Prédio em Bela Vista da época da exploração da erva-mate



Fonte: Grupo RETIS / UFRJ (Lia Machado, 2004). Disponível em:

http://igeo-server.igeo.ufrj.br/retis/album_iconografico/Arco%20Central/Bela%20Vista/slides/BELAVISTA2004012.jpg

No SMT teve início a exploração comercial da erva-mate, planta abundante na região, iniciada por Tomás Laranjeira, que fora auxiliar na Comissão Mista de Limites. Com uma permissão do Governo Imperial para colher a erva-mate nos terrenos devolutos nos limites do Mato Grosso com o Paraguai, concedida pelo Decreto 8799, de 9 de dezembro de 1882. A erva-mate era colhida para exportação pelo rio Paraguai para ser consumida no Uruguai e na Argentina. A partir de 1891, constituiu com o Banco Rio e Matto Grosso a Companhia Mate Laranjeira, “uma sociedade anônima que teria como principal finalidade explorar sua conces-

ção” (QUEIROZ, 2010), e contou com a participação dos irmãos Murtinho, Joaquim e Francisco, sócios do banco.

Figura 05 - Prédio em *Bella Vista* da época da exploração da erva-mate



Fonte: Grupo RETIS / UFRJ (Lia Machado, 2004). Disponível em:
http://igeo-server.igeo.ufrj.br/retis/album_iconografico/Arco%20Central/Bella%20Vista/slides/BELLAVISTA2004003.jpg

A empresa passou a embarcar a erva-mate em um porto que eles construíram, e que daria origem à cidade de Porto Murtinho. O transporte era feito por grandes caravanas de carretas puxadas a boi, até o embarque para o transporte fluvial. O movimento das carretas e das pessoas deu condições para o surgimento do povoado de Bela Vista (Figura 04), separado pelo rio Apa da outra *Bella Vista* no lado paraguaio (Figura 05). O distrito com denominação de Bela Vista foi criado pela Resolução Estadual nº 255, de 10 de abril de 1900, pertencente ao município de Nioaque. O município de Bela Vista foi criado pela Lei 502, de 13 de outubro de 1908, limitando no rio Miranda com o município de Nioaque. As fotografias 04 e 05, segundo sua autora, atestam a “prosperidade da região durante o período do auge da economia ervateira e do comércio fluvial na bacia do Paraguai” (MACHADO, Grupo RETIS).

A ocupação do território prosseguiu, com a instalação de organizações militares nas localidades de Bela Vista e Nioaque, trazendo as necessidades de melhores ligações terrestres com as localidades do SMT.

Em fevereiro de 1905, Candido Mariano da Silva Rondon, nos trabalhos de construção das linhas telegráficas no Mato Grosso, relatou o encontro na Fazenda Jardim com a viúva do Guia Lopes, a Dona Senhorinha (Raphaela Senhorinha Maria da Conceição Barbosa de Lopes), descrita como uma mulher que, após sobreviver ao cativeiro da guerra, “embora muito velha, tinha perfeita memória. Tipo de mulher do campo, gorda, baixa, vivos olhos azuis; gostava muito de conversar e de tudo se lembrava” (VIVEIROS, 2010, p. 177).

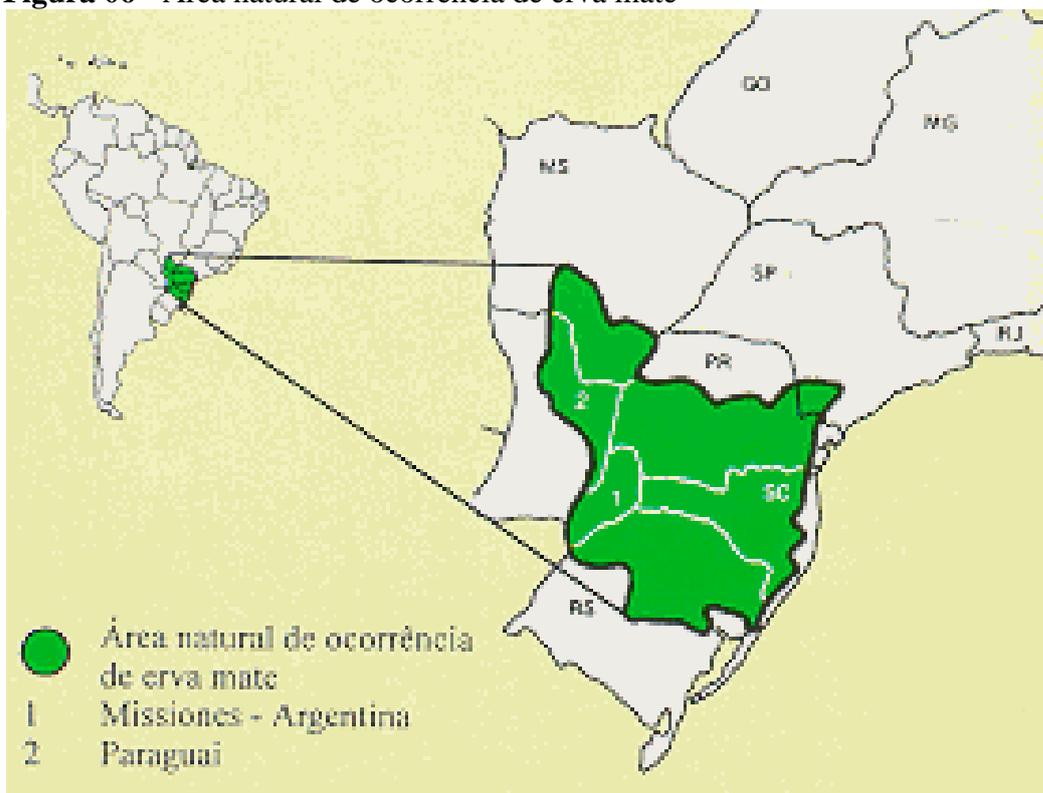
Rondon ao narrar um episódio acontecido nas proximidades de Bela Vista, mostrou que permaneciam as tensões de uma área ainda sem total pacificação, pela disputa da posse da terra entre a população local, formada por famílias provenientes do Paraguai, e os migrantes, em sua maioria provenientes do Rio Grande do Sul. Para Centeno (2000), os paraguaios começaram a migrar para a região ao final da Guerra do Paraguai (1864-1870), motivados pela grande instabilidade que se instalou no Paraguai. A maior parte atravessou pela fronteira seca e sendo camponeses expropriados sem capital para adquirir terras, transformaram-se em trabalhadores de exploração da erva-mate. E a vinda dos migrantes gaúchos ocorreu a partir dos anos 1890, fugindo da crise política e econômica instalada pela Revolução Federalista de 1893, conflito que arrasou as posses de muitas famílias no Rio Grande do Sul, e se empenharam na exploração da erva-mate e criação de gado, segundo Centeno (2000). As disputas pela posse da terra aconteceram, e segundo uma narração de Rondon,

embora em território brasileiro, era a população de Nunca Te Vi paraguaia, guaranis industriais que desenvolviam suas lavouras, vivendo pacatamente. Foi quando revolucionários, expulsos do Rio Grande do Sul, vindos pela fronteira em busca de local onde se estabelecessem, deram com Nunca Te Vi. A pretexto de que não eram brasileiros, expulsaram os pobres guaranis de suas terras. Vieram eles procurar-me, e eu consegui que o presidente do Estado lhes reconhecesse e mantivesse a posse. Munido dessas credenciais, pude convencer os invasores de que deveriam se retirar pacificamente. (VIVEIROS, 2010, p. 175)

Com as ligações por telégrafo, Rondon assinalou que estavam encerrados em 1906, os trabalhos de ligação dos “principais pontos estratégicos dos confins do Brasil com o Paraguai e a Bolívia, nas malhas de uma grande rede telegráfica que permitiria constante comunicação com aquelas longínquas paragens e, desse modo, sobre elas exercer proveitosa vigilância.” (VIVEIROS, 2010, p. 215).

Em 10 de dezembro de 1906, agora com a denominação de 7º Regimento de Cavalaria, o antigo 1º Corpo de Caçadores a Cavalos, que combatera desmontado na guerra, foi instalado em Bela Vista.

Figura 06 - Área natural de ocorrência de erva mate



Fonte:

http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Erva-mate/CultivodaErvaMate/02_distrib_geografica.htm

A região começava a ser reconhecida como estratégica, embora apenas pelo aspecto militar de vigilância da fronteira. A posição estratégica de cidade de fronteira começava a ser caracterizada para Bela Vista, consolidada com a instalação e construção do quartel para as tropas do Exército. Porém, fora da área com ervais para exploração⁸ (Figura 06), a Fazenda Jardim continuava sendo área de passagem para Bela Vista, da qual fazia parte, ou Porto Murinho. Bela Vista e a Fazenda Jardim eram diretamente beneficiadas pelo trânsito das carretas com o produto para a exportação fluvial.

Nas décadas de 1910-1930 houve a construção de novos quartéis para as tropas do Exército na fronteira do sul do então Mato Grosso, nas cidades de Aquidauana, Campo Grande, Ponta Porã e o de Bela Vista foi reformado (Figura 07).

Após a ligação dos trilhos das duas frentes de serviço que construía a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, em 1914, iniciou a circulação de trens de São Paulo para Mato Grosso. Diminuiu a dependência do Mato Grosso da via fluvial pelo rio Paraguai. A estação de Aqi-

⁸Na descrição de Centeno (2000), os campos com ervais estendiam-se desde a foz do rio Pardo no rio Paraná, seguindo pelo rio até a Sete Quedas, percorrendo a linha de fronteira com o Paraguai até Ponta Porã e pela Serra de Maracaju até os limites atuais do município de Sidrolândia, daí prosseguia pelo rio Pardo até a sua foz no rio Paraná.

dauana passou a ser um ponto de interiorização dos produtos que lá chegavam, e eram levados para a fronteira, aos municípios de Bela Vista e Porto Murtinho (Figura 08).

Figura 07 - Quartel de Bela Vista



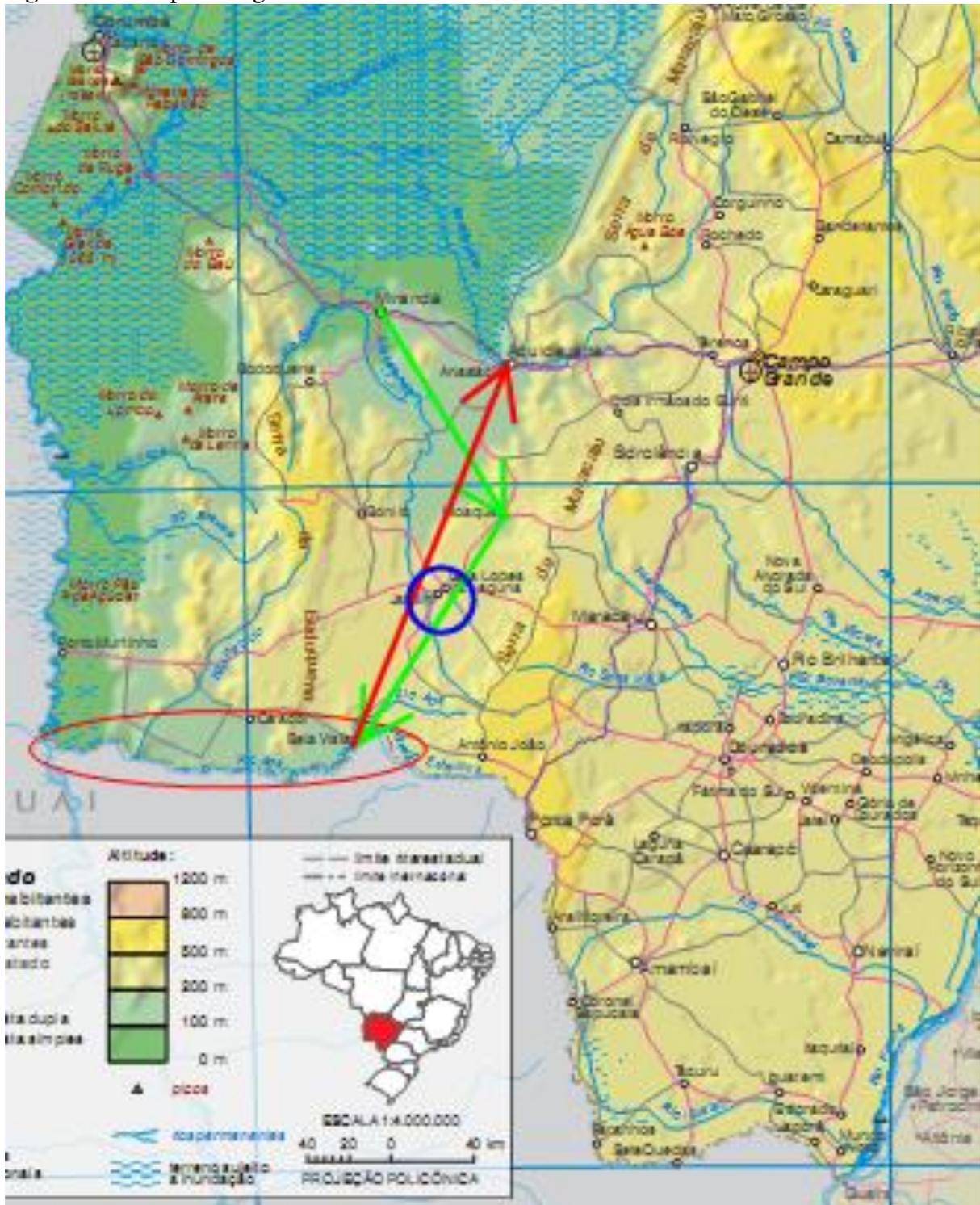
Fonte: Grupo RETIS / UFRJ. Disponível em:
http://igeo-sever.igeo.ufrj.br/retis/album_iconografico/Arco%20Central/Bela%20Vista/slides/BELAVISTA2004006.jpg

Em 1919, com a vinda da Missão Militar Francesa ao Brasil, houve o alerta sobre a necessidade de reestruturação do Exército. Por decisão do ministro da Guerra, Dr. João Pandiá Calógeras, um civil, foram construídos novos quartelamentos e vilas militares. O 6º Batalhão de Engenharia foi criado pelo Decreto nº 15.235, de 31 de dezembro de 1921, mas só poderia receber efetivos e material após o término da construção do quartel a ele destinado, no município de Aquidauana (Figura 09). A sede do comando do Exército na região (naquela época o comando da Circunscrição Militar de Mato Grosso) foi transferida de Corumbá para Campo Grande, que serviria de entroncamento ferroviário para a ligação com a fronteira em Ponta Porã.

No mapa da região sudoeste do Estado de Mato Grosso do Sul (Figura 08) é possível visualizar a localização dos municípios citados. Foram destacados a localização do município de Jardim, a fronteira demarcada pelo rio Apa, ao sul de Bela Vista, e o itinerário percorrido pelas tropas que realizaram a Retirada da Laguna, sendo as setas na cor verde para a ida com

o ingresso no território paraguaio e na cor vermelha para o regresso, ou a retirada propriamente dita.

Figura 08 – Mapa da região sudoeste do Estado de Mato Grosso do Sul



Fonte: IBGE. Disponível em: ftp://geofp.ibge.gov.br/mapas_tematicos/mapas_escolares/ensino_medio/mapas_estaduais/pdf/mato_grosso_do_sul.pdf

Os conflitos bélicos envolvendo Paraguai e Bolívia, na Guerra do Chaco (1932-1935), os movimentos revoltosos de 1924 (passagem da Coluna Prestes) e 1932 (Revolução Constitucionalista), ressaltaram as dificuldades da vigilância das fronteiras, pelo abandono e deficiências nas comunicações, sem estradas que permitissem o acesso adequado para as guarnições militares.

Figura 09 - Quartel de Aquidauana



Fonte: Fernando dos Anjos Souza

Com isso, a partir de 1933, os governantes passaram a utilizar tropas do Exército na construção de estradas de interesse estratégico. No SMT, pelo relatório do Ministério da Guerra (BRASIL, 1940, p. 198), o 6º Batalhão de Engenharia havia iniciado em 1933 a construção da rodovia até Porto Murtinho e Bela Vista, ligação terrestre para os municípios na fronteira com o Paraguai. Uma companhia do batalhão foi instalada em Nioaque, para a construção de uma ponte de madeira sobre o rio Nioaque. Para melhor execução dos serviços de estradas, no ano de 1934 houve a montagem pelo 6º Batalhão de Engenharia de um acampamento na região da Cabeceira dos Touros, atual distrito de Boqueirão, do município de Jar-

dim. A capacidade de trabalhos rodoviários era limitada a pequenos reparos em trechos com mais dificuldades de tráfego.

O relatório do Ministério da Guerra apresenta a atuação do Exército como uma decisão política, pois “Lembraram, finalmente, os nossos representantes a conveniência do Ministério da Guerra auxiliar a construção de estradas consideradas de interesse estratégico pelo Estado-Maior do Exército, o que já se vem fazendo em vários dos nossos Estados.” (BRASIL, 1935, p. 18). No relatório do ano seguinte são mostrados os trabalhos realizados:

Quatro batalhões de sapadores⁹ estão, actualmente, entregues ao trabalho de construção de rodovias, que compreende córtes de morros, remoção de barreiras, muros de arrimo, devastação, destocamento, drenos, terraplenagem e construção de boeiros (BRASIL, 1936, p. 22).

O interesse estratégico pela região ampliou-se, agora pela possibilidade de ser passagem para o acesso ao porto de *Concepción*, no Paraguai. Em 1939, houve a assinatura de um acordo entre os governos do Brasil e do Paraguai, para estabelecer as bases de um intercâmbio ferroviário, cultural e econômico. Segundo Queiroz (1.999), ao acordo seguiu-se uma convenção para dar conteúdo prático. Entre outras medidas, deveria ser construída pelo governo brasileiro uma ponte sobre o rio Apa. O governo paraguaio se comprometia a prolongar a estrada de ferro *Concepción-Horqueta* até Pedro Juan Caballero, com um sub-ramal até *Bella Vista*.

No final da década de 1930, no governo do presidente Getúlio Vargas, iniciaram-se os estudos para o prosseguimento da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB). Desde 1914 os trens circulavam até as barrancas do rio Paraguai, em Porto Esperança, sem atingirem o destino estabelecido, que seria a cidade de Corumbá. Os novos estudos tinham por finalidade o prosseguimento da construção para alcançar Corumbá e o início da construção do ramal para Ponta Porã, na fronteira com o Paraguai. Os trabalhos da construção dos dois trechos foram encerrados na década de 1950.

Além dos objetivos estratégicos relacionados à defesa do território, acrescentavam-se objetivos político-estratégicos aos econômicos:

A NOB ilustra, portanto, o caso de um *caminho* literalmente produzido em função de uma *fronteira*. Nesse sentido, pode-se dizer que se tratou de uma iniciativa extraordinariamente bem sucedida. De fato, num contexto ricamente contraditório, o objetivo político-estratégico da ferrovia (eliminar a dependência brasileira em relação à via platina) devia cumprir-se mediante o desempenho de uma missão econômica (desviar os fluxos de comércio da calha do rio Paraguai no rumo direto do Sudeste brasileiro). [...] Além disso, a NOB propiciou um outro equacionamento da própria condição fronteiriça do Extremo Oeste, na medida em que se tornou – conforme, aliás, seu expresso objetivo – o principal instrumento de defesa da soberania brasileira nessa região. (QUEIROZ, 2011, p. 130-131).

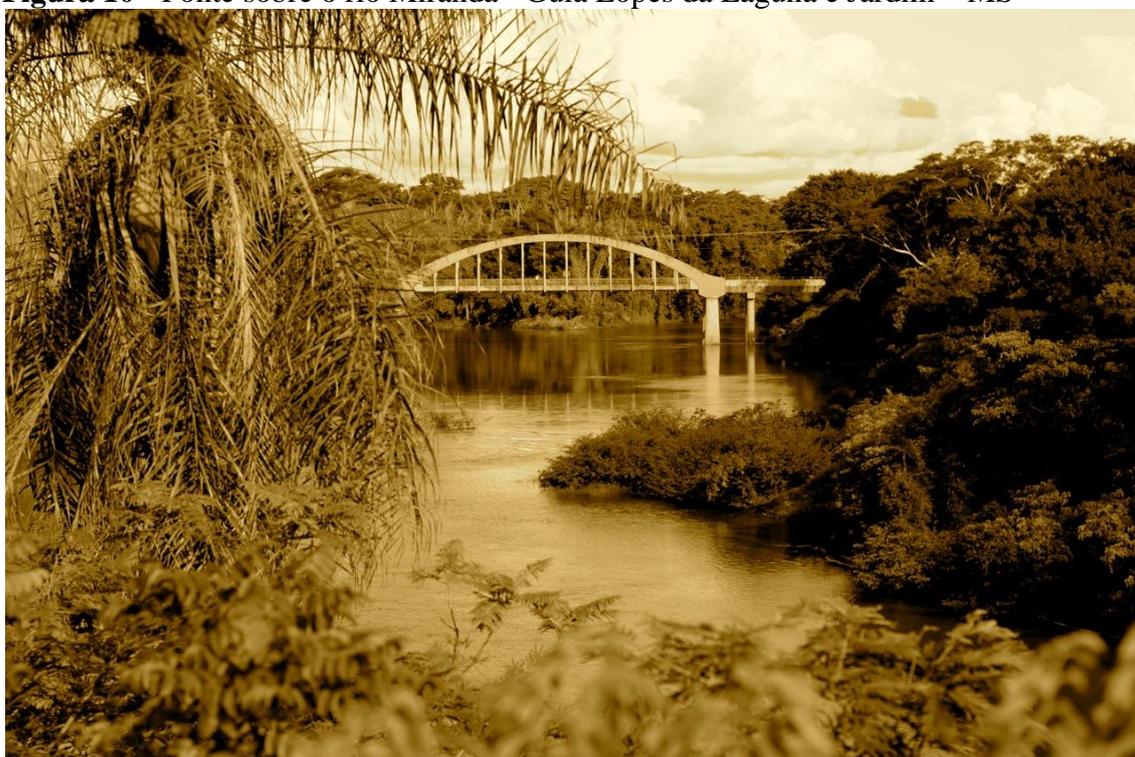
⁹ Nas seguintes localidades: o 1º Batalhão Rodoviário em Curitiba; 2º Batalhão Rodoviário em São Paulo; 3º Batalhão Rodoviário em Cachoeira (RS); e o 4º Batalhão Rodoviário em Aquidauana. (BRASIL, 1935, p. 144)

Demonstra-se, assim, a preocupação do governo federal com o SMT. Era o reconhecimento do valor estratégico, não mais apenas pelo fator militar de defesa das fronteiras. Estavam acrescentados os fatores econômicos, políticos e sociais.

Embora sem a presença dos trilhos da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, a região da Fazenda Jardim receberia seus benefícios. Era ponto de passagem para a ligação da estação de Aquidauana para as fronteiras do Brasil com Paraguai, nos rios Apa e Paraguai.

2.4 De acampamento de militares a loteamento: o surgimento do município

Figura 10 - Ponte sobre o rio Miranda - Guia Lopes da Laguna e Jardim – MS



Fonte: Alvaro Luiz Polônio. Disponível em: <http://www.flickr.com/photos/alvaroluiz/>

O rio Miranda era o maior obstáculo na ligação terrestre entre Aquidauana e a fronteira. Durante a Guerra do Paraguai fora responsável por deter na margem esquerda as tropas participantes da Retirada da Laguna. Dos meados de 1935 até o final de 1936, para facilitar a ligação e ultrapassar o obstáculo, foi construída uma ponte de concreto sobre o rio (Figura 10). A construção exigiu a montagem de um acampamento para alojar os trabalhadores. Os militares participaram da construção nos serviços braçais e de serralheria.

Como descreveu Guimarães Rosa, após sair de Aquidauana, sul avante, rodando no sentido inverso da Retirada da Laguna, passando por Nioaque e Guia Lopes, nos estirões do

caminho é encontrada uma ponte de concreto próxima da foz do rio Santo Antônio no rio Miranda, e “o pontal dos dois, redondo de copas, afina uma quilha, querendo insinuar-se debaixo da ponte” (ROSA, 1970, p. 20).

Os trabalhos de construção de estradas pelo Exército no SMT, relacionando-as com a Estrada de Ferro Noroeste, e a construção da ponte sobre o rio Miranda, assim como a situação precária das estradas, constam na seguinte descrição, feita em 1939. As alterações na denominação da unidade militar leva ao equívoco de citar a obra sendo feita pelo 1º Batalhão Rodoviário, quando era realizada pela 1ª Companhia de Sapadores do batalhão:

Os principais caminhos que põem a Estrada de Ferro Noroeste em comunicação com a fronteira são: um a estrada, mais carroçável que de rodagem, que liga a cidade de Campo Grande à de Ponta Porã, uma de rodagem, incompleta, que partindo de Aquidauna vai a Bela Vista, passando em Nioaque; uma terceira, carroçável, de Miranda a Porto Murtinho. Delas a mais importante, a melhor construída, é a segunda. Iniciada há alguns anos pelo 6º BE, prosseguidos os seus trabalhos pelo 4º Batalhão de Sapadores, está em vias de construção pelo 1º Batalhão Rodoviário. Consta algumas obras de arte e entre estas uma **ponte magnífica, toda de cimento armado**, sobre o rio Miranda. (MELLO E SILVA, 1989, p. 112 e 113, grifo nosso).

Arruda (2005) menciona que a ponte foi construída dos meados de 1935 até o final de 1936, com projeto do engenheiro civil Tomé de Souza e a ponte não foi somente o elo entre duas cidades coirmãs, mas também uma obra que fez fluir o desbravamento e o trabalho para a nova terra. A construção do acesso à ponte, no lado de Guia Lopes, era “durante 12 horas por dia” quando “os soldados faziam o corte e o aterro, utilizando-se de carriolas e pequenas carroças, as quais eram puxadas por eles próprios” (ARRUDA, 2005, p. 32).

Até então, a região continuava sendo uma região de passagem. As referências do local eram as marcas da Guerra do Paraguai, com os monumentos da Retirada da Laguna, e a passagem para as regiões estratégicas das fronteiras. O rio, outro marco, com a construção da ponte estava superado como obstáculo nas ligações terrestres. Permanecia a sede da Fazenda Jardim, na margem direita do rio Miranda, com a residência de Dona Senhorinha, a viúva do Guia Lopes, e seus filhos. Na outra margem do rio estavam os túmulos dos mortos da Força Expedicionária do Mato Grosso durante a Guerra do Paraguai.

O 6º Batalhão de Engenharia, unidade militar que consolidou o processo de ocupação, pela construção e reparação de estradas, foi sucedido por outras, por transformações e alterações de denominação, como está registrado no Histórico da CER-3. Por transformação do 6º Batalhão de Engenharia, o Ministério da Guerra criou, em 1935, o 4º Batalhão de Sapadores. A criação, pelo Aviso 99, de 18 de fevereiro de 1935, previa o emprego do batalhão na construção e reparação de estradas, e a dotação de 1(uma) Companhia Extra e 3 (três) Companhias de Sapadores. A 1ª Companhia foi a que se instalou na Fazenda Jardim, sob o comando do en-

tão capitão Teodorico de Farias, com a finalidade de construir a ponte sobre o rio Miranda. Em 1939 foi transformado no 4º Batalhão Rodoviário, e instalou-se na margem esquerda do rio Miranda, em terras da Fazenda Jardim, para manter em condições de tráfego as estradas que dali seguiam para a fronteira do Paraguai. Para realizar seus trabalhos, era autorizada a contratação de até 900 trabalhadores civis.

Figura 11 - Sede do 4º Batalhão Rodoviário na Fazenda Jardim



Fonte: Museu da CER-3; cedida por Rita Carmen Braga Lima

Seus integrantes construíram edificações provisórias de estuque, taipa e tábua, cobertas de folhas de zinco (Figura 11) e habitações de pau-a-pique ou taquara batida, cobertas de palha de bacuri (Figura 12). As fotografias mostram as condições precárias e improvisadas das instalações militares e das residências.

Getulio Vargas iniciou o seu período de governo em 1930, após a deposição do presidente Washington Luis. Como chefe do movimento que ficou conhecido como Revolução de 1930, Getulio Vargas assumiu a chefia do Governo Provisório. O Estado Novo, que a historiografia delimita entre 1937-1945, é referenciado ao golpe de 10 de novembro de 1937, quando Getulio Vargas decreta o fechamento do Congresso e outorga uma nova Constituição. E encerra em 1944, quando Getulio foi deposto por um movimento que buscava a redemocratização. A Era Vargas é considerada como um período que inclui, além do período designado como Estado Novo, o anterior a 1937 e o iniciado em 1950, quando Vargas retorna ao cargo

de presidente da república, em eleição direta, e com término em agosto de 1954, com o seu suicídio.

Figura 12 - Primeiras residências de Jardim - MS



Fonte: Rita Carmen Braga Lima

Getúlio Vargas, amparado pela Revolução de 1930 que o colocou no poder, procurou integrar elite e o povo, superando o dissenso entre os aspectos legal e real do Brasil, que imperava na República Velha. O progresso, que traria a paz social, viria com a educação, a técnica e os valores morais. O governo, instaurado pela revolução, teria o poder legítimo para conduzir as reformas necessárias segundo os interesses coletivos e para o progresso da Nação. E daí surgiria a política da Marcha para o Oeste, com seus desdobramentos na região fronteira do atual Mato Grosso do Sul, como a criação do Território Federal de Ponta Porã e da CER-3.

No Estado Novo, quando o Marechal Dutra era o Ministro da Guerra, foram aprovadas diversas leis, consideradas básicas para a estruturação da Força Terrestre (Exército): o Estatuto dos Militares, a nova Lei do Serviço Militar, a Lei de Organização do Exército e a Lei do Ensino Militar. Ainda nesse período foram criadas novas unidades e novos serviços, construídos dezenas de quartéis, hospitais militares, vilas militares e vilas operárias, depósitos, fábricas, estabelecimentos dos serviços de remonta e veterinária, e estradas de ferro e de rodagem (nos ou entre os estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso). As

ações do Ministério da Guerra eram coerentes com a política nacionalista do presidente Getúlio Vargas e denominada “Marcha para o Oeste”. Ela visava, entre outros objetivos, a segurança das fronteiras e a necessidade de ocupar as regiões distantes. Para isso a instalação de novas unidades militares no SMT, a melhoria das ligações rodoviárias para o interior e a criação de territórios federais, entre eles o Território de Ponta Porã¹⁰.

Em março de 1945, o 4º Batalhão Rodoviário foi extinto. Para substituí-lo foi criada, pelo Aviso n. 497, de 26 de fevereiro de 1945, a Comissão de Construção de Estradas de Rodagem para o Estado de Mato Grosso e Território de Ponta Porã (C.E.R.M.G.P.P.), com a abreviatura que se popularizou: CER-3.

Pelas memórias de Lima (2006), o primeiro comandante da CER-3, Major Alberto Rodrigues da Costa, ao ver a situação dos funcionários, morando em condições precárias, sem projetos de melhorias por estarem em terras alheias, resolveu adquirir parte da Fazenda Monjolinho, do fazendeiro Fábio Martins Barbosa e sua mulher Deolinda Barbosa Martins, para lotear e vender aos referidos funcionários.

O loteamento seguia os ditames do Decreto-Lei nº 58, de 10 de dezembro de 1937, regulando o loteamento e a venda de terrenos com pagamento em prestações. O loteamento recebeu o nome de Vila Jardim, vindo da Fazenda Jardim, outrora pertencente ao Guia Lopes, e marcado pelo episódio da Retirada da Laguna. Confeccionado conforme o artigo 4º do decreto, no memorial de descrição constava uma pequena síntese das atividades sociais ali desenvolvidas: “É preciso que se registre que essas pessoas se divertiam com suas famílias, reuniam-se para comemorar os aniversários, as datas pátrias, os eventos que fossem importantes para eles. Uma comunidade ia-se formando social, cristã, etc.” (LIMA, 2006, p. 27).

A área de 389.489,60 m² (trezentos e oitenta e nove mil e quatrocentos e oitenta e nove metros quadrados e sessenta centímetros) foi dividida em 18 (dezoito) quadras, uma especial, denominada com a letra “A”, e as outras numeradas de 1 a 17, com um total de 248 (duzentos e quarenta e oito) lotes. O município de Jardim comemora a data da assinatura da ata de entrega dos lotes, 14 de maio de 1946, como o dia de aniversário. O Major Alberto Rodrigues da Costa e os 37 (trinta e sete) primeiros moradores que assinaram a ata são considerados fundadores da cidade. Existiam militares e funcionários civis na relação, incluindo uma mulher, mas “havia mais pessoas habitando na pequena comunidade nascente além das que

¹⁰ O Território Federal de Ponta Porã foi criado pelo Decreto-Lei nº. 5.812, de 13 de setembro de 1943, e extinto pela Constituição Federal de 1946. Era composto pelos seguintes municípios: Ponta Porã (capital), Bela Vista, Nioaque, Maracajú, Dourados, Miranda e Porto Murtinho. Oliveira (1999) apresenta um estudo sobre a política de colonização e nacionalização das fronteiras do SMT, durante o Estado Novo (1937-1945), quando foi desencadeada a Marcha para o Oeste do Presidente Getúlio Vargas. O Decreto-Lei 5.812 mencionava o Art. 6º da Constituição de 1937 que previa a criação de territórios federais “no interesse da defesa nacional”.

constaram na ata, que registrou apenas aqueles presentes na reunião e que primeiro adquiriram os lotes” (LIMA, 2006, p. 29).

A maioria de serventuários civis entre aqueles que assinaram a ata de entrega dos lotes, e considerados como os primeiros moradores da Vila Jardim, atesta que eles entenderam a finalidade do loteamento, e acreditaram no surgimento de melhores condições de vida no local. A pouca participação dos militares, sendo mencionados na ata de entrega os senhores Antonio Celestino de Queiróz, Waldemar Pereira Padilha, Euzébio da Costa Paes, Petronilio Augusto dos Reis e Pedro Pletz Cleve, é entendida como decorrente do efetivo reduzido e pelo motivo dos militares não se fixarem nas cidades, por força das transferências a que estão sujeitos. O major Alberto Rodrigues da Costa foi o idealizador e o seu objetivo, como registrou no memorial de descrição, era “fundar nesta localidade uma vila que de futuro, pelo esforço de seus próprios moradores e amparo das autoridades federais se tornasse uma cidade”. Não era mais uma região de passagem ou de acampamentos transitórios. As pessoas fixavam-se na localidade, com suas famílias, o que traria novas necessidades a serem atendidas, como a de escolas para suas crianças.

A escolha do local trouxe outros benefícios para os integrantes da Comissão. Estavam instalados na margem esquerda do Rio Miranda, no território do município de Bela Vista, portanto considerado área de fronteira. Com a nova localização, haveria um adicional nos proventos e outras vantagens administrativas. O acréscimo de vinte por cento aos vencimentos foi estabelecido em 1937 (BRASIL, 1938, p. S1-37), aos oficiais e praças em serviço nas guarnições militares com motivos no encarecimento dos meios de subsistência e dificuldades nas condições de vida. Entre outras localidades, como Ponta Porã, Porto Murtinho, Coimbra e Rio Branco, estava incluída Bela Vista. E o rio Miranda era o limite com o município de Nioaque, que não constava na relação. A sede na margem esquerda proporcionava o recebimento da quota adicional.

Pelas narrativas de Lima (2006) a data da entrega dos lotes foi escolhida pelo major Alberto Rodrigues da Costa por sugestão de sua esposa, Margarida Rolom Rodrigues da Costa, que estava sendo homenageada, e como ela era de origem paraguaia, propôs o dia 14 de maio, quando se comemora a independência do Paraguai.

A partir do loteamento das terras e venda de lotes, o município iniciou sua estruturação geográfica e populacional. Aos primeiros moradores, somaram-se mais operários e outros envolvidos na construção da rodovia. Deu-se uma ocupação progressiva da área, beneficiada por terras férteis do local e por bons campos. Em 13 de setembro de 1948, pela Lei nº. 119/48, com o crescimento populacional do povoado, foi criado o Distrito de Jardim, pelo prefeito de

Bela Vista, o Sr. Álvaro da Silveira Mascarenhas. Em 11 de dezembro de 1953, apenas sete anos após a criação do loteamento, a Vila Jardim é transformada em município, desmembrado de Bela Vista, através da Lei nº. 6771/53, pelo então governador do Estado de Mato Grosso, Dr. Fernando Corrêa da Costa. A data é considerada como de sua emancipação política (Prefeitura Municipal de Jardim, 2012).

Tabela 1 - Evolução Populacional de Jardim (1950-2010)

Censo	População						observação
	Total	Densidade (hab/km ²)	0-4 anos	5-9 anos	10-14 anos	15 a19 anos	
1946	200						(1)
1950	1096	-					(2)
1960	6061	2,75	1.020	1.064	916	572	
1970	10.460	4,75	1.503	1.546	1.603	1.247	
1980	13.822	6,27	1.816	1.775	1.839	1.714	
1991	19.325	8,77	2.115	2.386	2.354	2.020	
2000	22.542	10,23	2.329	2.427	2.374	2.366	
2010	24.346	10,60	1.992	2.065	2.374	2.225	

Observações: (1) Estimada pelo autor para o Loteamento inicial da Vila Jardim
(2) Distrito Vila Jardim (Bela Vista)

Fonte: IBGE (Censos demográficos de 1950 a 2010)

Censo 1991- publicação Censo Demográfico 1991 - resultados do universo n. 25 - MS, p. 63 e 72

Censo 2000 - resultados do universo - tabela 3.1.4.24 - MS

Censo 2010 - resultados do universo - tabela 4.24.1.2 - MS

Das trinta e quatro famílias fundadoras, o que permite uma estimativa de 200 pessoas, incluídas no memorial da criação, a população aumentou progressivamente. Na Tabela 01 percebe-se o adensamento populacional ocorrido nas décadas de 1950 a 1970. E no Censo de 1960, a quantidade de crianças até 14 (quatorze) anos, chegando a quase 50% da população, mostra a necessidade de escolas para atender essa clientela nascida no município. Nos censos de 1970 e 1980, da mesma maneira, o percentual da população até 19 (dezenove) anos era de 56% e 51% respectivamente, demonstrando ser uma maioria de jovens no município. E, conforme consta nos Censo de 2000 e 2010, apesar de um aumento populacional verificado pelo Censo de 2010, ocorreu uma diminuição na população entre 05 (cinco) a 19 (dezenove) anos, portanto a que apresentava uma idade escolar.

Oliveira (1999) cita a alteração no contorno político-econômico no SMT, processada a partir de medidas governamentais desencadeadas pelo Presidente Getúlio Vargas, no período do Estado Novo (1937-1945) para a nacionalização das fronteiras. As medidas incluíam a construção do ramal da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, partindo de Campo Grande e

chegando em Ponta Porã, a criação do Território Federal de Ponta Porã e a criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados.

A CER-3 era uma organização militar de constituição diferenciada. Não recebia soldados para a prestação do serviço militar obrigatório. Seu efetivo militar era formado por oficiais e sargentos, profissionais de carreira. Direcionada para a construção de estradas, possuía um corpo administrativo liderado por militares e uma grande maioria de civis, funcionários de carreira ou temporários.¹¹ Os militares eram encarregados da direção, contratando civis como operários para a realização dos trabalhos. Seus recursos tinham como fontes o Ministério da Guerra, depois Ministério do Exército, para pagamento do pessoal militar e do Ministério da Viação e Obras Públicas, transformado em Ministério do Transporte, provedor dos recursos destinados para a realização das obras rodoviárias, incluindo o pagamento dos operários contratados para essa finalidade¹².

A CER-3 foi extinta a contar de 01 de janeiro de 1984, pelo Decreto nº 88.537, de 19 de julho de 1983. Em suas instalações permaneceu um efetivo militar do 9º Batalhão de Engenharia de Construção, sediado em Cuiabá, com a denominação de Residência Especial de Jardim (RESJIM), que recebeu parte do patrimônio rodoviário, depois transferido para o 9º Batalhão de Engenharia de Construção, sediado em Cuiabá. As antigas instalações da CER-3 são atualmente ocupadas pela 4ª Cia E Cmb Mec, organização militar do Exército Brasileiro.

A instalação da CER-3 trouxe grande desenvolvimento social e impulso econômico para a região de Jardim. De uma região de passagem, seguiu-se a configuração inicial de loteamento operário-militar. A presença militar estimulou a formação da cidade, que a população consolidou como uma cidade progressiva, pólo de desenvolvimento da atual região sudoeste de Mato Grosso do Sul. Com a Comissão, as “questões da comunidade em lazer, saúde, esporte, educação, saúde e trabalho, tinham profundas ligações” e o “o significado da organização militar transcendia a finalidade burocrática e se estendia por outros campos...” (MEDEIROS, 2002, p. 32).

¹¹ O comandante recebia a denominação de *chefe*, e era um oficial do Exército do círculo de oficiais superiores, da Arma de Engenharia, pertencente ao Quadro Técnico da Arma (QTA), ou seja, com o curso de Fortificações realizado no Instituto Militar de Engenharia (Rio de Janeiro -RJ). Como Fiscal Administrativo e Secretario, exercia a função um oficial no posto de capitão. As graduações previstas para os militares chegavam até sargentos.

¹² Para o ano de 1958, por exemplo, era fixado o efetivo de trabalho de 450 homens para a CER-3, e uma verba a ser aplicada nos trabalhos rodoviários de Cr\$ 1.499.000,00 (B. I. nº 33, de 17 de fevereiro de 1958).

2.5 A situação da educação pública na fronteira Brasil - Paraguai

A atuação do Estado brasileiro na educação não era eficiente na região da fronteira do SMT com o Paraguai. A situação da escolarização naqueles lugares fronteiriços é descrita por Rosa (1970), após a visita em 1947, que encontrou crianças brasileiras estudando em colégios paraguaios, pela falta de escolas, e assim escreveu: “Para a banda de lá, onde há escolas e colégios, passam os meninos brasileiros”.

Alguns estudos acadêmicos, como os elaborados por Silva (2008), Silva (2009), permitem a montagem de uma configuração da situação da educação na fronteira do SMT para épocas mais recentes. Eles enfocam instituições escolares em regiões distintas da fronteira.

Silva (2008) realizou um trabalho com o objetivo de registrar e compreender a contribuição da Instituição Vicentina de Gijzegem (IVG), no período de 1940 a 1980, para a História da Educação, sob o prisma da religiosidade, que se apresenta, atualmente, na religiosidade afluída nas mulheres fronteiriças, conforme a autora. Embora o *locus* de estudo fosse a cidade de Ponta Porã, estendeu-se para Aquidauana e Bela Vista. Aquidauana foi o local de início das atividades educativas das irmãs no Mato Grosso e Bela Vista o ponto de partida ou passagem para Ponta Porã. Silva (2008) demonstra que ocorreu um entrelaçamento nas ações educacionais entre Igreja (IVG) e Estado na Educação em Mato Grosso do Sul na região de fronteira. A IVG implantou duas escolas paroquiais, uma em Bela Vista (Escola Santo Afonso) e outra em Ponta Porã (Escola Paroquial São José), hoje da rede particular de ensino. As escolas recebiam recursos financeiros do Estado através de convênios. Na região de fronteira as escolas da IVG eram instituições que além do ensino formal, atendiam a comunidade com várias atividades sócio-culturais, com objetivos educacionais, religiosos e sociais. Mesmo conduzida pelos religiosos, as escolas estiveram sempre sob a regulamentação do Estado: as atas de exames finais eram assinadas pelo Inspetor estadual e as religiosas eram nomeadas legalmente professoras pelo Estado de Mato Grosso.

O trabalho de Silva (2009) permite o conhecimento sobre um aspecto particular da educação em Corumbá, região fronteiriça do Brasil com a Bolívia. De acordo com o trabalho, a Missão Salesiana de Mato Grosso, mantenedora do Colégio Salesiano Santa Tereza, firmou em 1971 um convênio com o governo do Estado de Mato Grosso, e o prédio do Colégio passou a ser usado pela Escola Estadual de 1º e 2º Grau Santa Tereza. Pelo Convênio, o Colégio Salesiano de Santa Teresa continuaria a existir até que fossem formadas as últimas turmas privadas. Assim, continuou com a mesma denominação até 1982. No período em que o Convênio vigo-

rou, trabalhavam duas categorias de professores e funcionários: os contratados e pagos pela Missão Salesiana de Mato Grosso e outros remunerados pelo Estado e lotados na Escola Estadual Santa Teresa. A seleção do corpo docente era feita pela Missão Salesiana, que encaminhava a relação com o nome e a disciplina a ministrar pelo docente à Secretaria Estadual de Educação. E esta responsabilizava-se por fazer a lotação ou contratar os profissionais indicados para trabalhar no Colégio Estadual Santa Teresa.

No funcionamento, havia a influência do Estado na parte legal, com coordenadores, ou supervisores escolares, lotados no Colégio Estadual Santa Teresa, e estes eram responsáveis por organizar a grade curricular, a lotação de professores, a documentação escolar, as atas com notas dos alunos. A direção do Colégio e a coordenação geral permaneciam com a responsabilidade da Missão Salesiana. Na verdade com o Convênio, segundo Silva (2009), mesmo o Colégio mantendo a direção e coordenação geral, perdeu a autonomia porque tinha que acatar as determinações do governo do estado de Mato Grosso. O Convênio, afirma Silva (2009) foi um negócio interessante tanto para o Estado, que precisava de salas de aula, como para os salesianos, que tinham as salas ociosas e precisavam de verbas para cobrir as despesas do colégio.

Marcilio (1963, p. 166 a 174) relaciona as instituições particulares que contribuíram para o ensino em Mato Grosso, no período republicano, até a década de 1960. Por ele considerada como importante, por concorrer de maneira eficaz e decisiva para a difusão da cultura na mocidade matogrossense, enumera inúmeras instituições particulares ao lado das confessionais católicas, como a Igreja Batista, a colônia japonesa, a Seleta Sociedade Caritativa e Humanitária, a Sociedade Miguel Couto dos Amigos dos Estudantes, a NOB e a Fraternidade Espírita.

Os estudos mostram que na região fronteira do SMT havia a necessidade da atuação de particulares na educação, pela falta de salas de aulas. As instituições particulares, como a Igreja, ofereciam as salas para o funcionamento das escolas e com isso recebiam por meio de convênios o apoio estatal.

2.6 As presenças nacionais, a fronteira e o processo civilizador

A crescente presença do Estado na região, principalmente pela ação dos militares, em particular pelo Exército, pode ser analisada como parte de um processo civilizador, “uma mu-

dança na conduta e sentimentos humanos rumo a uma direção muito específica” (ELIAS, 1993, p.193).

Os limites do Brasil com o Paraguai, ao sul do antigo Mato Grosso, foram estabelecidos como consequência da Guerra do Paraguai, após a assinatura do tratado de paz de 1872. A definição dos limites e a posterior demarcação, realizada em 1874, permitiu definir o alcance da atuação dos Estados. Com a solução satisfatória dos problemas de limites, foi possível melhorar o aproveitamento econômico da região e a utilização dos recursos naturais nelas existentes.

Não sendo mais permitido, com a assinatura dos tratados de paz, o livre uso da força física, os homens outrora beligerantes buscaram outras formas de impor sua vontade aos demais.

De maneira inversa, os limites estabelecem a extensão onde os indivíduos, agora representados pelos Estados, podem exercer a força física ou, segundo Elias (1993, p. 198) “ao se formar um monopólio de força, criam-se espaços sociais pacificados, que normalmente estão livres de atos de violência”. Com a formação de monopólios de força, a vida diária torna-se mais livre de reviravoltas súbitas da sorte, e a violência física é confinada aos quartéis. Surgia o clima propício para o desenvolvimento econômico da região fronteira, e a ocupação do território por mais pessoas, aumentando a demanda pela melhoria das estradas. Era mais um papel a ser desempenhado pelos militares, nessa configuração de região fronteira.

Mas surgem outras pressões atuando sobre as pessoas nesses espaços agora pacificados. Elias as chama de “formas de violência não-física”, como as dos tipos de violência econômica e a monopolização dos meios de produção. A presença militar, e a construção de estradas de acesso para as áreas que foram disputadas, servem de meios de demonstração dessas forças, e permitem a aplicação das formas citadas (a exploração econômica e dos meios de produção), também ampliam as interdependências entre pessoas e grupos, agora mais próximos entre si.

Entre os conceitos usados na teoria do processo civilizador, estão os de interdependência e configurações. A mudança no controle das paixões é conduta denominada “civilização” e guarda, para Elias, “estrito entrelaçamento e interdependência crescentes de pessoas” (ELIAS, 1993, p. 54). As pessoas estão interligadas, com relações que as orientam umas para as outras, e unindo-as de diferentes maneiras, em entrelaçamentos de modo amistoso ou hostil. São estabelecidas redes de relacionamentos, que possuem uma dinâmica autônoma. A configuração se apresenta de acordo com a forma como os grupos humanos estão interligados, podendo ser familiar, em aldeias, cidades, estados e nações.

O conceito sobre as configurações sociais merece considerações especiais para a região fronteiriça estudada. As pessoas estão interligadas nas várias configurações possíveis, e uma que procure isolá-las unicamente pelo critério de nacionalidade é impraticável. As relações ultrapassam os limites da fronteira, sejam nas comerciais, ou nas afetivas, por exemplo, e criam novas configurações, com características próprias. Essas interligações estendem-se aos militares nos trabalhos de estradas. Contratavam operários civis, seus familiares estavam estabelecidos nas cidades, e os operários possuíam parentesco nos dois países. Essas conexões são encontradas no desenvolvimento do município de Jardim, entre civis e militares:

Todas as sociedades, tanto quanto podemos perceber, têm a característica geral de sistemas com subsistemas de muitos níveis, dos quais os indivíduos, enquanto indivíduos, formam apenas um. Organizados em grupos, os indivíduos formam muitos outros. Formam famílias e, então, novamente em nível mais alto, como grupos de grupos, vilas ou cidades, classes ou sistemas industriais e muitas estruturas similares que se entrosam e podem formar juntos um sistema global, como tribos, cidades-estados, com seu próprio equilíbrio dinâmico de poder. (ELIAS, 1998, p. 146)

Nas explicações de Elias sobre a instabilidade dos monopólios de força nas relações entre os estados, pode ser encontrada uma caracterização de fronteira que supera os limites geográficos e temporais. Os estados se empenham em lutas para conquistar aliados, posições ou ganhar influência sobre outros, são lutas pela conquista de “posições em territórios fora de suas fronteiras” (ELIAS, 1998, p. 227).

A indefinição das fronteiras entre os estados e a luta pelos domínios territoriais, ainda presente em dias atuais, repetem fatos do passado, nas dinâmicas de entrelaçamento, como descreve Elias:

Atualmente, as relações internacionais, ainda não reguladas por um monopólio abrangente de força, estão sendo empurradas, mais uma vez, na direção desses monopólios e, assim, para a formação de domínios de uma nova ordem de magnitude. Precusores dessas unidades hegemônicas, como Estados aliados, impérios e ligas de nações certamente já existem. Como antes, nos séculos de lutas entre domínios territoriais, hoje ainda não se resolveu, na luta entre os Estados, nem é possível resolver, por ora, onde ficarão os centros e as fronteiras das unidades hegemônicas mais amplas do futuro.” (ELIAS, 1993, p.265-266)

As tensões entre estados, surgidas em lutas pela expansão dos limites, são descritas por Elias como “criadas pela dinâmica irresistível de suas lutas pela supremacia sobre domínios cada vez maiores, encontram expressão na constituição psicológica das pessoas, em frustração e restrições específicas.” (ELIAS, 1993, p. 270)

A guerra explicitou um processo de descivilização, com o predomínio da violência e das violações dos direitos. Após a guerra, verificou-se a pacificação, com a presença militar sendo uma constante nesta configuração fronteiriça, com uma ação diferenciada dos militares, agora realizada em tempos de paz.

A presença militar continuada na região, onde a CER-3 e organizações militares antecessoras e sucessora é uma evidência empírica, procura inibir o surgimento dessa cobiça, mostrando o poder da violência que o estado é capaz de aplicar, em defesa do seu poder sobre a área. O monopólio do uso da violência implica no poder de usar a violência física para impor a lei, proteger os indivíduos contra a violência física dos outros e impor a coexistência pacífica.

Neste trecho podemos perceber as conexões entre a história do município de Jardim e a presença do Exército Brasileiro. Como reflexos dos processos históricos desenvolvidos na região, a partir do crescente povoamento, eles estão interligados e são interdependentes.

Com o aumento da população ocorreu o aquartelamento de unidades militares do Exército na região, de forma permanente após o final da Guerra da Tríplice Aliança.

A pacificação e o estabelecimento dos limites trouxeram mais auto-controle para os indivíduos e estados, obtidos na direção do processo civilizador. A participação militar na construção de estradas e a continuada presença de militares na região caracterizam o monopólio do estado da aplicação da violência, fazendo parte da configuração social da região de fronteira. São conceitos desenvolvidos por Norbert Elias na caracterização do processo civilizador.

Nas seções seguintes será mostrado o envolvimento dos militares no campo educacional, englobando a CER-3, com a implantação de cursos e escolas para atender, inicialmente, os filhos dos seus integrantes, trabalhadores civis e militares. É um prosseguimento do processo de pacificação verificado após a Guerra da Tríplice Aliança.

3 A participação militar na escolarização da fronteira Brasil-Paraguai

O tema envolvendo a participação dos militares na educação pública é pouco conhecido no meio acadêmico, como já foi citado brevemente na Introdução deste trabalho. A procura no Portal Domínio Público, na área do conhecimento da Educação, usando como buscadores as palavras-chave “militar”, “militares” ou “ensino militar”, resultou em 23 (vinte e três) dissertações e 5 (cinco) teses, correspondentes a 0,33% de um total de 8.276 (oito mil e duzentos e setenta e seis) teses e dissertações incluídas no acervo do portal, com a discriminação dos resultados mostrados no Quadro 01.

Quadro 01 - Resultados da pesquisa no Portal Domínio Público

Ensino Policial Militar	10
Relações da educação no período do Regime Militar (1964-1988)	09
Treinamento de militares	04
Colégios Militares	04
Escola de Saúde da Marinha do Brasil	01
Total	28

Fonte: Pesquisa realizada em 29 de agosto de 2012, em

< <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.jsp> >

Na Revista Brasileira de Educação, publicação da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, na busca por artigos com as mesmas palavras-chave (militar e militares), não foram encontradas referências. A busca no Banco de Teses do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que disponibiliza os resumos de teses e dissertações defendidas a partir do ano de 1987, resultou em uma quantidade maior de artigos, mas na verificação dos títulos e resumos foi constatado uma inserção de artigos não pertinentes com a pesquisa e, uma análise mais aprimorada apresentou resultados semelhantes ao do Portal Domínio Público.

Em programas de pós-graduação há alguns estudos dedicados para a instrução militar em seus diversos níveis, aquela realizada nos estabelecimentos militares, como os quartéis ou escolas militares e direcionadas para a formação de quadros capazes de executarem as atividades militares propriamente ditas. Sobre o Exército, um exemplo desse direcionamento é a dissertação de Amaral (2007), intitulada “Educação militar pós-1985: os currículos da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército”, com uma análise dos currículos e planos de disciplina da escola de mais alto nível do Exército, destinada para a capacitação e formação de líderes e comandantes.

As partes seguintes deste trabalho estão direcionadas para a comprovação da participação militar na educação pública da região fronteira do Brasil com o Paraguai, como uma obra educacional conduzida sob a responsabilidade militar. Após estabelecer uma configuração do ensino militar ministrado pelo Exército e a legislação do ensino, procuram demonstrar o envolvimento dos militares no processo de escolarização na fronteira Brasil-Paraguai, como uma evidência empírica da existência da participação militar em modalidades diferentes das dimensões mencionadas na legislação para o ensino militar.

3.1 A configuração do ensino militar no Brasil e a legislação educacional

No período republicano, quando Gustavo Capanema estava à frente do Ministério da Educação, foram aprovadas diversas “leis orgânicas”, também conhecidas como “Reforma Capanema”. Editadas por meio de decretos-leis, entre 1942-46, elas

Visavam à construção de um sistema centralizado e articulado entre partes, e atingiram tanto o ensino público quanto o particular mediante o mecanismo da equiparação, com efeitos legais para as escolas privadas que se submetesse a fiscalização federal (HILSDORF, 2003, p. 101).

Em 1942, compondo a relação das leis elaboradas sobre o ensino, o Decreto-Lei nº 4.130, de 26 de Fevereiro de 1942, estabeleceu a Lei do Ensino Militar, que definia o ensino militar como aquele destinado a preparação técnico-profissional do pessoal de enquadramento em todos os escalões da hierarquia, tanto da ativa como da reserva. A lei determinava que o prestador do serviço militar inicial só poderia deixar o Exército sabendo ler, escrever e contar:

Art. 35. O ensino primário é ministrado em Corpos-de-tropa e Formações-de-serviço, aos soldados analfabetos e aos alfabetizados.

Parágrafo único. O ensino dos analfabetos e o ensino primário, para os alfabetizados e para habilitação aos cursos de cabos e sargentos, serão dados na Escola Regimental sob a direção de oficial.

Art. 36. Nenhum conscrito ou voluntário, salvo nos casos previstos em lei, poderá deixar o serviço do Exército sem saber ler, escrever e contar; sem possuir noções indispensáveis a respeito do Brasil; e uma firme convicção de seus deveres para com a Pátria.

Parágrafo único. Só a anormalidade comprovada permite exceção a essa regra.

Art. 37. De preferência poderá o magistério estadual ser solicitado a fornecer professores para as Escolas Regimentais. Mesmo neste caso, o diretor do ensino será um oficial.

Art. 38. A Inspetoria Geral do Ensino do Exército organizará os programas de ensino e as instruções que devam regular o funcionamento das Escolas Regimentais. (Decreto-Lei nº 4.130, de 26 de Fevereiro de 1942)

Com a Lei do Ensino Militar de 1942, estabeleceu-se o amparo legal para a alfabetização como complemento dos deveres do militar. A direção das Escolas Regimentais era uma atribuição militar, exercida por oficiais, com a possibilidade de cooperação no nível estadual

do magistério público. A possibilidade da cooperação aponta uma abertura para obter a colaboração do setor público com o militar, na alfabetização de cabos e soldados.

A Constituição brasileira promulgada em 1946 previa no Art. 166 a educação como sendo um direito de todos, podendo ser dada no lar e na escola. E norteava os princípios para a educação, que deveria ser inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais da solidariedade humana. A legislação sobre as diretrizes e bases da educação nacional era prevista no Art. 5º como uma competência da União.

De acordo com Romanelli (2010) a Constituição de 1946 era um documento de inspiração ideológica liberal-democrática, que asseguravam direitos e garantias individuais inalienáveis, e estava impregnada de um espírito democrático próprio das reivindicações sociais do século XX. Para cumprir os princípios ditados na carta constitucional de 1946, que diferenciavam da autoritária de 1937, Romanelli (2010) cita que o então Ministro da Educação, Clemente Mariani, constituiu uma comissão de educadores com o fim de estudar e propor um projeto de reforma geral da educação nacional. Com a remessa do anteprojeto para as diretrizes e bases da educação, em 1948 para a Câmara Federal, começou um período caracterizado pela luta ideológica em torno dos problemas da educação. Essa luta foi terminada em 1961, com a votação da Lei 4.024, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

A Lei 4.024/1961 manteve a estrutura tradicional do ensino: pré-primário, composto de escolas maternas e jardins de infância; primário de 4 anos, com chance de ser acrescido de mais 2 anos; médio, subdividido em dois ciclos, o ginásial de 4 anos e o colegial de 3 anos; e o ensino superior. A única vantagem da lei, que em sua essência nada mudou em relação à anterior, segundo Romanelli (2010) era não ter prescrito um currículo fixo e rígido para todo o território nacional.

A Lei 4.024/1961 estabelecia no Art. 6º que o ensino militar seria regulado por lei especial. A mesma prescrição foi mantida pela Lei nº 9131, de 1995, que revogou partes da lei de 1961, mas manteve o prescrito do Art. 6º.

Cumprindo o previsto na Lei 4.024/1961, foi promulgada a Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, com disposições sobre as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus e zona rural. Com relação ao ensino militar, no Art 68 do Capítulo VII, a lei estabelecia que “O ensino ministrado nos estabelecimentos militares é regulado por legislação específica”, que viria a ser legislado pela Lei 6.025 de 19 de novembro de 1975, com as seguintes prescrições para o Ensino no Exército:

Art. 1º - O Exército manterá sistema de ensino próprio denominado Ensino Militar, com a finalidade de proporcionar ao seu pessoal, da ativa e da reserva, a necessária

habilitação para o exercício, na paz e na guerra, dos cargos e funções previstos em sua organização.

Art. 2º - O Exército ministrará, também, ensino para preparar candidatos à matrícula em estabelecimentos de formação de oficiais e para proporcionar assistência educacional a filhos e órfãos de militares, do sexo masculino.¹³

Art. 3º - O Exército poderá proporcionar Ensino Supletivo como colaboração cívica e com vistas à qualificação de mão-de-obra. (Lei 6.025 de 19 de novembro de 1975)

Com a Lei 6.025/1975 ficavam especificadas as dimensões atuais do ensino militar, com um sistema de ensino próprio, com as dimensões preparatória e assistencial voltadas para o pessoal dos quadros militares, prestando o preparo para matrículas nas escolas do sistema próprio, ou a assistência educacional. Essa dimensão, preparatória e assistencial, caracterizada pelo ensino prestado nos Colégios Militares, é acrescentada às dimensões com o ensino voltado para o caráter militar, ou seja, aquele destinado a preparar seus quadros para o desempenho de funções militares.

Em 05 de novembro de 1988 foi promulgada a atual Constituição do Brasil. Para Saviani (2005), as aspirações e conquistas decorrentes da mobilização da comunidade educacional e dos movimentos sociais organizados foram consagrados no texto constitucional aprovado. E da comunidade educacional surgiu o projeto de uma nova lei de diretrizes e bases. O texto foi aprovado em 1996, pela Lei nº 9.394/96, como Lei de Diretrizes e Bases para a Educação (LDB).

A LDB promoveu a separação oficial entre o ensino militar e o ensino escolar. De acordo com o Art. 21 da LDB, a educação escolar era aquela que se desenvolvia, predominantemente, por meio do ensino em instituições próprias e composta de educação básica (formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio), e da educação superior. Para o ensino militar, a LDB definiu no Art. 83 que o ensino militar seria regulado em lei específica, ficando admitida a equivalência de estudos, de acordo com as normas fixadas pelos sistemas de ensino. Estava estipulado na LDB, portanto, uma especificidade para o ensino militar, como parte de um sistema diferenciado, que o difere do ensino escolar, este ministrado em instituições próprias.

Ao emergir o Século XXI a legislação brasileira determinou a separação entre a educação escolar pública e a militar, a serem reguladas por legislações próprias. Mesmo com a separação legal, persistiram áreas de convergência de interesses, ou de intersecções entre os sistemas de ensino escolar e militar. Elas se encontram na Educação de Jovens e Adultos e na dimensão preparatória e assistencial do ensino militar.

Pela Lei 6.025/1975, o Ensino Supletivo poderia ser ministrado, como atividade complementar, como uma forma de colaboração cívica do Exército com a Nação e para qualificar mão-

¹³ Pela Lei nº 8.040, de 1990, o Art. 2º passou a ter a seguinte redação: O Exército poderá ministrar, também, ensino para preparar candidatos à matrícula em suas escolas de preparação e de formação de oficiais e para proporcionar o ensino assistencial, de conformidade com o disposto na regulamentação desta lei. Com a nova redação, estava suprimida a barreira para que sexo feminino frequentasse os Colégios Militares.

de-obra. E, na atual Lei do Ensino no Exército (Lei nº 9.786, de 8 de fevereiro de 1999) a Educação de Jovens e Adultos é inserida como mais uma modalidade adicional às de ensino militares propriamente ditas, quando desenvolvida pelo Exército Brasileiro. Ela visará à melhoria da escolaridade dos recursos humanos do Exército, e deve atender a legislação federal específica.

A Lei do Ensino no Exército está regulamentada pelo Decreto nº 3.182 de 23 de setembro de 1999. O regulamento prevê a modalidade militar de ensino propriamente dito, voltado para a qualificação de recursos humanos necessários para ocupar os cargos e desempenhar as funções previstas para o Exército Brasileiro, e uma adicional prestada nos Colégios Militares, na forma assistencial e preparatória, de nível fundamental e médio, como uma forma adicional às modalidades militares de ensino propriamente ditas, que deve ser ministrado de acordo com a legislação federal pertinente, ressalvadas as peculiaridades do Sistema de Ensino Militar.

Silva (2001), em sua dissertação no mestrado de educação, usa o termo educandário militar ao referir-se ao Colégio Militar de Belo Horizonte e analisa os motivos da criação da escola. Para o autor, a abertura do colégio significava muito mais do que o objetivo educacional para qual a instituição tinha sido criada, de promover a escolarização dos filhos de militares designados para prestarem serviço em Belo Horizonte, e também de filhos de civis interessados em uma escola que utiliza a disciplina como um dos principais instrumentos pedagógicos. Segundo o autor, a escola era proposta em uma trama para ser uma instituição social que cumprisse um papel bem mais amplo do que a mera escolarização formal. Existia uma tentativa de ampliar o campo de ação socio-política e cultural do Exército Brasileiro, através da escolarização da juventude mineira, e, mais além, de uma porta de entrada ou, quando pouco, a um instrumento de afirmação do Estado no cenário político nacional. Ele afirma que as pesquisas dentro do universo da escolarização de orientação militar podem levar ao esclarecimento de questões que permanecem obscuras e oferecer subsídios para a compreensão das relações entre a categoria profissional militar e outras da sociedade.

Os Colégios Militares mantêm regime disciplinar de natureza educativa, compatível com a sua atividade preparatória para a carreira militar. Atualmente, além dos doze Colégios Militares do Sistema dos Colégios Militares (Colégio Militar do Rio de Janeiro, Colégio Militar de Belo Horizonte, Colégio Militar de Brasília, Colégio Militar de Campo Grande, Colégio Militar de Curitiba, Colégio Militar de Fortaleza, Colégio Militar de Juiz de Fora, Colégio Militar de Manaus, Colégio Militar de Porto Alegre, Colégio Militar de Recife, Colégio Militar de Salvador e Colégio Militar de Santa Maria), existem instituições escolares similares que não pertencem ao sistema de ensino militar, funcionando com a supervisão de Polícias Milita-

res estaduais (Alagoas, Amazonas, Distrito Federal, Rio Grande do Sul, Rondônia, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais), e em alguns estados recebem o nome de Colégio Tiradentes.

No Decreto nº 3.182/1999, está estabelecido que o Sistema de Ensino Militar tem a finalidade de qualificar os recursos humanos necessários à ocupação de cargos previstos e ao desempenho de funções definidas na estrutura organizacional do Exército Brasileiro. Embora só regulamentado pelo decreto de 1999, o Sistema de Ensino do Exército teve origem em 1792, com a criação pelo Conde de Resende, da Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho, na cidade do Rio de Janeiro, que foi primeira escola militar das Américas. Com a vinda do Príncipe D. João VI e sua corte para o Brasil, em 23 de abril de 1811 foi inaugurada a Academia Real Militar, criada no mesmo local da anterior e chamada também de Casa do Trem de Artilharia¹⁴, segundo a Diretoria de Formação e Aperfeiçoamento (2010).

Mas os militares também prestaram outro tipo de educação formal, sem objetivos especificamente militares, mas participando na educação pública¹⁵ em proveito da população de natureza civil, não necessariamente integrante dos seus quadros. Um exemplo dessa participação dos militares, particularizando o Exército, é citado por Marcilio (1963), quando menciona a criação em 1952, da Escola “Duque de Caxias”, na cidade de Cáceres, no Estado de Mato Grosso, por militares do 2º Batalhão de Fronteiras, com sargento José S. Ribeiro à frente dos trabalhos escolares. E, em 1959, com a instalação no bairro Amambai em Campo Grande, ainda no antigo Mato Grosso, do Grupo Escolar “Guia Lopes”, em um prédio que foi construído pela 9ª Região Militar, cuja sede era na mesma cidade.

Existem indícios da participação na educação de unidades militares destinadas à construção de rodovias e ferrovias. As unidades militares atuaram como construtoras de estradas e foram responsáveis pelo funcionamento de escolas para os filhos dos funcionários nas cidades e nos acampamentos das obras rodo-ferroviárias. O presidente Getúlio Vargas, ao dar prioridade para a construção do Tronco Ferroviário Principal Sul, considerou como Serviço Nacional Relevante a missão dos batalhões de Engenharia do Exército na Região Sul do país, pelo trabalho de assistência social e pela obra educacional que eles realizavam:

Art 3º. A missão de construção do Tronco Principal Sul, atualmente atribuída aos batalhões de Engenharia do Exército, é considerada serviço nacional relevante, não somente pela sua alta finalidade, como pelo notável trabalho de assistência social, pela **obra educacional** e pela formação de operários especializados, que ela permite realizar no interior do país. (Decreto nº 36.072, de 17 de agosto de 1954, grifo nosso)

¹⁴ A Casa do Trem era destinada à guarda do “trem de artilharia”, conjunto de apetrechos bélicos usados na defesa da cidade.

¹⁵ Educação Pública é considerada neste trabalho como aquela ministrada e mantida com recursos governamentais para o conjunto da população.

Sobre a obra educacional, pode ser citada a participação na educação pelo 1º Batalhão Ferroviário, atual 10º Batalhão de Engenharia de Construção, que foi sediado em Bento Gonçalves – RS de 1938 a 1971. Conforme as observações de Foragato (2009), a 2 (dois) quilômetros da estação Coronel Salgado, em Veranópolis – RS, próxima do rio Prata, local de acampamento da 1ª Companhia do 1º Batalhão Ferroviário, foi construída uma vila, para residência de 50 famílias de moradores civis e militares entre 1954 a 1967, e no local funcionava uma escola para atender os filhos dos funcionários que ali trabalhavam.

3.2 O professor Gamaliel Stumpf: os militares e as instituições de educação na fronteira Brasil-Paraguai

Existe um relato da participação dos militares do Regimento de Cavalaria sediado em Bela Vista no processo de escolarização da fronteira. Segundo os depoimentos registrados por Rosa (1990), o militar Gamaliel Stumpf, servindo no 10º Regimento de Cavalaria, era dispensado pelo comandante para ministrar aulas em Bela Vista. Mesmo sendo um professor leigo, ele saía do quartel, dava as aulas, retornava e continuava sua rotina de militar.

Conforme relatou Gamaliel Stumpf para Rosa (1990), antes de ingressar no Exército ele concluía o curso primário, estudando até a quinta série no Instituto Grambery de Juiz de Fora. Chegando em Bela Vista, foi convidado para lecionar no Ginásio Bela Vista, remanescente da Campanha dos Educandários Gratuitos¹⁶. Mesmo possuindo apenas o curso primário e os da profissão militar que cursou no Exército, ministrou aulas nas disciplinas de Desenho Geométrico, Educação Moral e Cívica, Organização Social e Política e Geografia, inclusive para alunos no segundo grau. Para ele, a dispensa para dar aulas era uma maneira encontrada pelo seu comandante para colaborar com a implantação de novos cursos no município. Gamaliel Stumpf permaneceu mais de trinta anos lecionando em Bela Vista, e se afastou das salas de aulas na década de 1970.

Como descreveu Gamaliel Stumpf, os professores eram na maioria leigos¹⁷, mas não faltava aos professores a vontade de cooperar e de trabalhar. Os professores do Ginásio Bela

¹⁶ Segundo Marcilio (1963), a Campanha Nacional dos Ginásios Gratuitos foi estendida para o Estado de Mato Grosso em 1949 e em 29 de janeiro de 1950 foi criado pela Campanha o Ginásio de Bela Vista, tendo como patrocinadores o Dr. Rúben Abbot de Castro Pinto, Dr. Antonio Santos Lima, Prof. Ester Silva, e foi indicado para diretor o Dr. Amélio Baís. Foi encampado pelo Estado pelo Decreto nº 1.689, de 14 de outubro de 1953. E passou a funcionar em prédio próprio, construído pelo Estado, em 1958.

¹⁷ Professor leigo será considerado aquele sem o curso de magistério (normalista).

Vista, que era do programa dos educandários gratuitos, no início não recebiam, o que só começou a acontecer quando assumiu o governador Fernando Corrêa da Costa, no ano de 1951. Mas o salário era pequeno, e o que ajuda a sustentar eram os vencimentos como militar. Idealistas, os professores não reclamavam e viviam dentro das limitações dos pequenos salários “apertando-se dentro de um orçamento estreito, que só cobriria as despesas essenciais. Fui apenas professor, um professor dos velhos tempos, estudioso, autodidata, preocupado em adquirir os conhecimentos que me faltavam.” (ROSA, 1990, p. 205). Não havia biblioteca para consulta pelos alunos, que usavam o material pertencente ao professor.

Mesmo não sendo uma participação direta do Exército como instituição, a dispensa e as aulas do professor Gamaliel Stumpf exemplificam uma atuação dos militares em proveito da educação pública.

3.3 O professor Antonio Pinto Pereira: a participação militar por meio da CER-3 nos primórdios da educação pública em Jardim

O loteamento da Vila Jardim foi implantado no ano de 1946, em terras do município de Bela Vista. Em 1950, ainda como distrito de Bela Vista, o censo registrou uma população de 1.096 pessoas. Estimando-se um percentual de 25%, deveriam existir, no mínimo, 274 crianças, em idade escolar.

O memorial descritivo do loteamento, em 1946, reservava a quadra assinalada com a letra “A” para a construção de uma escola. Compondo a parte central dos terrenos, mostra a preocupação dos militares com a escolarização, determinando no loteamento o local da escola. Era uma providência diferente das constantes das ordens para ocupação das colônias militares, bem detalhadas em outros aspectos, mas sem a previsão de instalação de escolas. A previsão mostra o planejamento para construir uma povoação, com fixação da população. Não mais seria uma região de passagem, ou de descanso nas margens dos rios. E nesse sentido foi a observação do chefe da CER-3, no final do memorial: “Declaro, outrossim, que, o meu objetivo ao assim proceder foi fundar nesta localidade uma vila que de futuro, pelo esforço de seus próprios moradores e amparo das autoridades federais se tornasse uma cidade”.(LIMA, 2006, p. 28).

Para atender aos filhos das famílias que residiam na Vila Jardim, existia uma escola, mostrada na Figura 15 com seus alunos. Na descrição de Lima (2006), a grafia do nome era assim, Escola Mixta, com a letra “x”, e era uma responsabilidade dos militares e “funcionava

com o curso primário em uma casa de madeira, com duas peças, relativamente grandes. Eram duas salas de aproximadamente 8x12m com um vão no centro (que era a varanda)”. Para as aulas, eram seguidas “as normas legais educacionais ditadas pelo Território de Ponta Porã” (LIMA, 2006, p. 23-24).

Não foram encontrados registros sobre esta escola. As referências são provenientes das obras memorialistas de Lima (2006), que a denomina “Escola Reunida” e “Escola Mixta” e Arruda (2005) que descreve um pouco do funcionamento. Como há a citação ao Território de Ponta Porã, o funcionamento deve ter iniciado com o loteamento, em maio de 1946, pois o território foi extinto em setembro desse ano.

A Lei Orgânica do Ensino Primário, promulgada com o Decreto – Lei nº 8.529, de 2 de janeiro de 1946, previa no Art. 28 as designações dos estabelecimentos de ensino primário mantidos pelos poderes públicos, como: Escola isolada (EI.), quando funcionasse com uma só turma de alunos, dirigida por um só docente; Escolas reunidas (E.R.), quando houvesse de duas a quatro turmas de alunos, e número correspondente de professores; e Grupo escolar (G.E.), quando formada por cinco ou mais turmas de alunos, e número igual ou superior de docentes. De acordo com o Art. 29, as escolas isoladas e escolas reunidas ministravam somente o curso elementar, com quatro anos de estudos.

No Estado de Mato Grosso, a denominação “Escola Reunida” já havia sido adotada no Regulamento do Ensino Primário, implementado pelo Decreto nº 759 de 22 de abril de 1927, durante o governo do presidente Mario Correa da Costa (1926-1930). De acordo com este amparo legal, as Escolas Reunidas seriam instituídas “quando num raio de dois quilômetros, funcionarem três ou mais escolas isoladas, com frequência total mínima de 80 alunos, o governo poderá reuni-las num só estabelecimento” (Art.19, p. 166). Uma citação sobre a Escola Reunida de Bela Vista é encontrada na Mensagem de 1930 do Presidente da Província à Assembléia Legislativa, quando foi mencionada a existência de 4 (quatro) Escolas Reunidas no Mato Grosso, sendo uma em cada dos municípios de Livramento, Santo Antonio do Rio Abaixo, Sant’Anna do Paranayba e Bella Vista, mas apenas a de Santo Antonio do Rio Abaixo estava instalada e as demais não funcionavam. Assim, a escola do barracão de madeira no loteamento teria mais provavelmente a denominação de Escola Reunida, podendo ter sido um componente da Escola Reunida de Bela Vista, ou uma específica, decorrente da legislação de 1946.

Arruda (2005) a descreve como “alta do chão e, para chegar às salas, subia-se os degraus de madeira”, funcionando em dois períodos, matutino e vespertino, e onde trabalhavam, além do Professor Antônio Pinto Pereira, servidor da CER-3, dona Wanda Wolf, dona Noê-

mia e outros. Lima (2006) esclarece que a dona Noêmia era esposa do tenente Felicíssimo e com ela aprendeu “verbos para nunca mais precisar estudar – aprendi de verdade”. Sobre Wanda Wolf, esclarece que era esposa do capitão Ivan Wolf, militar da CER-3 e normalista formada no Rio de Janeiro.

Na fotografia (Figura 13) percebe-se a existência de cerca de quarenta alunos, meninos e meninas, de idades diversas, grupados por sexo (meninos à direita e meninas à esquerda). Há uma certa uniformidade dos vestuários, sugerindo o uso de uniformes, mas os alunos não estão totalmente uniformizados. As diferenças de estaturas sugerem uma diferença de idades, e a existência das quatro séries do ensino primário. O número possível de séries é coerente com a quantidade mencionada de professores.

Figura 13 - Escola Reunida



Fonte: Luiza Pereira

Observações: à direita o barracão da escola, ao centro-esquerda o professor Antonio.

Conforme descrito por Lima (2006), o professor Antônio Pinto Pereira nasceu em Cuiabá, no dia 11 de março de 1902, filho de Domingos da Cruz Pereira e de dona Luiza Pinto Pereira, e estudou no Liceu Cuiabano. Faleceu em 1972. Pela data do seu nascimento, podemos afirmar que os seus estudos no Liceu Cuiabano aconteceram no período da década de 1910 - 1920. O Liceu Cuiabano, a partir de 1910, recebera a direção de um normalista forma-

do no estado de São Paulo, colocando em prática os “processos pedagógicos preferidos dos países mais adiantados” (MATO GROSSO, 1910).

Lima (2006) afirma que para servir ao Exército, Antonio Pinto Pereira veio para a cidade de Aquidauana. A década de 1920 a 1930 apresentou um aumento no efetivo militar na região sul do estado de Mato Grosso, quando houve a construção de novos quartéis e reformas dos existentes para as tropas do Exército na fronteira com o Paraguai. A necessidade de novos soldados explicaria a sua saída de Cuiabá. Depois de Aquidauana, Lima (2006) cita que ele seguiu para Ponta Porã, trabalhou como policial e, dessa cidade, deslocou-se para Jardim, passando a trabalhar como professor.

Como reflexo que pode ser atribuído a sua formação em Cuiabá, as aulas do professor incluíam longas caminhadas, para mostrar aos alunos a natureza e como devia ser preservada. Ele ia mostrando as folhas, os caules e os frutos. Os alunos iam em fila indiana, e os lanches eram conduzidos nas costas de um carneiro, pela descrição de Lima (2006). Apesar da distância aos grandes centros populacionais do país e relativo isolamento, o professor Antonio Pinto Pereira aplicava um método inovador, acompanhando as propostas que estavam sendo implantadas.

No relato de Arruda (2005), o professor era o organizador dos jogos, declamações de poesia, canto e um “homem de estatura mediana, magro, moreno-escuro, nariz afilado, com entradas profundas nos cabelos negros. Possuía um olhar penetrante e indagador.” (ARRUDA, 2005, p.23). E, para Lima (2006), além dos conteúdos normais de qualquer escola primária daquela época, “ensinava também literatura – contava histórias, fazia-nos ler livros, declamar poesias, apresentar peças teatrais, e era ‘expert’ no ensino da matemática – ensinava cálculos como ninguém”.

O professor Antonio Pinto Pereira também é lembrado pelo uso da palmatória, que ele denominava “Maricota”. Entrava pela porta adentro e dizia “se não souber a tabuada a Maricota vai cantar”. (LIMA, 2006, p. 81). O uso da palmatória era um procedimento ilegal, apesar de ser uma prática recorrente nas escolas do estado. Os castigos físicos foram proibidos no Ensino Primário do Mato Grosso desde 1919, pelo Regulamento da Instrução Primária, aprovado pelo Decreto 265 de 22 de outubro, que no Art 28 determinava: “Fica absolutamente proibido o castigo corporal, ou qualquer outro que possa abater o brio da criança” (MARCILIO, 1963, p. 132).

A rotina escolar da parte da tarde, descrita por Arruda (2005), começava às 13h00m, com a “batida do sino”, que era um ferro pendurado que se batia com outro ferro ou pedra. Quem “batia o sino” era o Ernesto, também marceneiro, que morava no fundo do terre-

no da escola. Bastante velho, segundo ela, vivia com um eterno lenço no pescoço e um cigarro de palha na boca. Nos jogos organizados pelo professor Antonio Pinto Pereira, Arruda (2005) relaciona: queimadas, corrida de estafeta, corrida de saco, corrida do ovo e amarelinha.

Os alunos chegavam, formavam fila, cantavam e iam em silêncio para a sala de aula. E sobre as datas cívicas,

não havia festa de aniversário da cidade, mas a data de 7 de setembro – “Independência do Brasil” era comemorada. Havia desfile dos alunos em frente ao pavilhão da CER-3 [...] Após o hasteamento da Bandeira do Brasil, ouvia-se a fala dos militares sobre a data festiva. Depois, o desfile, os jogos entre os alunos...” (ARRUDA, 2005, p. 48).

Como homenagem ao professor Antonio Pinto Pereira, uma escola estadual em Jardim recebeu o seu nome, a Escola Estadual Antonio Pinto Pereira, pelo Decreto nº 965, de 03 de abril de 1981, publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul, de 06 de abril de 1981. E outra homenagem está presente na toponímia local, com a denominação de uma rua da cidade, a rua Antonio Pinto Pereira.

Em 31 de março de 1949, um ano após a distribuição dos lotes na Vila Jardim, e no ano seguinte a criação do Distrito de Jardim, integrante de Bela Vista, ocorreu a instalação do Grupo Escolar Coronel Juvêncio, a “primeira escola funcionando regularmente, fundada e autorizada pelo estado de Mato Grosso” (LIMA, 2006, p. 82).

A denominação da escola revela uma influência militar e a memória sobre a Guerra do Paraguai, principalmente dos episódios transcorridos na região do município. É uma homenagem a um participante da Força Expedicionária do Mato Grosso, o tenente-coronel Juvêncio Manuel Cabral de Meneses, que era o chefe da Comissão de Engenheiros. Vitimado pela cólera-morbus, faleceu e foi enterrado em terras da Fazenda Jardim.

Procurava atender a população do distrito, formada em sua maioria pelos trabalhadores da CER-3. Lima (2006) afirma que a escola foi fundada por insistência dos militares. E Arruda (2005) conta que a primeira diretora do Grupo Escolar Coronel Juvêncio foi Wanda Wolf e o professor Antonio Pinto Pereira foi o primeiro professor oficial da cidade, nomeado pelo prefeito de Bela Vista, o Sr. Álvaro da Silveira Mascarenhas (1951-1955).

Nos boletins internos da CER-3 estão registradas várias ajudas prestadas pelos militares ao Grupo Escolar Coronel Juvêncio (Figura 14). Delas, serão mostradas a regulamentação do apoio financeiro concedido como auxílio aos professores e o fornecimento de material para o funcionamento da escola.

Figura 14 - Antiga fachada do Grupo Escolar Coronel Juvêncio



Fonte: Fernando dos Anjos Souza

O Regulamento do Serviço de Abastecimento e Obras Sociais, com as atualizações aprovadas no Boletim Interno (B. I.)¹⁸ nº 40, de 29 de março de 1954, relacionava entre as finalidades do Serviço de Abastecimento e Obras Sociais (SAOS), a de “cooperar com a Municipalidade, a fim de proporcionar melhor instrução primária aos filhos dos Serventuários e às crianças pobres em idade escolar, residentes na localidade” (B. I. nº 40 / 1954, p. 317). O capítulo IX do Regulamento, transcrito a seguir, estabelece as normas para a prestação da cooperação, com o desconto de uma contribuição mensal entre o pessoal civil e militar e o destino para os recursos a serem obtidos:

Capítulo IX

Da cooperação com a Instrução Pública

Artigo 42º - O SAOS possuirá dentre os seus títulos financeiros, um destinado à Escola, que terá como receita a contribuição mensal de pessoal civil e militar da CER/3, a título de cooperação com a Instrução Primária.

§ único – O valor da contribuição será na base de Cr\$ 2,50 por Cr\$ 500,00 ou fração e em função dos vencimentos, salários e gratificações.

¹⁸ Boletim Interno (B. I.) é um documento publicado nos dias úteis, para o registro e divulgação das ordens dos comandantes ou chefes. Os da CER-3 permanecem arquivados no Acervo da CEER-3, em uma sala com esta destinação, no quartelamento da 4ª Cia E Cmb Mec. A numeração dos BI é sequencial e diária, quando da emissão, mas a numeração das páginas, também sequencial, é anual.

Artigo 43º - A receita do título Escola se destinará ao pagamento das seguintes despesas:

a) gratificação mensal aos Professores da Escola Pública, do Curso Noturno e das escolas dos acampamentos.

b) aquisição de material escolar para as crianças mais necessitadas.

c) aquisição de prêmios anuais às crianças que mais se distinguirem, a critério da Diretoria da Escola.

Artigo 44º - De acordo com o previsto no artigo 68 letra a e desde que a receita prevista no artigo 42º, não seja suficiente, a Escola receberá, como reforço, do título Serviços Indenizáveis, a diferença para cobrir as despesas especificadas no artigo 43º.

[...]

Artigo 48º - Poderão ser levados a crédito do título Escola, receitas provenientes de donativos e outros a critério da Chefia. (B. I. nº 40 / 1954, p. 317).

Estava previsto o pagamento de uma gratificação mensal aos professores, tanto como os da Escola, como os das escolas dos acampamentos e do Curso Noturno. As escolas dos acampamentos e o Curso Noturno, citados no regulamento, serão estudados a seguir, em uma parte específica. Os pagamentos da gratificação aos professores da Escola “Coronel Juvêncio” foram encontrados registrados nos boletins internos da CER-3. No B. I. nº 173, de 26 de dezembro de 1952, na página 1122, existe o registro da folha para pagamento de gratificação dos professores da Escola “Coronel Juvêncio”, referentes aos meses de outubro e novembro, nos valores de Cr\$ 3.700,00 para cada mês.

Em 03 de julho de 1952, na página 477 do B. I. nº 086, foi ratificada para 01 de maio de 1952 a data de inclusão na folha de gratificação, da professora Jacir Ribeiro da Silva Pinto. Constava uma referência à nota de serviço nº 13, datada de 26 de maio de 1952. As pesquisas não localizaram a citada nota de serviço, mas nela deveria estar a regulamentação das ordens para o pagamento da gratificação.

E no dia 30 de outubro de 1952, na página 892 do B. I. nº 144, consta a ordem para a inclusão na folha da SAOS – Escola, a partir de 1º de agosto, das professoras Ana Corbelino e Geny Melo Cunha. O esposo da professora Geny, Estácio Cunha Martins, viria a ser o segundo prefeito de Jardim (desde 1959 até o seu falecimento em 1962). Conforme publicado, de acordo com a declaração da diretora da Escola Coronel Juvêncio, elas foram nomeadas professoras e começaram a lecionar naquela data. E também constava a ordem para o capitão médico incluir no livro ponto da S/7 e para as providências das folhas respectivas pela Tesouraria.

Sobre a aquisição de material, o B. I. nº 173, de 26 de dezembro de 1952, na página 1122, relaciona a despesa com Heitor Ourives, firma na época localizada na rua Marechal Malet, Nr 437, em Aquidauana, do material relacionado no Quadro 02, possivelmente destinado à premiação dos alunos:

Quadro 02 - Material adquirido em Aquidauana para o Grupo Escolar Cel Juvêncio

	quantidade	material	Preço unitário	Preço total
1	2	Carros	Cr\$ 40,00	Cr\$ 80,00
2	3	Caixas para lápis	Cr\$ 45,00	Cr\$ 135,00
3	5	Estojo para lápis	Cr\$ 60,00	Cr\$ 300,00
4	15	Diplomas	Cr\$ 10,00	Cr\$ 150,00
5	200	Boletins escolar	Cr\$ 1,00	Cr\$ 200,00
			Soma	865,00
			Abatimento	65,00
			Líquido	800,00

Fonte: B. I. nº 173 / 1952

Por ocasião da emissão da ordem para a construção do prédio para o Educandário da CER-3, como será analisado mais adiante, o chefe da CER-3, mandou cessar a ajuda financeira e os descontos das contribuições para esse fim. Determinava ainda que

- 5) Continuará, a título gratuito, o fornecimento de água e luz ao Grupo Escolar Cel Juvêncio.
- 6) A assistência médica e odontológica, aos alunos do Grupo Escolar local, passará a obedecer as prescrições vigentes, relativamente ao pessoal da Comissão e à população em geral.
- 8) Seja considerado com doado ao Grupo Escolar Cel Juvêncio , a título de auxílio social, todo o material fornecido: carteiras escolares, mesas, etc; a S/5 aproprie, sob o mesmo título, as obras ultimamente realizadas, tal como o foram as obras de terminação do referido Estabelecimento em 1951. (B. I. nº 58 / 1956)

Figura 15 - Apresentação de Ginástica em Jardim

Fonte: Acervo da CER-3

Assim, percebe-se que houve uma intensa participação dos militares e operários da CER-3 na criação e implantação da primeira escola pública que funcionou no município de Jardim. Constou da ajuda financeira, pagamento de gratificação de professores, aquisição e doação de material necessário ao funcionamento (giz, carteiras escolares, mesas), fornecimento de água e luz e realização de obras. E seus alunos e professores recebiam a assistência médica e odontológica da CER-3.

A fotografia mostrada na Figura 15 registra uma apresentação de ginástica, realizada por alunos no desfile de 7 de setembro de 1956. A fotografia comprova a afirmação de Sena e Brito (2007) de que as aulas de Educação Física eram desenvolvidas na forma de exercícios militares, uma característica já presente nas primeiras escolas graduadas do Brasil, entre o final do século XIX e início do XX, e confirmada para uma escola no Mato Grosso nas décadas de 1950 e 1960.

O prefeito municipal de Jardim, no ofício 58, de 17 de novembro de 1956, transcrito no B. I. nº 208, de 19 de novembro de 1956, na página 1403, reconhecia que o caso da gratificação das professoras do Grupo Escolar Coronel Juvêncio era um fato que marcaria para sempre a colaboração da chefia da CER-3 com a Administração Municipal.

3.4 A escolarização de adultos como missão civilizadora

No entanto, como veremos a seguir, o problema da escolarização naquela região de fronteira extrapolava o âmbito da infância. A par das iniciativas conduzidas pela CER-3 na construção de escolas para os filhos dos serventuários e o apoio para o funcionamento das escolas, houve a necessidade de uma atuação pela alfabetização de adultos.

Era uma questão que estava em destaque no âmbito nacional, embora a alfabetização de adultos estivesse presente em ações prioritárias desde a chegada dos portugueses no Brasil, conforme afirmam Galvão e Soares (2005). Mas as representações sobre o analfabeto permaneceram ao longo da nossa história como:

Ignorante, incapaz, cego, dependente, portador de uma doença grave, que precisa ser extirpada. Criança que precisa de ajuda de alguém para tirá-la das trevas. Alguém que precisa de carta de alforria, porque vive em uma espécie de escravidão. (GALVÃO e SOARES, 2005, p. 266)

Focalizando um período mais recente, a Lei Orgânica do Ensino Primário, de 1946 previa o curso primário supletivo, direcionado para adolescentes e adultos. Com disciplinas

obrigatórias e duração de dois anos, o curso deveria seguir os mesmos princípios do ensino primário fundamental.

Em 1947 foi lançado o projeto para implementar a Campanha Nacional de Alfabetização de Adultos, normalmente descrita como Campanha de Educação de Adultos e considerada como “o primeiro movimento de educação popular de iniciativa do governo federal” (MONARCHA, 2001, p. 39). A Campanha foi organizada e dirigida por Lourenço Filho, que ocupou de 1947 a 1951 o cargo de diretor do Departamento Nacional de Educação do Ministério da Educação. Lourenço Filho, quando no cargo de diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, em 1945 já alertava sobre a necessidade de mobilização de todos os setores do país na educação de adultos:

O aspecto do ensino supletivo, porém, na maior extensão do País, reclama urgentes esforços, para "recuperação" de grandes massas de nossa própria gente. Nesse sentido, **todas as forças vivas do País** devem congregar-se numa campanha que a todos interesse e mobilize. A obra da educação popular generalizada, como por toda a parte se tem evidenciado, não pode resultar apenas de esforços governamentais, mas há de ser **largo e permanente empreendimento em que esteja atenta e vigilante a consciência pública**. (LOURENÇO FILHO, 2000, p. 125, grifo nosso)

Foram feitos vários apelos ao engajamento de voluntários para erradicar o “mal do analfabetismo” para se alcançar o desenvolvimento do país. Com a Campanha de Educação de Adultos permanecia o aspecto redentor, missionário e assistencialista da alfabetização de adultos, citado por Galvão e Soares (2005). Atenderam ao chamamento diversas instituições nacionais, entre elas as Forças Armadas.

A participação militar na educação, durante o Estado Novo, fica evidente no comparecimento de autoridades militares no 8º Congresso Brasileiro de Educação, realizado em 1942 em Goiânia, promovida pela Associação Brasileira de Educação, quando estiveram presentes na Comissão Patrocinadora Nacional, segundo Monarcha (2010), o inspetor-geral do ensino do Exército, os diretores do Ensino Naval, da Escola da Aeronáutica, o comandante da 2ª Região Militar (que abrangia os estados de São Paulo e Mato Grosso). A promoção em Goiânia do 8º Congresso Brasileiro de Educação fazia parte do “batismo cultural” da capital, evento que simbolizava a inauguração oficial da cidade. No 8º Congresso Brasileiro de Educação, realizada com o tema geral “A educação primária fundamental: objetivos, e organização; (a) nas pequenas cidades e vilas do interior; (b) na zona rural comum; (c) nas zonas rurais de imigração; (d) nas zonas rurais de alto sertão.”, o qual recebeu um tema específico que abrangia o provimento de escolas especiais para analfabetos em idade não escolar, com o envio de 16 (dezesseis) teses para as discussões, conforme relato de Monarcha (2010). A temática de-

monstra a aplicação na educação dos objetivos da Marcha para o Oeste, para a criação de uma condição autenticamente brasileira, com a convergência do “nacionalismo oficial, propaganda estatal, reescrita oficial da historiografia e extensão do ensino primário obrigatório sob o controle do Estado” (MONARCHA, 2010, p. 133), entre as prioridades da retórica teórica congressista, encontrava-se o combate aos índices históricos do analfabetismo nacional, mediante cooperação entre União, Estados e municípios, conforme cita Monarcha (2010).

Em Jardim, o Coronel Nelson Felício dos Santos chefiou a CER-3 no período de 01 de novembro de 1950 a 30 de julho de 1958. Em janeiro de 1951, no início do seu comando, recomendou a matrícula dos operários da comissão, que não fossem alfabetizados, no Curso Noturno de Alfabetização, a ser realizado no Grupo Escolar Coronel Juvêncio.

O chefe da CER-3 referiu-se a “patriótica campanha de alfabetização de adultos, que se estende atualmente por todo o território nacional”, e declarou que “promoveu entendimentos com o Snr. Inspetor Escolar do Grupo Coronel Juvêncio, no sentido da incentivação dessa nobilitante cruzada” (B. I. nº 01 / 1951).

Os atos praticados em Jardim pelo chefe da CER-3 não eram isolados ou fruto de um idealismo individual de um chefe militar. Elas estavam coerentes com a política governamental, e podem ser consideradas como integrante do conjunto de ações promovidas pelo Exército, em concordância com os planos governamentais.

O curso de alfabetização seria realizado a partir do dia 01 de fevereiro de 1951, no horário das 19h30m às 21h00m, diariamente. O horário estipulado, à noite, atendia aos trabalhadores, impedidos de estudar no período de trabalho e permitia a utilização dos funcionários da CER-3 na fiscalização e condução do curso, sem prejuízo das suas atividades normais.

Apesar de ter um caráter de recomendação, o aviso do início do Curso Noturno trazia uma determinação implícita de matrícula aos que não fossem alfabetizados, pois havia a informação de que o curso era resultado dos entendimentos da chefia da CER-3 com o inspetor escolar da escola. A matrícula dos não alfabetizados era enfatizada, pois dela o operário seria beneficiado, com a melhoria da remuneração no trabalho. No texto constou a seguinte frase: “Recomendo e encareço a todos os operários da Comissão, não alfabetizados, a conveniência de se matricularem, **para seu próprio benefício e melhoria de remuneração do seu trabalho**” (B. I. nº 01 / 1951, grifo nosso).

Em seguida, o chefe da CER-3 determinava aos chefes de seção da sede da organização militar que encaminhassem uma relação dos operários analfabetos. Como resultado da ordem, na página 21 do B. I. nº 6 do dia 18 de janeiro, constou a matrícula no Curso Noturno de

vinte e oito civis, sendo que para um deles (Anísio José dos Santos) constava a observação de ser analfabeto. Para os outros vinte e sete, a observação era “com pouca noção de leitura”.

Em 1951, portanto, o Curso Noturno de Alfabetização foi oferecido no Grupo Escolar Coronel Juvêncio, após entendimentos entre o chefe da CER-3 e o inspetor de ensino, para a população em geral. O chefe da CER-3 incentivou a matrícula dos operários que não fossem alfabetizados, e incentivava com o a perspectiva da melhoria de remuneração no trabalho. Estava configurado o engajamento das instituições, militar e escolar, como voluntários na Campanha de Educação de Adultos. Na CER-3, a matrícula dos trabalhadores constava em um documento oficial, o boletim interno, e passava a fazer parte do seu histórico funcional.

No ano de 1952, houve outra participação efetivamente registrada da CER-3. O Curso Noturno teve como encarregado o 2º sargento Ivo Wilson Santana. Os resultados, publicados no boletim interno, eram de 09 (nove) aprovados, 03 (três) reprovados, 03(três) desligados por falta de frequência e 06(seis) receberam a recomendação de que precisavam continuar frequentando o curso.

O serventuário Anísio José da Silva, mesmo com a recomendação para continuar frequentando o curso, foi motivo de uma citação especial pela chefia no boletim interno. No ano anterior, seu nome constou na relação de matriculados com a observação de ser analfabeto, sendo o único nesta condição, entre os vinte e oito matriculados. Em 1952, o serventuário estava promovido, tendo seu esforço e aplicação reconhecidos pelo chefe da CER-3, e constou a seguinte observação no boletim interno:

congratulo-me com [...] e com os aprovados – destacando Anísio José dos Santos, pelo esforço e aplicação – cumpre esta Chefia o grato dever de efetivar a promessa feita em B. I. nº 49 / 1951, melhorando os salários dos aprovados, dentro das possibilidades financeiras atuais da Comissão (B.I. nº 173/ 1952)

O chefe da CER-3 considerou o resultado do primeiro ano do curso como animador, apesar das “dificuldades próprias da missão e da falta da compreensão das vantagens da alfabetização por parte de alguns dos elementos matriculados” (B. I. nº 173 / 1952, p. 1123). E determinou as seguintes medidas a serem adotadas para o ano de 1953, no prosseguimento do curso:

a) Matrícula obrigatória de todos os serventuários, analfabetos ou apenas semi-alfabetizados, residentes na sede, com menos de 30 anos de idade e em condições de frequência.

b) Uma seleção a partir das relações a serem apresentada pelos chefes de seção ao encarregado do curso, para determinar os serventuários em condições positivas de matrícula ou duvidosas de alfabetização.

- c) A matrícula seria facultativa para serventuários com mais de 30 anos de idade.
- d) Atenção especial aos aprendizes.
- e) Autorização para o Encarregado do Curso Noturno indicar monitores que julgar necessários, como auxiliares, para melhorar o rendimento do ensino.

Constou na publicação uma recomendação especial sobre a matrícula no curso, advertindo

os que não desejarem a matrícula, no caso da alínea (a) [analfabetos ou apenas semi-alfabetizados, residentes na sede, com menos de 30 anos de idade e em condições de frequência] serão transferidos para as turmas de campo ou despedidos pois, não interessam à Comissão elementos que se recusam a progredir (B. I. nº 173 / 1952).

No final das medidas a serem adotadas no ano seguinte, novamente o chefe da CER-3 faz a recomendação da matrícula, da seguinte maneira:

concito a todos os serventuários da Comissão, analfabetos e semi-alfabetizados, que aproveitem esta oportunidade para, cumprindo com o dever patriótico de dar seu quinhão de esforço para extirção do analfabetismo no nosso querido Brasil, procurem melhorar suas condições de salário e bem estar (B. I. nº 173 / 1952).

No ano de 1953, como resultado das determinações do ano anterior, foi grande a frequência. Nas páginas do B. I. nº 167, de 10 de dezembro de 1953, é citado o número de 59 (cinquenta e nove) alunos matriculados, com 20 (vinte) desligados e 11 (onze) alfabetizados. O número corresponde a mais de 20% do efetivo de civis da CER-3, conforme apontam dados encontrados nos boletins internos. A publicação faz referência a alunos da Comissão e extra-Comissão, ou seja, civis sem vínculos empregatícios com a CER-3. Os sargentos Ivo Wilson Santana e Ramon Romero foram os encarregados. Os resultados foram os seguintes:

- a) Continuam matriculados, dentro do princípio de voluntariado para os maiores de 30 anos: 21 alunos.
- b) Foram classificados em uma referência acima, com aumento de salário, a contar de 1 de dezembro de 1953, por se destacarem no curso: 11 alunos.

O chefe da CER-3 registrou a sua aprovação para os resultados finais, considerados animadores, e assim se expressou “congratulo-me com [...] esforçados professores do Curso Noturno e com todos os alunos que, a despeito do cansaço da labuta cotidiana, tudo fizeram para conseguir aprendizagem em seu benefício e, conseqüentemente, no do país” (B. I. nº 167 / 1953).

Em 1956, na ordem para a construção do prédio para o Educandário da CER-3, constante do B. I. nº 58, do dia 26 de março, é avisado que “O Curso Noturno, criado para os serventuários da Comissão, será reaberto, a partir de 1 Mai 56, em dependência própria da CER/3.” Como não foram encontrados registros sobre os anos de 1954 e 1955, uma possibili-

dade é que não funcionou nesses anos, e que seria reiniciado em 1956. Contrariando essa possibilidade, existe a publicação no B. I. nº 40, de 29 de março de 1954, página 317, do Regulamento do SAOS (Seção de Abastecimento e Obras Sociais). Nele está regulado como seria prestada a cooperação da CER-3 com a instrução pública, por uma contribuição mensal do pessoal civil e militar destinada ao pagamento das despesas com a gratificação mensal aos Professores da Escola Pública, do Curso Noturno. E consta a realização do Curso Noturno de Alfabetização de Adultos, no edifício da Escola Pública:

Artigo 45º - Com o objetivo de cooperar na campanha de alfabetização, o SAOS mantém um Curso Noturno de Alfabetização de Adultos, que funciona no edifício da própria Escola, com a aquiescência da autoridade competente.

Artigo 46º - A orientação do Curso estará a cargo do elemento indicado pela Chefia, devendo funcionar nos dias úteis das 20 horas às 21,30 horas, com exceção das quartas-feiras e sábados.

Artigo 47º - Ficarão a cargo dos Chefes de Seção aconselhar, estimular e indicar os serventuários que necessitam de alfabetização, advertindo-os de que a matrícula, a frequência e o aproveitamento serão considerados para efeito de melhora de salários. (B. I. nº 40 /1954, p. 317)

No B. I. nº 102, de 7 de junho de 1956, é dada uma ordem para a reorganização da Seção de Pessoal. Ao fiscal administrativo foi dada a atribuição de “Intensificar, junto aos serventuários e suas famílias, a Campanha de Alfabetização de Adultos, independente de idade.” (B. I. nº 102 / 1956, p. 568). As aulas seriam em novo local e agora abertas para todas as idades, com o orientador indicado pela chefia da CER-3.

Nos B. I. dos dias 23 e 31 de agosto, de números 149 e 154 / 1956 respectivamente, são matriculados no Curso Noturno oitos serventuários e um menor não serventuário. No B. I. nº 149/1956 constava o nome de um serventuário que, por ter sido julgado alfabetizado no exame realizado no dia 30 de agosto, era desligado do Curso Noturno. E com a aprovação, foi classificado em nova referência, a partir do dia 1 de setembro, ganhando um aumento no seu salário, como previsto no B. I. nº 124 / 1952.

No entanto, o mesmo boletim, no item seguinte, continha uma ordem para que os chefes de seção cortassem o ponto, na relação de uma hora por dia de falta ao Curso Noturno, de doze serventuários. Como todos estão relacionados como faltosos na aula do dia 3 de agosto, é possível que tenha acontecido algum problema para o início das aulas. Mesmo assim foi ordenado o desconto do ponto do horário do trabalho. E no dia 4 de setembro, uma nova relação foi publicada no B. I. nº 157 com nomes para desconto no ponto, completando as aulas do mês de agosto.

Nos resultados finais do ano de 1956, publicados página 1553 do B. I. nº 229, de 21 de dezembro de 1956, consta que foram realizados exames finais nos dias 19 e 20 de dezembro (matérias de Português e Aritmética). Os resultados apresentam 8 alunos sendo considerados

aprovados; o desligamento de 9 alunos “particulares” que “só serão matriculados para o ano letivo seguinte, mediante novo pedido de matrícula”; e a continuação da matrícula no Curso Noturno, para reinício em 1 de março de 1957, de 9 alunos. Constava, novamente, uma referência a pessoas que não eram serventuários da CER-3, titulados como “particulares”.

No ano de 1958, o Curso Noturno funcionou no Grupo Escolar Coronel Juvêncio. Em abril desse ano, na página 488 do B. I. nº 77, os serventuários Olegário da Costa Machado e Andreлина Vasquez eram dispensados das funções de professores, por não funcionar na CER-3 naquele ano o Curso de Alfabetização de Adultos. Os professores, portanto, não eram mais vinculados à CER-3, como no início do curso. Com a dispensa dos funcionários da CER-3 da função de professores, conclui-se que o Curso de Alfabetização passava a ser conduzido totalmente pelo Grupo Escolar.

Mesmo assim, continuava o rigor do tratamento para com os faltosos. Como fica bem explícito no B. I. de 23 de outubro de 1958, quase no final do período de chefia do coronel Felício, quando ele adverte doze serventuários por falta no mês de agosto, e lembra que:

“Considerando que à CER-3 não interessa elementos que recusam-se a progredir, alerta aos serventuários abaixo para a letra “a” do nº V do item x do B.I.173 de 26/XII/1952, que diz: a) os que não desejarem a matrícula, no caso da alínea (a), serão transferidos para as turmas do campo ou despedidos, pois, não interessa à Comissão elementos que se recusam a progredir.” (B. I. nº 220/1958)

Os serventuários matriculados no Curso de Alfabetização continuavam sob a vigilância da CER-3, sendo controlados e fiscalizados pela frequência e resultados. Poderiam ainda, em caso de falta de aproveitamento, ser transferidos para os acampamentos, onde as condições de trabalho não eram iguais à sede, ou até mesmo serem demitidos. Mas eram recompensados em caso de êxito nos estudos, com aumento de salários e vantagens pecuniárias. E a ameaça de demissão, para aqueles que não se matriculassem, por evidenciar a recusa em progredir, demonstra que o analfabetismo era compreendido como um mal a ser extirpado, por atrapalhar o desenvolvimento próprio do país.

O aspecto salvador dos cristãos, próprio do ensino dos seminários, estava presente na concepção do Curso Noturno de Alfabetização da CER-3. O chefe da comissão, em 1951, ao considerou a Campanha Nacional de Alfabetização de Adultos como uma “nobilitante cruzada” (B. I. nº 01 / 1951). Visualizava o combate cristão contra o mal na Campanha, e o seu caráter enobrecedor, de tornar os alfabetizados como mais elevados na escala social.

Elias (1993), assim se referiu às Cruzadas: “conferiu à luta por novas terras um significado e justificação nobres. Transformou-se numa luta pela fé cristã” (ELIAS, 1993, p. 44). Assim era a visão do chefe da CER-3 para a Campanha Nacional de Alfabetização de Adultos.

tos, e implantada em sua área de influência pela função que exercia. A luta pelos novos saberes, com a aquisição da alfabetização, tinha um significado e justificação nobres. No plano individual, ele a recompensava com aumentos salariais e a garantia da permanência no emprego. E no plano moral, informava que eram partícipes do progresso do país, trazendo o desenvolvimento para todos.

3.5 O Curso de Revisão Intensivo para Admissão ao Ginásio

No dia 21 de agosto de 1956 foi criado o Curso de Revisão Intensivo para Admissão ao Ginásio pela direção do Curso Noturno de Alfabetização de Adultos, conforme publicado na página 897, do B. I. nº 147, iniciando outra participação da CER-3 na educação pública.

O curso estava destinado à preparação de candidatos para a prestação do Exame de Admissão, previsto na Lei Orgânica do Ensino Secundário (Decreto-Lei 4.244, de 9 de abril de 1942). Na lei constava a organização do ensino secundário, a ser ministrado em dois ciclos. O primeiro ciclo compreendendo o curso ginásial, com a duração de quatro anos. E o segundo com dois cursos paralelos, com a opção entre um ou outro: Científico ou Clássico, com a duração de três anos. Para a admissão no primeiro ciclo do ensino secundário, ou seja, no curso ginásial, constava no Artigo 32 da Lei, que o candidato deveria “c) ter revelado, em exames de admissão, aptidão intelectual para os estudos secundários”, sendo os exames realizados em duas épocas, uma em dezembro e outra em fevereiro.

O curso de preparação para o exame era determinado a funcionar na CER-3, de maneira totalmente gratuita, com o quadro de trabalho mostrado no Quadro 03. As inscrições deveriam ser feitas com o professor Petrônio e mais as seguintes condições:

- a) Destinado aos dependentes de serventuários que fossem candidatos ao ginásio ou que desejassem melhorar o nível de instrução.
- b) Ter orientação prática, dirigindo-se a rever assuntos já estudados, por meio de exercícios.

Quadro 03 - Quadro de Trabalho do Curso de Admissão

Segunda-feira	Quarta-feira	Sexta-feira	Sábado
Português 17:00 às 17:50	Geografia 17:00 às 17:50	Matemática 17:00 às 17:50	História 15:00 às 15:50
Matemática 18:00 às 18:50	Matemática 18:00 às 18:50	Português 18:00 às 18:50	

Fonte: B. I. nº 147 / 1956

Para a organização da turma de alunos, foi prevista a realização de um prova de seleção, nível ensino primário. A finalidade declarada era tornar a turma mais homogênea. As provas contendo assuntos das matérias de Português, Geografia e História, Matemática, seriam aplicadas em dias diferentes.

Foram designados como professores no curso, o Major Antonio Ribeiro Secco, para a matéria de Matemática; os servidores civis Heráclio Brum Cerzósimo, para Português; e Petrônio Rebuá Alves Ribeiro, para as matérias de Geografia e História. A carga horária destinada para Matemática era de três aulas semanais, seguida por Português, com duas aulas semanais e apenas uma aula para Geografia e História.

Sobre os professores encarregados das aulas, deve ser ressaltado que o major Antonio Ribeiro Secco, como constou em averbação publicada no B. I. nº 27, de 28 de fevereiro de 1958, era licenciado em matemática pela Faculdade de Ciências e Letras da Universidade do Distrito Federal e bacharel em matemática, pela Faculdade de Filosofia do Instituto Lafayette (além do curso de formação em Fortificação e Construção, realizado na Escola Técnica do Exército, atual Instituto Militar de Engenharia, no Rio de Janeiro-RJ).

O professor Heráclio, serventuário civil, concluiu o curso ginásial no Ginásio Cândido Mariano, em Aquidauana. Nascido em 15 de dezembro de 1937, foi contratado com dezessete anos de idade, em 23 de agosto de 1955. Permaneceu na CER-3 até o dia 16 de março de 1957, quando foi demitido a pedido, para a prestação do serviço militar obrigatório na 30ª Circunscrição de Recrutamento da 9ª Região Militar, em Campo Grande. O professor Petrônio, também contratado como serventuário civil, combatera na Itália pela Força Expedicionária Brasileira e na época da CER-3 tinha estudado até o admissão ao ginásio, em Aquidauana.

No B. I. nº 168, de 19 de setembro de 1956, foi instituída a gratificação de Cr\$ 80,00 por aula aos serventuários Petrônio e Heráclio, pelo exercício da função de professores no Curso de Admissão. Era um bom valor aos professores, pois Heráclio ganhava Cr\$ 11,00 por hora e Petrônio, como escriturário, Cr\$ 17,00 por hora.

Em dezembro de 1956 os alunos compareceram ao Exame de Admissão, realizados no Ginásio Cândido Mariano, na cidade de Aquidauana. O resultado é mostrado no Quadro 04. Em consequência da aprovação nos exames, os serventuários Ivo Bogado e Libério do Nascimento, a título de prêmio e estímulo para que prossigam no empenho da melhoria do nível de conhecimento, foram promovidos de uma referência, usando os mesmo critérios adotados para o Curso Noturno, conforme publicado no B. I. nº 4, de 7 de janeiro de 1957.

No ano de 1957, o Curso Noturno funcionou com os seguintes professores, conforme publicado no B. I. nº 58, de 18 de março de 1957:

- Diretor: Capitão de Intendência Elias Wadik Rizkalla.
- Professor de Matemática: Major Oscar de Cerqueira Novaes, depois substituído pelo 1º Tenente Hélio Cesário de Medeiros.
- Professor de Português: 1º Tenente dentista Hélio Cesário de Medeiros, depois substituído pelo Capitão Elias Wadik Rizkalla.
- Professor de Geografia e História: Petrônio Rebuá Alves Ribeiro

Quadro 04 – Relatórios do Curso de Revisão Intensivo de Admissão (1956 e 1957)

	1956				1957
	setembro	outubro	novembro	dezembro (3)	março a junho
matriculados	19	20	20	13	36
frequência média	18	15	10	8 (4)	-
aprovados	5 (1)	18 (1)	-	6	14
ouvintes	14 (2)	2 (2)	-	-	11
eliminados ou reprovados	-	-	7	2	11
Número de aulas	16	21	23	-	-

Fonte: B. I. nº 4 / 1957, p. 27 e 118 / 1957, p. 750

Observações: (1) Provas de seleção, do nível de 4º ano primário; (2) alunos matriculados e que não alcançaram a média de aprovação na prova de seleção; (3) resultados dos Exames realizados em Aquidauana; (4) 05 (cinco) alunos não compareceram aos exames.

Foram realizadas provas eliminatórias, nas matérias de Português, Matemática, Geografia e História, com o cômputo de uma média global no mínimo de 5 (cinco) para aprovação e com o grau mínimo de 4 (quatro) em cada matéria. Os resultados foram publicados na página 750 do B. I. nº 118 de 17 de junho de 1957. O total de 14 (quatorze) alunos) foi considerado aprovado. E, por obterem resultados inferiores a quatro, mesmo com a segunda chamada de Aritmética, 11 (onze) alunos foram considerados como reprovados e eliminados do Curso de Admissão.

E com resultados inferiores a quatro, foram considerados como aptos a serem aproveitados como ouvintes, tendo em vista o grau de assiduidade, aproveitamento e interesse demonstrado nos deveres escolares, de 11 (onze) alunos, sendo 8 (oito) em uma só matéria e 3 (três) por falta em uma só prova. A situação de ouvinte estava prevista no Art. 29 da Lei Orgânica do Ensino Secundário, para aqueles que não conseguissem a habilitação, como uma forma de estudar a disciplina ou as disciplinas em que a sua preparação fosse deficiente. A situação no Curso Noturno da CER-3 era uma adaptação dessa medida.

Na relação dos alunos que realizaram as provas eliminatórias, verifica-se uma presença do sexo feminino, com 15 (quinze) alunas, correspondendo ao percentual de 41%. Possi-

velmente não eram serventúrias da CER-3, mas freqüentavam o curso. O serventúrio Ivo Bogado, mesmo com sua aprovação no Exame de Admissão, continuou freqüentando as aulas do Curso Noturno. E entre os relacionados nos exames constavam as professoras Gládis e Zilda, que ministravam aulas no Curso Noturno de Alfabetização, e Neide, que seria contratada em 1958.

O curso ginásial funcionava na vizinha cidade de Guia Lopes da Laguna, por meio de um convênio da prefeitura com programa do governo federal, que patrocinava escolas gratuitas. Medeiros (2002) descreve que a viagem era feita todo final de tarde em um caminhão providenciado pela CER-3, com bancos e capota para caso de chuva: “íamos estudar fora”.

O ginásio na cidade de Jardim foi criado em 14 de junho de 1961, com a Lei nº 1.510, no governo de Fernando Corrêa da Costa em um período marcado por expansão da rede de ensino estadual mato-grossense, segundo Marcilio (1963). E o apoio da CER-3 para a educação pública no município e região prosseguiu. Conforme Medeiros (2002), o curso era noturno, pois a maioria dos alunos e professores trabalhava na CER-3, eram usadas as instalações do Educandário Coronel Felício, a CER-3 cedia a iluminação elétrica e o curso “recém-criado, revestia-se de importância singular para a cidade e os jovens que haviam terminado o primário já há algum tempo e que por ali se encontravam, sem perspectiva em matéria de estudos” (MEDEIROS, 2002, p. 105).

3.6 As escolas dos acampamentos ou escolas rurais

Mas a preocupação com a escolarização não se restringia aos que moravam junto à sede da CER-3, no município de Jardim, com as instalações do comando, as repartições da administração e diversas oficinas. Existia uma parcela de servidores que ficavam em acampamentos montados ao longo das estradas, para os trabalhos de construção ou manutenção das rodovias. A maior parte da força de trabalho permanecia destacada nos acampamentos, montados na beira das estradas ou apoiados em fazendas. Os trabalhadores casados levavam suas famílias e neles construía ramos. Arruda (2005) enumera vários acampamentos construídos pela CER-3, e afirma que a vida neles era muito difícil:

- a) Na estrada Bela Vista – Aquidauana: Km 40, Km 42, Km 63, Quebra-galho.
- b) Na estrada para Porto Murtinho: Bocaina
- c) Na estrada para Maracaju: Canindé, chamado pelos trabalhadores de Maracangalha, devido a uma música da década de 1950, cantada nas viagens para o acampamento.

O acampamento de Canindé, chamado de Maracangalha, ficava em terras da fazenda então pertencente ao Sr. Itamar Ferreira. Arruda (2005) afirma que no Canindé havia mais conforto em relação aos outros, talvez por não ser uns dos primeiros acampamentos organizados pela CER-3. Nele o fazendeiro doava leite de vaca aos funcionários, um motor diesel fornecia energia elétrica e havia sessão de filmes nas segundas, quartas e sextas-feiras. De uma represa com burrinho d'água era fornecida água canalizada, distribuída por torneiras ao acampamento. E havia campo para voleibol, armazém, açougue e enfermaria, e a presença do pároco de Jardim, o padre José Ferrero, que de dois em dois meses ia aos acampamentos para celebrar missa. Aos sábados pela manhã, um caminhão tipo caçamba ficava à disposição para levar a Jardim quem quisesse ir passear, o retorno era após a primeira sessão de filme no Cine Jardim (também da CER-3). O acampamento permaneceu por dois anos na região do Canindé.

Nos acampamentos do Canindé e Bocaína funcionaram escolas com cursos noturnos. Dessa maneira, o ensino não era proporcionado apenas aos serventuários que estavam na sede em Jardim. A oportunidade era estendida para aqueles que se deslocaram com suas famílias para os acampamentos e residiam em casas de madeira, desmontáveis.

No B. I. nº 98, de 1 de junho de 1956, página 538, há a ordem para o aumento de Cr\$ 300,00 mensais na gratificação da professora Araci Duarte de Souza, em virtude da criação do Curso de Alfabetização de Adultos no Acampamento de Bocaina. A professora recebia o encargo de lecionar, além das aulas do curso primário da escola, no curso noturno de alfabetização do acampamento.

Na Escola Primária do Canindé, como publicado no quadro da página 471 do B. I. 87 / 1957, e mostrado no Quadro 05, existiam aulas no Curso Noturno para Adultos. As aulas iniciaram no dia 24 de abril, com seis alunos matriculados, conforme consta no B. I. nº 88, de 30 de abril de 1957, p. 483. Está ordenado que a professora Andreлина Vasques passasse a ganhar a mesma gratificação da antiga professora. Os serventuários do acampamento, divididos em duas turmas, podiam dispor das mesmas condições de estudo encontradas na sede em Jardim. E, talvez, compartilhar com seus filhos a resolução dos mesmos problemas escolares. A divisão das turmas era entre analfabetos e aqueles alfabetizados e semi-alfabetizados.

Em 7 de maio de 1957, pelo B. I. nº 93, página 511, era determinado que a seção S/10 fizesse o controle do ponto das professoras do Canindé, informando a frequência para a seção de pessoal. Assim, existia outra professora, Neide Flores Nogueira, no acampamento, e a fiscalização era encargo da S/10, a seção encarregada da construção de estradas, atividade para a qual o acampamento estava montado na estrada para Maracaju. O chefe da S/10 até julho de

1958 era o Major Secco, que acumulava esta função com a de “encarregado do setor educacional” da CER-3 (B. I. nº 154 / 1958, p. 982).

Figura 16 - Resultados dos exames na Escola Rural do Canindé

- 157 -

(Cont. de Bol. Int. nº 26 de 7 de Fevereiro de 1958, da CER/3)

XIII - S/10 - Escola Rural do Canindé
O Maj. Chefe da S/10, em parte nº 9-P-3/10 de 3 Jan 58, participou o seguinte resultado dos exames prestados na Escola Rural do Canindé:

N O M E S	M a t é r i a s						Grat. final
	Port	Geog	Mat	Cien	Hist	Geom	
<u>2º Ano - Aprovados</u>							
Nadir Pedrosa.....	10	10	9,2	10	9,9	10	9,9
Grivaldo de Oliveira.....	9,9	6,5	7,1	8,5	6,5	9	7,9
Clair Nascimento.....	8,8	6,0	7,8	8,8	7,8	8,5	7,9
José Carlos Guimarães.....		6,1	9,0	5,1	6,0	9,5	7,9
<u>3º Ano - Aprovados</u>							
Maria do Carmo Pereira.....	9,5	9,5	9,0	9,5	9,9	9,0	9,9
Adão Brito.....	9,0	7,8	7,5	9,0	7,5	8,5	7,9
Oswaldo Ramo de Oliveira.....	8,7	6,0	7,1	8,5	6,1	8,2	7,9
Raul Soares.....	7,5	4,0	5,0	6,6	5,0	7,0	5,9
<u>1º Ano "A" - Aprovados</u>							
Maria Aparecida de Oliveira.....	10,0	-	10,0	-	-	-	10,0
Luiza Ortis.....	10,0	-	10,0	-	-	-	10,0
Cleonice Soares.....	10,0	-	10,0	-	-	-	10,0
Luiz Carlos Pereira.....	9,0	-	9,5	-	-	-	9,5
Verônica Mendes.....	8,3	-	9,5	-	-	-	8,3
<u>Reprovados</u>							
Bento Gomes, Ramap Roberto Dias, Milton Pinto Correa, Zeli Mendieta, Jurema Soares, Iva Gomes, Bernadete Roja Salles, Marilene de Jesus Maciel e Maria Adelaide de Souza.							
<u>1º Ano "B" - Aprovados</u>							
Luiz Chulapa.....	9,9	-	10,0	-	-	-	9,9
Alcino Gomes.....	9,5	-	10,0	-	-	-	9,5
Ramão Ortis.....	9,5	-	9,5	-	-	-	9,5
Moacir Mendieta.....	9,5	-	9,0	-	-	-	9,2
<u>Reprovados</u>							
Alady Pedrosa.....							
<u>1º Ano "C" - Aprovados</u>							
Ovandina de Oliveira.....	9,9	10,0	9,9	-	9,5	-	9,9
Ramona Verissimo.....	9,5	10,0	9,9	-	9,8	-	9,8
Asadir Antonio Alves.....	9,8	10,0	9,9	-	9,7	-	9,8
Fausting Gomes.....	9,0	9,9	9,9	-	9,0	-	9,2
Sebastião Francisco do Nascimento	7,7	5,0	6,1	-	8,5	-	6,8
<u>Reprovado</u>							
Ivanyr Pinto							

4ª. PARTE - JUSTIÇA E DISCIPLINA - Sem alteração.

[Handwritten signature]

Fonte: B I nº 26 de 7 de fevereiro de 1958

O relatório do final do ano (Figura 16) revela a frequência de 33 alunos na Escola Rural do Canindé, divididos em 5 turmas: os primeiros anos A, B e C, o segundo e terceiro ano. O relatório nos fornece outras informações:

a) Média 5 para aprovação, sendo que um aluno do 3º ano foi aprovado, mesmo com média 4,0 em Geografia, pois o seu grau final alcançou a média de aprovação.

b) Diferenciação das matérias entre as turmas do 1º ano. Os primeiros anos A e B estudavam apenas Português e Matemática, enquanto o primeiro ano C tinha o acréscimo de Geografia e História.

c) Os segundo e terceiros anos estudavam cinco matérias: Português, Matemática, Geografia, História e Ciências.

d) Presença do sexo feminino nos acampamentos. Além das professoras consta a frequência de dezessete alunas, correspondente a 51% do total.

Tabela 02 - Resultado final Escola do Canindé (1957)

Série/ano	aprovados	reprovados	total
1º ano A	5	9	14
1º ano B	4	1	5
1º ano C	5	1	6
2º ano	4	-	4
3º ano	4	-	4
	22	11	33
	67%	33%	

Fonte: B. I. nº 26 / 1958

O desdobramento do primeiro ano em três turmas (A, B, C) não estava previsto na Lei Orgânica do Ensino Primário (Decreto-Lei nº 8.529 de 1946), que determinava uma duração de quatro anos de estudos para o curso primário elementar. A turma do primeiro ano A era formada pelos alunos analfabetos e a do B pelos semi-alfabetizados e na C estudavam os alfabetizados. Verifica-se que os analfabetos eram em maior quantidade, assim como as reprovações. O resultado final, consolidado na Tabela 02, mostra uma aprovação de 67% dos alunos, sendo a maior reprovação no 1º ano A, com nove reprovados (64% dos matriculados) para cinco aprovados. Demonstra a dificuldade de alfabetização existente na escola.

No boletim de 30 de abril, a citação foi para a Escola Primária do Canindé, e no de 7 de fevereiro de 1958 constava o mesmo local como Escola Rural do Canindé. A escola funcionou com duas professoras, distribuídas nos turnos matutino e vespertino para atender as quatro turmas. Há uma publicação na página 471, do B. I. nº 87, de 25 de abril de 1957, onde é citado “o organismo do ensino primário na Seção de Construção”, que era a Seção chefiada

pelo Major Secco. Nesta publicação estão os horários das aulas e os livros adotados, e a ordem para que fosse providenciada a construção de mais uma sala, assim como as carteiras e material escolar indispensável para o pleno funcionamento da escola do Canindé.

Quadro 05 – Horários e Livros textos da Escola Primária do Canindé

Turno	Turma	Horário	Livro texto	OBS:
		De 2ª. feira à 6ª. feira		
MANHÃ	1º ano A, B, C	das 8 às 11 h	“Cartilha que Eu Queria e “Minha Cidade” de Theobaldo Miranda	A - analfabetos B – semi-alfabetizados C - alfabetizados
	2º ano	das 8 às 11 h	“Minha Cidade” de Theobaldo Miranda	
TARDE	3º ano	das 13 às 16 h	“Minha Cidade” de Theobaldo Miranda	
	4º ano	das 13 às 16 h	“Minha Cidade” de Theobaldo Miranda	
NOITE	A	das 19 às 21 h	“Cartilha que Eu Queria”	A - Analfabetos
	B	das 19 às 21 h	“Minha Cidade” de Theobaldo Miranda (1ª. série)	B – alfabetizados e semi-alfabetizados

Fonte: B. I nº 87 / 1957, p. 471

Os livros adotados eram “Cartilha que eu queria” e “Minha Cidade”, de Heloisa Raposo Lage e Theobaldo Miranda dos Santos. O livro “Meus exercícios” era utilizado para complementação do ensino nos anos respectivos. Verifica-se que eram livros editados no Rio de Janeiro. Enquanto a data de edição do livro de Theobaldo Miranda foi catalogada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) como sendo 1955. Na Fundação Biblioteca Nacional há uma catalogação de um exemplar da cartilha de Heloisa Raposo, livro do professor, com data de 1956. As datas mostram que os livros eram atuais para a época (1958), com edição recente. O sistema de compras da CER-3, com escritórios de representação no Rio de Janeiro, São Paulo, Bauru e Aquidauana, permitia a aquisição e remessa para Jardim. Também eram utilizadas, quando necessário, as aeronaves do Correio Aéreo Nacional que pousavam em Jardim.

Os livros constaram na lista geral dos livros didáticos julgados como de uso autorizado pela Comissão Nacional do Livro Didático, publicada em fevereiro de 1959. O conteúdo, como relacionado na catalogação da UFRGS (Quadro 06), com noções de história, geografia, higiene, ciências naturais e matemática, estava de acordo com o previsto para a Campanha Nacional de Alfabetização de Adultos, mostrado anteriormente.

Quadro 06 - Capa e ficha catalográfica dos livros didáticos adotados na escola do acampamento

Cartilha minha cidade – capa e ficha catalográfica	
	<p>AUTOR: SANTOS, Theobaldo Miranda TÍTULO: Minha Cidade EDIÇÃO: s / ed. LOCAL: Rio de Janeiro EDITORA: Livraria AGIR Editôra ANO PUBLICAÇÃO: 1955 PÁGINAS: 132 p. EXEMPLARES: 1 LOCALIZAÇÃO BSE: EDU CART S237mi TRANSCRIÇÃO DA FOLHA DE ROSTO: THEOBALDO MIRANDA SANTOS / Professor catedrático do Instituto de Educação e da Universidade / Católica do Rio de Janeiro / MINHA CIDADE / A vida no lar e na escola na cidade do Rio de Janeiro / 1ª Série Primária / Linguagem, História do Brasil, Geografia, / Ciências naturais, Higiene e Matemática / 1955 / Livraria AGIR Editôra / RIO DE JANEIRO</p>
<p>Fonte: http://www.ufrgs.br/faced/extensao/memoria/cartilhas_imagens/cidade.htm</p>	
A Cartilha Que Eu Queria – capa e ficha catalográfica	
	<p>AUTOR: LAGE, Heloisa Raposo TÍTULO: A Cartilha Que Eu Queria: histórias e cantigas EDIÇÃO: 66. ed. LOCAL: Rio de Janeiro EDITORA: Conquista ANO PUBLICAÇÃO: [19--] PÁGINAS: 127 p. EXEMPLARES: 2 LOCALIZAÇÃO BSE: EDU CART L174c 66.ed. TRANSCRIÇÃO DA FOLHA DE ROSTO: Heloísa Raposo Lage / Diretora da Escola Primária e Professora de Curso Normal do Colégio Bennett / A / Cartilha / Que Eu Queria / "HISTÓRIAS E CANTIGAS" / 66.ª EDIÇÃO / CONQUISTA / AV. 28 DE SETEMBRO, 174 – RIO DE JANEIRO – BRASIL</p>
<p>Fonte: http://www.ufrgs.br/faced/extensao/memoria/cartilhas_imagens/queria_2.htm</p>	

O uso do livro *Minha Cidade*, que apresenta aspectos da vida no lar e na escola na cidade do Rio de Janeiro, demonstra a dificuldade da regionalização do ensino, principalmente para a área rural. A sua utilização, em um ambiente rural no acampamento de Canindé, por alunos e professores que deveriam desconhecer a cidade do Rio de Janeiro, deveria exigir procedimentos táticos das professoras.

Almeida Filho (2008), nos seu trabalho sobre o projeto editorial das obras de Theobaldo Miranda, considera que o autor estava ligado a um grupo denominado “católico”, e as obras estavam inseridas em um esforço para adequar as concepções da Escola Nova a um modelo pedagógico católico e construir também uma nova consciência nacional, porém a partir da concepção cristã e católica. Os livros estariam dentro de um projeto de “conformação do

campo educacional como estratégia de intervenção na cultura pela construção de um modelo de uma pedagogia católica”. O projeto editorial envolveu leitores de toda comunidades escolar, das séries iniciais ao ensino superior. Segundo Almeida Filho (2008), Theobaldo Miranda publicou a maioria dos seus livros didáticos para a educação básica, como o livro *Minha Cidade*, pela AGIR, uma editora católica.

Sobre a remuneração dos professores, na página 601 do B. I. nº 101, de 21 de maio de 1957, há uma ordem para o saque da gratificação para a professora da Escola Primária do Canindé, no valor de Cr\$ 1.000,00 e uma relação de compras feitas pela CER-3, discriminando os valores. Uma correlação com os valores de hoje permitem visualizar o valor aquisitivo para as compras do salário da época, e uma comparação com os dias atuais (Tabela 03).

Tabela 03 – Valor de compra do salário dos professores (1957-2012)

		1957		2012	
1	2	3	4	5	6
item	quantidade	valor	compra	unidade	valor
Açucar	5quilos	15,80	316 quilos	2,00 (Kg) (1)	R\$ 632,00
Café em pó	5 quilos	61,00	81 quilos	12,56 (Kg)(1)	R\$ 1017, 36
Tody médio	2 latas	33,60	59 latas	3,99 (400g)(1)	R\$ 235,41
Guaraná Champagne	5 garrafas	10,00	2.000 garrafas	1,04 (2)	R\$ 2080,00
Soda limonada	6 garrafas	8,00	750 garrafas	1,07 (2)	R\$ 802,50
Água Tônica	6 garrafas	10,00	600 garrafas	1,08 (2)	R\$ 648,00

Fontes:

(1) Supermercados ABEVÊ (14 de janeiro de 2012)

(2) http://www.receita.pb.gov.br/IndTab/tabelas/Portaria068GSER_anexo2.pdf

Instituído no Brasil em 1º de maio de 1940, para vigorar a partir de 1º de julho do mesmo ano, o salário mínimo não era unificado no país. Variava em 14 níveis salariais diferentes, aplicados em regiões delimitadas pelo governo federal, a partir de pesquisa nacional. Somente em 1984 passou a vigorar um valor único para o salário mínimo no Brasil. Para o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE), o período de 1952 a 1964 correspondeu a uma recuperação do salário mínimo. Entre 1952 e 1959, houve um forte crescimento de seu poder aquisitivo. Aconteceram ganhos reais e significativos para o salário mínimo que chegou, em 1957, ao maior alto poder aquisitivo da história, segundo a metodologia aplicada pelo DIEESE.

As considerações com comparações sobre os valores do salário mínimo por tempos diferentes é um assunto controverso, segundo o DIEESE e complexo. No Brasil ocorreram os ciclos inflacionários, mudanças nos padrões de consumo e de vida, acompanhadas por modificações políticas, sociais, culturais, demográficas e econômicas. E a esses fatores somaram-se

a industrialização e diversificação de produtos no mercado, tornando os padrões de vida das décadas de 1940-1950, distintos dos que vigoram atualmente.

Reconhecendo que as dificuldades apresentadas pelo DIEESE para as comparações do salário mínimo são semelhantes para as comparações dos salários dos professores por um período longo, a Tabela 04 foi elaborada para fornecer uma ideia do valor de compra dos salários em 1957. Procura exemplificar que, se em 1957, todo o salário mensal da professora fosse destinado à compra dos itens relacionados na coluna 1, seriam adquiridos a quantidade relacionada na coluna 4 (quantidade). A quantidade comprada em 1957 custaria em 2012 o mostrado na coluna 5 (valor).

Tabela 04 – Valor de compra do salário dos professores (1958-2011)

		1958		2011	
		Cr\$ 2.500,00		R\$ 1.187,97	
item	quantidade	valor	quantidade	valor	quantidade
Açúcar	5 quilos	15,80	158	100	118
Café em pó	5 quilos	61,00	40	62,8	18
Tody médio	2 latas	33,60	74	7,98	148
Guaraná Champagne	5 garrafas	10,00	250	5,20	228

Fonte: elaborado por Fernando dos Anjos Souza, a partir de informações do Acervo da CER-3 e < http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16373: piso-do-magisterio-sera-reajustado-em-1585-e-subira-para-r-1187&catid=372&Itemid=86 >

Em 1958, pelo B. I. nº 65, de 29 de março de 1958, página 484, a professora Neide Flores Nogueira foi admitida para o curso primário no acampamento Canindé, com o salário mensal de Cr\$ 2.500,00. No Brasil foi instituído por lei¹⁹, em 2008, o piso salarial para os professores com carga horária até 40 (quarenta) horas. Para 2011 o Ministério da Educação (MEC) fixou o valor de R\$ 1.187,97, baseado em interpretações da lei pela Advocacia-Geral da União. Para provocar reflexões sobre o salário mensal da professora Neide, contratada para o curso primário, e o valor fixado como piso em 2011, foi elaborado a Tabela 04. São necessárias algumas reflexões sobre os valores registrados, pois o piso salarial fixado para 2011 refere-se a uma carga horária de 40 horas. E não temos referências sobre a carga horária da professora no acampamento, leiga e com escolaridade até o primário.

Com exceção do item Toddy médio, a professora contratada em 1958 compraria maior quantidade dos produtos relacionados, em comparação com a professora de 2011. Outras considerações poderão ser feitas com base em pesquisas de salários de diferentes categorias pro-

¹⁹ Lei nº 11.738/2008, de 16 de julho de 2008, que institui o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, com a formação em nível médio, na modalidade Normal, para a jornada de, no máximo, 40 (quarenta) horas semanais, o qual deverá ser reajustado anualmente, no mês de janeiro.

fissionais contratadas pela CER-3, até mesmo dos militares, com o salário mínimo da época ou, ainda, com o salário pago aos professores pelo Estado de Mato Grosso.

3.7 A escolarização e a fronteira

Nas relações dos alunos matriculados no Curso Noturno de Alfabetização de Adultos, verifica-se a ocorrência de sobrenomes de origem costumeiramente paraguaia (Romero, Benites, Paniágua, Ajala, Echeverria). É uma evidência da presença de trabalhadores de origem paraguaia entre os serventuários da CER-3 e que necessitavam da alfabetização.

As fichas dos funcionários, elaborados pela Seção de Pessoal, e preenchidas quando da admissão do serventuário, estampam as siglas “M.V.O.P.” e “M.G.” no cabeçalho, correspondendo a Ministério da Viação e Obras Públicas e Ministério da Guerra, respectivamente. As siglas demonstram que o modelo era fixado por esses órgãos. Abaixo das siglas constavam questionamentos sobre a data de chegada no Brasil, se era casado com brasileira e se tinha filhos. As respostas eram colocadas nas fichas. A preocupação com a coleta de dados de estrangeiros, e o registro dessa origem nos boletins internos quando da contratação, comprovam que a CER-3 contratava trabalhadores oriundos de outros países.

A contratação de estrangeiros, com predominância de paraguaios, declarados, ou predominantes dos municípios fronteiriços como Porto Murtinho e Bela Vista, sugere uma reflexão sobre a representação de fronteira. A fronteira parece estar relacionada apenas como limite geográfico entre dois países, demarcada, no caso com o Paraguai pelos rios Apa e Paraguai, mas que não impede a transitabilidade das pessoas, movidas por seus próprios interesses, em busca de oportunidade de trabalho e melhoria das condições de vida, para si e seus familiares, como demonstra a recorrência de sobrenomes iguais entre os contratados pela CER-3.

A Constituição brasileira de 1946, que vigorou até 1967, considerava o direito de ser brasileiro para os “nascidos no Brasil, ainda que de pais estrangeiros, não residindo estes a serviço do seu país” e “os naturalizados pela forma que a lei estabelecer” (Art.129). Mas, para o exercício pleno dos direitos de cidadania, para serem eleitores, necessitavam serem alfabetizados e saber exprimir-se na língua nacional, conforme prescrevia o Art. 132.

O funcionamento do Curso Noturno de Alfabetização de Adultos evidencia quase uma obrigatoriedade dos trabalhadores dominarem o idioma do Brasil, freqüentando a escola para aprenderem o idioma que dá a identidade nacional. O Estado, ali representado pela CER-3,

mostrava a sua atuação e o seu alcance, não apenas no fornecimento das condições de trabalho e de melhoria de vida, mas também na afirmação de sua identidade.

É esse papel, não revelado e não intencional, como o curso do processo civilizador definido por Elias (1993), que vislumbramos para a intervenção do Exército na educação, na região fronteiriça do Brasil com o Paraguai, área de atuação da CER-3. Elias descreve que “o processo civilizador constitui uma mudança na conduta e sentimentos humanos rumo a uma direção muito específica” (ELIAS, 1993, p.193). A intervenção, com a realização do curso de alfabetização, não são oriundas de um planejamento prévio. Surgiram de um processo cego, durante o qual o entrelaçamento e interdependência das pessoas principiaram e cresceram.

O aspecto salvador estava presente na concepção do Curso Noturno de Alfabetização da CER-3. O chefe da comissão, em 1951, considerou a Campanha Nacional de Alfabetização de Adultos como uma “nobilitante cruzada” (B. I. nº 01 / 1951). O combate cristão contra o mal estava assim representado na Campanha, e o seu caráter enobrecedor, de tornar os alfabetizados como mais elevados na escala social. A luta pelas Cruzadas, em busca da conquista de novas terras para implantar a fé cristã, é referida por Elias (1993) como exemplo de uma justificação nobre. Era similar a visão do chefe da CER-3 para a Campanha Nacional de Alfabetização de Adultos, e implantada em sua área de influência pela função que exercia. A luta pelos novos saberes, com a aquisição da alfabetização, tinha um significado e justificação nobres. No plano individual, ele a recompensava com aumentos salariais e a garantia da permanência no emprego. E no plano moral, informava que eram partícipes do progresso do país, trazendo o desenvolvimento para todos.

Com esse sentido civilizador, a participação do Exército pela ação da CER-3, representado o Estado na afirmação de sua identidade, em uma região de fronteira, configura uma atuação que não se enquadra nas dimensões especificadas para o ensino militar. Ela se caracteriza por ser uma participação que mantém sob a responsabilidade da instituição militar, um estabelecimento de ensino com matrículas oferecidas para a população em geral, ou seja, não necessariamente aos seus integrantes, e sem uma finalidade especificamente militar, a de formação de quadros com aptidões para a sua destinação constitucional, o preparo militar.

Na próxima seção será apresentado o processo que culminou com a implantação do Educandário Coronel Felício, mais uma evidência empírica da existência da participação militar em modalidades diferentes das dimensões mencionadas na legislação para o ensino militar.

4 O Educandário Coronel Felício: os militares e a educação pública da fronteira Brasil – Paraguai

A análise sobre a participação militar, em parte exemplificada pelo Educandário Coronel Felício e apresentada nesta seção, busca aprender sobre as culturas escolares presentes no Educandário, encontrar singularidades próprias de uma região fronteiriça e suas especificidades que o diferenciam das dimensões do ensino militar profissionalizante e o projetam como uma instituição escolar diferenciada para a região.

Pretende englobar as vertentes da cultura escolar, entendida como “um conjunto de *normas* que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de *práticas* que permitem a transmissão destes conhecimentos e a incorporação desses comportamentos, normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas” (JULIA, 2001, p. 10). O reconhecimento da possibilidade da existência de uma cultura singular, específica para a configuração do Educandário, acresce outro componente às duas vertentes (normas e práticas). Inclui a singularidade, pois

No hay dos escuelas, colegios, institutos de enseñanza secundaria, universidades o facultades exactamente iguales, aunque puedan establecerse similitudes entre ellas. Las diferencias crecen cuando comparamos las culturas de instituciones que pertenecen a distintos niveles educativos (VIÑAO FRAGO, 2001, p.33).

Julia (2001), em um artigo considerado como seminal para os trabalhos com cultura escolar, aponta a dificuldade para o historiador em reconstruir a história das práticas culturais, pois ela não deixa traços, ficando os arquivos escolares em silêncio sobre ela. Então, como afirma Julia, é necessário que o historiador saiba “fazer flechas com qualquer madeira” (JULIA, 2001, p. 17). Procurando seguir as recomendações de Demartini (2004), de ultrapassar os limites contidos na historiografia construída a partir das informações do sistema oficial, são utilizados os registros oficiais, encontrados no Acervo da CER-3, mas que não foram elaborados com o fim específico de registrar a história da instituição escolar.

Em 1956, o Coronel Nelson Felício dos Santos ordenou a elaboração do projeto da construção do prédio para funcionar uma nova escola (Anexo A), com a seguinte justificativa:

a conveniência da organização de um estabelecimento de ensino primário, para os filhos dos serventuários da CER/3, nos moldes dos existentes nas Unidades Rodovias e Ferrovias do Exército (...) de modo a poder entrar em funcionamento em 1957, com os cursos anexos de Jardim de Infância, Admissão e de Alfabetização de Adultos. (B. I. nº 58 / 1956)

O estabelecimento deveria ser para o ensino primário, tendo como cursos anexos o Jardim de Infância, Admissão e Alfabetização de Adultos. O prédio abrigaria os cursos que

eram realizados no Grupo Escolar “Coronel Juvêncio” para os serventuários da CER-3, e proporcionaria as condições para o prosseguimento desses cursos.

Outro aspecto a considerar é a previsão do curso de Jardim de Infância como anexo ao ensino primário. A inclusão da educação pré-primária, com o jardim de infância e maternal, na educação primária só aconteceria com a primeira LDB, que seria promulgada em 1961 (Lei nº 4.024/61). O Curso de Admissão já estava em funcionamento e o de Alfabetização de Adultos, iniciado em 1951, funcionava no grupo escolar, e reiniciaria em instalações próprias da CER-3, possivelmente o barracão de madeira citado como local da Escola Reunida.

Ao citar que o estabelecimento escolar deveria seguir os modelos existentes nos batalhões de engenharia empregados na construção de rodovias e ferrovias, a ordem referia-se às escolas mantidas pelos batalhões de engenharia do Exército empenhadas na construção do Tronco Principal Sul (TPS), cujos indícios de existência foram mostrados na parte que versou sobre o as dimensões do ensino militar no Brasil. Com a criação da escola, a CER-3 igualava-se às unidades do Exército que trabalhavam no TPS prestando um trabalho assistencial e com uma obra educacional que fizeram suas missões serem consideradas como Serviço Nacional Relevante pelo Presidente da República. Além de estar também situada no interior do país, a CER-3 prestava seus serviços em uma região fronteiriça, dotada de uma importância histórica e estratégica, que apresentava uma carência do atendimento pelo Estado das necessidades da população nos aspectos sociais, notadamente o educacional.

A destinação inicial, prevista para atender os filhos dos serventuários da CER-3, conduziu para a dimensão assistencial do ensino militar. Em um primeiro momento, assim poderia ser considerado. Porém, o estabelecimento escolar não apresenta as características dessa dimensão, como será mostrado a seguir.

4.1 O espaço escolar e a arquitetura inicial

No Brasil, a construção de prédios escolares, demonstrando uma preocupação em ministrar a educação em lugares específicos, começou a surgir no século XIX. Conforme afirma Souza (2007, p.163)

foi no século XIX que a construção de prédios escolares, o surgimento de moderno mobiliário escolar e novos materiais de ensino proliferaram de forma considerável articulando-se com a moderna pedagogia, o processo de escolarização em massa e a expansão do mercado industrial.

Para a configuração da cultura escolar de uma instituição educativa, Viñao Frago (2005) ressalta que, além das considerações sobre a distribuição e os usos do tempo, os discursos e a tecnologia da conversação e comunicação nela utilizadas, um dos elementos-chave é a distribuição e os usos do espaço, com a sua dupla configuração como lugar e como território, assim explicado:

A constituição do espaço como lugar, esse “salto qualitativo” que implica o passo do espaço ao lugar, é o resultado de sua ocupação e utilização pelo ser humano. O espaço se projeta, se vê ou se imagina, o lugar se constrói. É, pois, uma construção realizada a partir do espaço como suporte sempre disponível para converter-se em lugar, para ser construído e utilizado. Nesse sentido, a instituição escolar ocupa um espaço que se torna, por isso, lugar. Um lugar específico, com características determinadas, aonde se vai, onde se permanece umas certas horas de certos dias, e de onde se vem. Ao mesmo tempo, essa ocupação do espaço e sua conversão em lugar escolar leva consigo sua vivência como território por aqueles que com ele se relacionam. Desse modo é que surge, a partir de uma noção objetiva - a de espaço-lugar - , uma noção subjetiva, uma vivência individual ou grupal, a de espaço-território. (VIÑAO FRAGO, 2005, p. 17)

O estudo do espaço escolar, ocupado fisicamente pelas instalações, e que pode ser realizado nas plantas arquitetônicas, nas construções ou seus vestígios, é uma maneira de evidenciar os relacionamentos entre os indivíduos e os grupos que ocupavam a edificação. Determinados tipos de configuração espacial, como os prédios escolares, podem ajudar na caracterização de unidades sociais ou formas de integração dos homens, ao apontar as particularidades das relações ali estabelecidas. Como explica Elias (2001, p. 67)

a todo modo de agrupamentos humanos corresponde uma determinada configuração do espaço onde aqueles indivíduos de fato estão ou podem estar reunidos, todos juntos ou divididos em unidades menores. Assim, a expressão de uma unidade social no espaço, o tipo de sua configuração espacial é uma representação tangível e – literalmente – visível de suas particularidades.

Considerando os argumentos de Halbwachs (2006), o espaço escolar, representado pelas instalações ou edificação utilizada como escola, permanece como um elemento da memória coletiva. Ao conservar o passado, permite que ele seja retomado, reconstruindo a atividade coletiva que era realizada no espaço escolar.

A expressão cultura material escolar passou a ser utilizada nos últimos anos, influenciada pela renovação na área da História da Educação, trazida pelos estudos em cultura escolar, pela renovação provocada pela Nova História Cultural e pela preocupação dos historiadores com a preservação de fontes de pesquisa e de memória educacional, segundo Souza (2007). O termo “cultura material escolar” é de uso recente no campo educacional e ainda são poucos os estudos dedicados à história da cultura material escolar no Brasil. O termo era utilizado pelos profissionais da educação para

designar o conjunto dos artefatos materiais necessários para o funcionamento das escolas envolvendo mobiliários e acessórios, infra-estrutura do prédio escolar, equi-

pamentos e utensílios destinados ao ensino das matérias como cartilhas, livros de leitura, mapas, globos, laboratórios de física e química e outros. (SOUZA, 2007, p. 169)

Com os novos rumos, direcionados nos últimos anos pela Nova História Cultural e a preocupação dos historiadores com a memória educacional, a cultura material adquiriu um domínio próprio, voltando-se para a análise dos aspectos internos da escola, como o espaço e a arquitetura, o currículo e as práticas escolares. Os novos aspectos tornaram visível a constituição material das escolas,

reinserindo as edificações, o mobiliário, os materiais didáticos, os recursos audiovisuais, e até mesmo as chamadas novas tecnologias do ensino, como também remete à intrínseca relação que os objetos guardam com a produção de sentidos e com a problemática da produção e reprodução social. (SOUZA, 2007, p. 170)

Quando foi instalado o loteamento da Vila Jardim já havia a previsão do local para a construção de uma escola, assinalado com a letra “A” no memorial do loteamento. Não foi possível determinar se o local destinado para a escola era o mesmo previsto no memorial do loteamento. Mas uma posição central estava assegurada, na ordem para a elaboração do projeto constava que “fica reservada a quadra, onde está instalada a Agência Postal Telegráfica, para o estabelecimento em apreço” (B. I. nº 58 / 1956). No limite exterior da área pertencente à CER-3, voltado para a cidade que crescia, ao lado do ponto de comunicação com os centros mais desenvolvidos do País, era o local destinado para a escola. Em terreno da área militar, mas aberta para a comunidade, com a qual seria ligada pelo ensino.

O desejo era que a escola entrasse em funcionamento já no ano seguinte. Mas somente em 1958 o prédio foi inaugurado. Com base nas publicações dos boletins internos, o prédio foi inaugurado no dia 17 de março. No B. I. nº 66, de 31 de março de 1958, mostrado no Anexo B, o chefe da CER-3 registrou que informou o “auspicioso fato” com a inauguração do prédio para o comandante da 9ª Região Militar, o Diretor das Vias de Transporte, o governador do Estado de Mato Grosso, o Secretário de Educação e Cultura e Diretor Geral de Ensino do Mato Grosso. E duas das respostas fazem referências ao dia 17 de março como sendo a data da mensagem expedida pelo chefe da CER-3.

O comandante da 9ª Região Militar, além das congratulações “pelo elevado empreendimento”, desejou “duração e eficiência”. O Diretor das Vias de Transporte, órgão integrante da Diretoria de Obras e Fortificações, subordinada diretamente ao Departamento de Produção e Obras, do Ministério da Guerra, apresentou em telegrama as congratulações pela “auspiciosa inauguração do setor de Assistência Social” e ressaltou que o “encargo sobremaneira mais

dignifica tarefa nossa missão proveito melhor desenvolvimento social econômico nossa Pátria” (B. I. nº 66/1958, p. 429).

Figura 17 – Planta do Educandário Coronel Felício



Fonte: elaborado em Autocad por David Kaio, a partir de plantas existentes no Acervo da CER-3

O prédio mandado construir pelo Coronel Nelson Felício dos Santos para o funcionamento da escola tem a seguinte descrição:

à frente ficava uma varanda em semicírculo, à direita a diretoria, à esquerda a secretaria, um corredor pequeno dividindo essas peças, à direita duas salas de aula, à esquerda mais uma sala, atrás dela o consultório dentário e um sanitário para os professores, atrás a cantina, cozinha e depósito dos gêneros alimentícios, no centro um pátio descoberto e um coberto, ainda à direita três salas de aulas (LIMA, 2006, p. 84)

A descrição de Lima diferencia com o evidenciado na planta (Figura 17) na posição das salas da diretoria e da secretaria, assim como da existência das salas de aulas que ladeiam a biblioteca, no espaço final da escola. Possivelmente ocorre uma mudança entre o planejado pelo engenheiro e a destinação efetivada pelos usuários.

A quantidade de janelas e as áreas de circulação cobertas permitiam uma ventilação, trazendo mais conforto em época de temperaturas elevadas. A planta revela uma preocupação com a alimentação escolar. Havia a destinação de locais específicos para a cozinha, copa, depósito de gêneros alimentícios e uma cantina. Juntamente com os primeiros professores, como será mostrado posteriormente, foi contratada Eduvirge Braulio Valério para trabalhar como zeladora e merendeira do educandário, e ela é recordada, pois

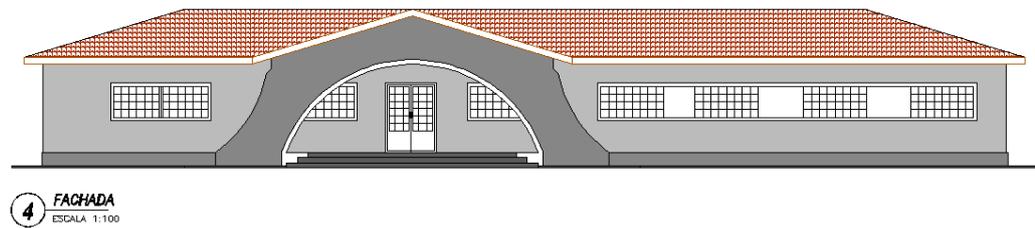
o lanche que preparava com amor, era uma delícia, de bem feito e gostoso, era tão famoso a cidade que se ouvia sempre alguma criança falando “quero estudar no Educandário, por causa do lanche, pois ouvi dizer que é uma delícia”. Ninguém viu jamais Dona Eduvirge de cara feia ou aborrecida (LIMA, 2006, p. 87).

Outra constatação com a visualização da planta e da fachada (Figuras 18 e 19) é que a escola não seguiu a característica de transitoriedade dos acampamentos das unidades de engenharia do Exército. Por estarem sujeitas a freqüentes transferências e mudanças de localidades, seus prédios exibiam características de temporalidade. O prédio foi erigido para ser permanente, como que integrando os esforços de construção de uma cidade.

A edificação cumpriu o previsto pelo major Alberto Rodrigues da Costa, no memorial descritivo do loteamento da Vila Jardim, que previra a transformação da vila em cidade, “pelo esforço de seus próprios moradores e amparo das autoridades federais”. A escola, construída pelo Exército, na ação da CER-3, representava o amparo do Estado na área educacional. Assim também fora a ajuda na implantação da primeira escola pública que funcionou na vila, o Grupo Escolar Coronel Juvêncio.

A cantina poderia ser explorada em benefício do Grupo Escolar, e o saldo aplicado na Caixa Escolar, constituindo uma receita extraordinária, conforme constou na regulamentação da caixa escolar, publicada no boletim interno nº 79, página 498, de 17 de abril de 1958.

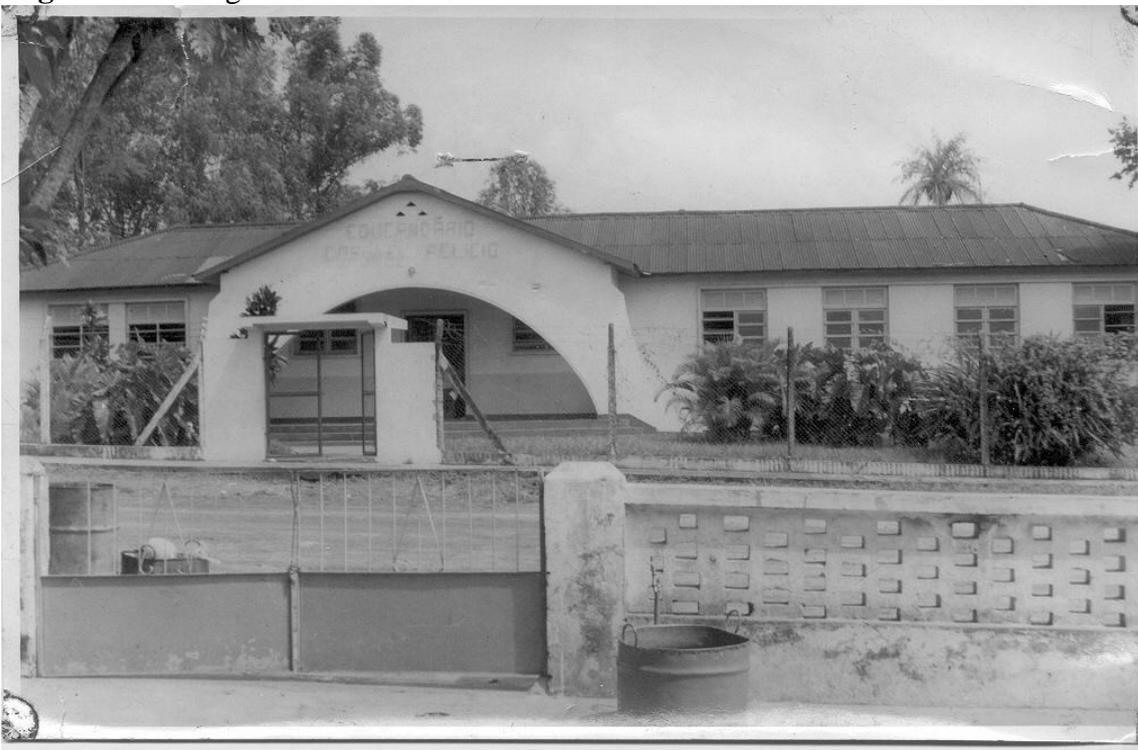
Figura 18 – Planta arquitetônica da fachada do Educandário Coronel Felício



Fonte: elaborado em Autocad por David Kaio, a partir de plantas existentes no Acervo da CER-3

O prédio, como verificado pela sua fachada (Figuras 18 e 19), é simples, de um pavimento, sem luxo ou ornamentações. Tem o estilo que pode ser caracterizado como uma versão mais simplificada do neocolonial hispano-americano, descrito por Wolff (2001) como manifestado com intensidade entre 1935 e 1940 no Rio de Janeiro e São Paulo e que passou a ser ensinado nas escolas brasileiras a partir da década de 1920. Do estilo pode ser identificado o aspecto da varanda que dava acesso ao prédio, com um grande arco único.

Figura 19– Fotografia da fachada do Educandário Coronel Felício



Fonte: Museu da CER-3

O corredor pequeno, dividindo as salas da diretora e da secretaria, era a entrada para a escola. A varanda, que a ele dava o acesso, é mostrada na planta como o pórtico. Aberta, com as paredes formando uma abóboda, permitia a iluminação natural. O conjunto formado pela

varanda e o corredor de acesso indica uma zona de transição, do externo para o interno, separando o espaço da rua do espaço escolar. O aluno, ao transpor o local de acesso, caracterizado como *“un umbral, una transformación del espacio, una delimitación de lo escolar”* (ROCKWELL, 2007, p. 6), passa pela vigilância da diretora e da secretária, situadas próximas da entrada, no pequeno corredor.

Figura 20 - Pátio interno do Educandário Coronel Felício



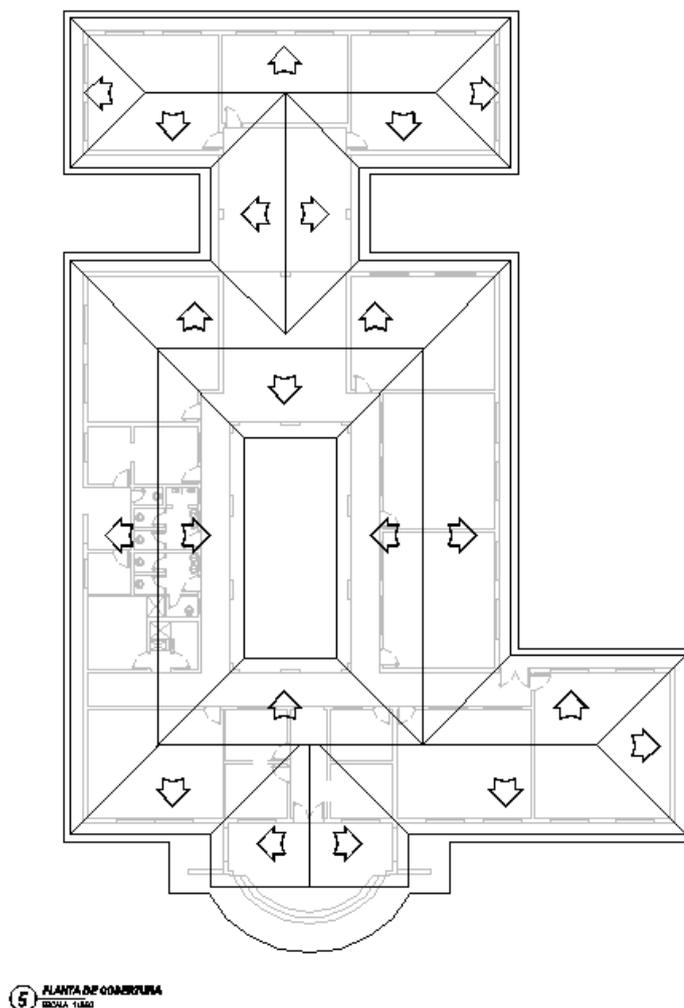
Fonte: Museu da CER-3

Antes de transpor o umbral, era necessário galgar uma pequena escada com três degraus, envolvendo a varanda. O espaço interno, local de encontro do conhecimento escolar, estava em um patamar mais elevado que o externo. O pátio interno, como mostrado na figura 20, era mantido limpo e existiam grandes filtros de água, apoiados em mesas forradas. É um exemplo do uso do espaço escolar como meio educativo, a limpeza do local e água a ser consumida deveria ser filtrada, a higiene sendo demonstrada no cotidiano escolar.

O formato, visualizado pela planta da cobertura mostrada na Figura 21, é de um retângulo fechado. A simetria, que seria uma característica dos prédios escolares construídos na época, não ficou perfeita. Ela foi quebrada pelo acréscimo de uma sala de aula, à direita da parte frontal e por um alongamento com a instalação de duas salas de aulas nas extremidades, ladeando a sala destinada para a biblioteca. É um formato fechado, embora com as saídas ex-

ternas nas laterais do pátio coberto. As aberturas das portas, sempre para o interior dos pátios, facilitam a vigilância sobre a circulação e comportamento fora das salas de aulas.

Figura 21 - Planta da cobertura do Educandário Coronel Felício



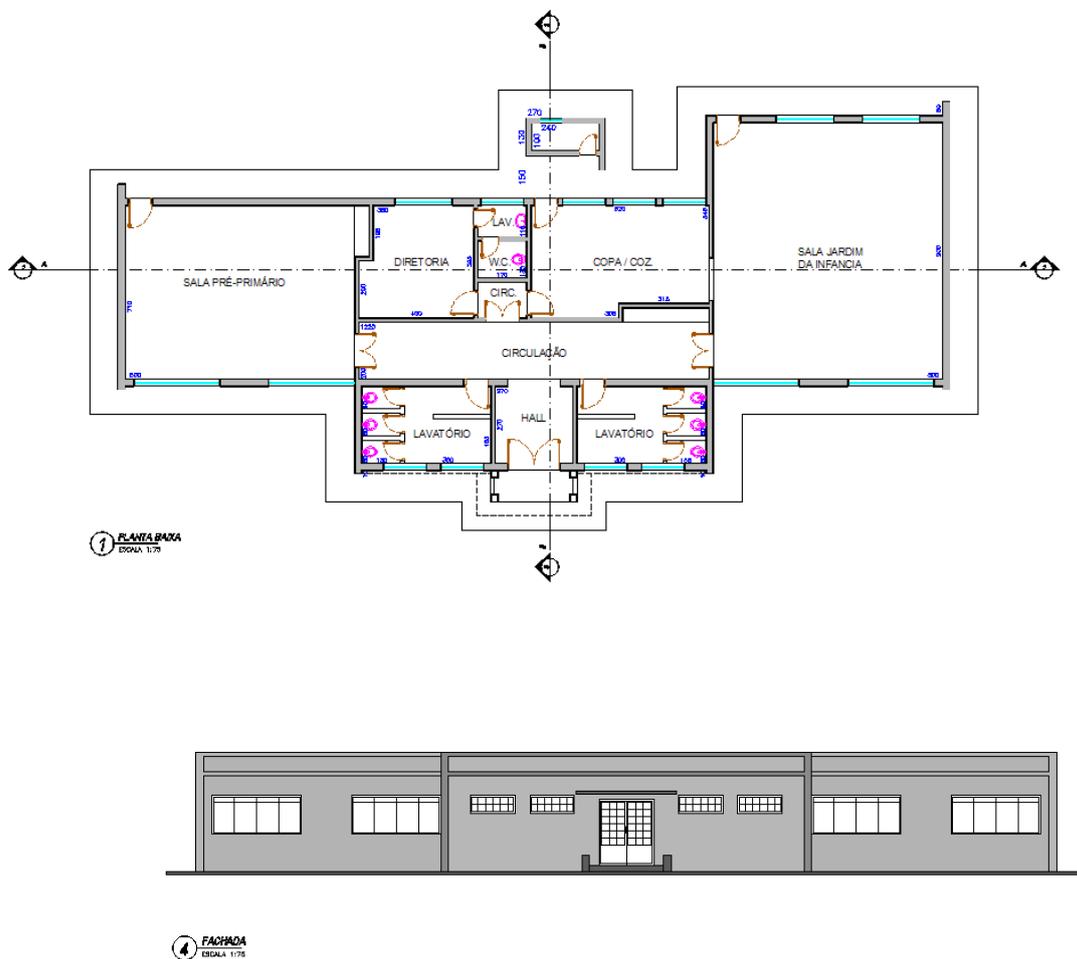
Fonte: elaborado em Autocad por David Kaio, a partir de plantas existentes no Acervo da CER-3

A sala com menor área era a destinada para a biblioteca, de 29,8 metros quadrados. Sua situação, afastada da entrada, revela uma destinação mais interna, sem acesso para a comunidade. As salas de aulas variavam de 39,2 (duas salas) a 52,5 (uma sala) metros quadrados, e totalizavam nove salas, uma quantidade elevada para as séries do curso primário.

O Educandário CER-3 começou a funcionar durante a vigência da Lei Orgânica do Ensino Primário, que regulava o ensino primário, para crianças a partir de sete anos de idade,

e ainda não havia a previsão do ensino pré-primário. Com a entrada em vigor da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 4.024/61) a educação pré-primária passou a fazer parte do ensino primário, sendo destinada aos menores de sete anos de idade, para ser ministrada em escolas maternas ou em jardins-de-infância, conforme prescrito no Art. 23. E, no Art. 24, estipulava que as empresas que tivessem a seu serviço mães de menores de sete anos seriam estimuladas a organizar e manter, por iniciativa própria ou em cooperação com os poderes públicos, instituições de educação pré-primária.

Figura 22 - Planta baixa e fachada do jardim de infância



Fonte: elaborado em Autocad por David Kaio, a partir de plantas existentes no Acervo da CER-3

Cumprindo o determinado na Lei 4.024/61, somente em 1966 é construído um prédio próprio para o jardim de infância e pré-escola (Figura 22). A professora Deolinda Corbelino foi designada como a primeira professora e mais tarde diretora.

Os prédios do Educandário e do Jardim de Infância, construídos nos anos de 1956, 1957 e 1964, ainda existem, com o aspecto mostrado na Figura 23. Mas as destinações foram alteradas, e atualmente abrigam as instalações do comando da 4ª Cia E Cmb Mec, após as adaptações necessárias para essa função. A entrada do Educandário foi fechada, o umbral desapareceu, mas as escadas ainda permanecem, revivendo o ingresso das crianças que por ali passaram na busca de novos conhecimentos.

Figura 23 – Situação da entrada e fachada do Educandário Coronel Felício



Fonte: Fernando dos Anjos Souza

4.2 Os processos de implantação e reconhecimento do Educandário Coronel Felício

De acordo com o estipulado nos artigos 22 e 33 da Lei Orgânica do Ensino Primário (Decreto-lei nº 8.529, de 02/01/1946), o ensino primário “será ministrado pelos poderes públicos e o livre à iniciativa particular”. E os estabelecimentos particulares de ensino primário ficavam sujeitos a registro prévio, desde que atendessem às seguintes condições:

- a) prova de ser o estabelecimento dirigido por brasileiro nato;
- b) prova de saúde, e de idoneidade moral, social e técnica das pessoas encarregadas da administração e do ensino;
- c) prova de que as instalações de ensino atendem às exigências higiênicas e pedagógicas, para os cursos que pretenda ministrar;

d) adoção do plano de estudos e organização didática constante desta lei, e do regulamento da unidade federada onde funcione.

§ 1º As mesmas condições serão exigidas para funcionamento de estabelecimentos mantidos pelos Municípios, quando não estejam diretamente subordinados à administração dos Estados.

2º O registro referido neste artigo se fará nos órgãos próprios de administração do ensino primário dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal, a cuja fiscalização direta ficam sujeitos os estabelecimentos de ensino primário, sem prejuízo de qualquer verificação que o Ministério da Educação e Saúde possa determinar. (Art 33 do Decreto-Lei nº 8.529 / 1946)

Com a remessa para a 9ª Região Militar do Ofício 47- S/P de 3 de março de 1957, iniciou-se o processo de registro em cumprimento do Lei Orgânica do Ensino Primário. Nele, o chefe da CER-3 solicitava a aprovação do projeto pelo comandante da 9ª Região Militar e a remessa do processo para fins de aprovação e reconhecimento. Após repetir a motivação para a criação da escola primária (destinação para os filhos dos serventuários, civis e militares, da CER-3 e nos moldes das existentes nas outras unidades rodo-ferroviárias), relacionada no B. I. nº 58 de 26 de março de 1956, o chefe da CER-3 acrescentou a informação de que havia “a devida autorização do Exmo. Sr. Gen. Diretor de Obras e Fortificações”. Informava também que já estavam em funcionamento, em precário e pequeno pavilhão de madeira, os Cursos de Alfabetização de Adultos e de Admissão, que além de atender aos filhos de serventuários civis e militares, eram franqueados a elementos estranhos à Comissão, havendo a frequência de 22 alunos considerados como dependentes e de 39 alunos estranhos à Comissão. E complementava as informações afirmando que todos os cursos seriam gratuitos e que “Será com alto espírito de brasilidade que a CER/3 colaborará na cruzada desenvolvida de difusão da instrução neste promissor rincão da terra matogrossense”.

O processo foi apresentado ao Governador do Estado, com a remessa do Ofício 101 – SOF.9, de 16 de abril de 1957. O comandante da região militar acrescentou a informação sobre a demanda de matrículas “crescendo de ano para ano, em conseqüência do aumento da população e do próprio interesse que essa facilidade desperta, de tal forma que se torna indispensável uma instalação adequada” (B. I. nº 30, de 12 fev. 1958, p. 173).

A aprovação e o reconhecimento foram concedidos, e ao processo percorreu o caminho inverso (governo do estado – >região militar – >CER-3). O certificado de registro faz referência a um decreto datado de 1933, portanto anterior à data de decretação da Lei Orgânica do Ensino Primário em 1946. O certificado foi assim transcrito no boletim interno da CER-3:

Departamento de Educação e Cultura de Mato Grosso
 CERTIFICADO DE REGISTRO DE ESCOLAS PARTICULARES
 Certifico, de acordo com o § 1º do art. 2º do Decreto nº 2 de 4 julho do ano de 1933, que a Escola Particular denominada “EDUCANDÁRIO C.E.R. – 3” mantida pela

CER/3 e sob a direção do Sr. Petrônio Corrêa da Costa, funciona na cidade de Jardim, à rua ... neste Estado, acha-se registrada neste Departamento sob o nº 46. A citada Escola gozará das vantagens previstas no art. 5, alínea: A B C, do aludido Decreto.
Departamento de Educação e Cultura, em Cuiabá, 4 de Fev 58.
Humberto Marcilio - Diretor Geral Firma reconhecida pelo 3º Tabelião de Notas Pedro D'Abbadia Maciel – Cuiabá – Mt (B. I. nº 30 / 1958, p. 173)

No processo verifica-se a intermediação da 9ª Região Militar, a quem coube a aprovação e a remessa para o Governador do Estado. O encaminhamento informava que já havia uma aprovação prévia por parte de outro órgão militar, a Diretoria de Obras e Fortificações. As aprovações atestam que, mesmo considerada como de natureza particular, se não fosse de interesse do Exército, a Escola não seria construída e não entraria em funcionamento.

Destacam-se na justificativa do comandante da região militar e do chefe da CER-3, as citações sobre o “alto espírito de brasilidade” na cruzada para a difusão da instrução, e a demanda de escolas, pelo aumento da população e a atração das pessoas pelas escolas. Esta atração de pessoas da região mostra a importância da escolarização na fronteira, e a necessidade de escolas para atender a população de Bela Vista, Porto Murinho, Nioaque e Bonito.

O registro como escola particular evidencia uma singularidade do Educandário Coronel Felício. A tramitação do processo foi realizada pelos canais militares, com a intermediação do comando da 9ª Região Militar. Houve a aprovação de autoridades militares do Exército para a criação da escola, que seria mantida com recursos transferidos ou gerados por uma instituição militar, a CER-3. Mesmo assim, foi considerada e registrada como escola particular.

Os atos praticados em Jardim com o envolvimento na área educacional integravam um conjunto de empreendimentos realizados pelo Exército, em concordância com planos governamentais, e eram de conhecimento dos outros chefes militares, que apoiavam, incentivavam e orientavam. A outrora distante guarnição militar, situada inicialmente na vila Jardim, transformada em distrito e, em seguida, município de Jardim, não permanecia isolada. Os chefes militares lá compareciam, em inspeções e visitas. Nessas ocasiões, deixavam seus registros, em referências elogiosas que traduziam o pensamento militar sobre os trabalhos lá realizados, e do desempenho dos seus chefes.

No Acervo da CER-3 encontramos nos boletins internos as evidências dessa conclusão. O General de Exército Arthur Hesketh Hall, comandante do II Exército, sediado em São Paulo, como o Ofício nº 68-E4 de 31 de dezembro de 1957, remetido ao Ministro da Guerra e ao Diretor de Vias de Transporte, ao relatar as impressões da visita realizada à CER-3, justificou a proposta de reconhecimento do tempo de serviço aos militares que serviam em Jardim como de Serviço Nacional Relevante, com os seguintes termos:

1. Este Comando, na recente visita que realizou à CER-3 em JARDIM, teve oportunidade de constatar a extensa e polimorfa assistência social que essa Comissão presta através do seu Serviço de Assistência e Obras Sociais (S A O S), não somente ao pessoal, mas também às entidades públicas e particulares existentes em toda a extensão abrangida pela rede rodoviária a seu cargo.

2. Embora com instalações mais modestas que as dos Batalhões sediados nos Estados do Sul do país e encarregados do T P S, a CER/3 **no setor social cumpre integralmente suas finalidades** e se não o faz em maior escala deve-se exclusivamente ao fato da mesma estar situada em uma região deserta e desprovida de recursos. [...]

4. A Obra social e educacional realizada pela CER/3, na cidade de Jardim, com a cooperação dos seus oficiais e respectivas esposas, tem sido de tal relevância que os costumes retrógrados e mesmo amorais, frutos d'uma faixa fronteiriça até então abandonada, estão sensivelmente diminuídos. É uma obra de sadia brasilidade que está sendo executada sem alarde mas com critério e eficiência. [...]

7. Este Comando, considerando o fato dessa Comissão Rodoviária **estar situada em zona desprovida de recursos, realizar uma obra social inestimável, recuperando para a comunidade brasileira elementos nacionais absorvidos por culturas estranhas ao nosso meio familiar, em síntese, implantando a civilização e moralizando costumes onde até então só existia banditismo; considerando ainda que as estradas a seu cargo são toda de caráter estratégico, tendo em vista principalmente os altos interesses da Defesa Nacional**, julga um dever de justiça sugerir a V Exa, com a devida vênia, que todos aqueles que serviram e servem na CER/3, tenham o respectivo tempo de serviço ali exercido também considerado como de “Serviço Relevante”, a exemplo do que ocorre nas Unidades encarregadas do TPS. (B. I. nº 28, de 10 de fevereiro de 1958, p. 165 e 166, grifo nosso)

O ofício foi publicado no B I nº 13, de 31 de janeiro de 1958, da D V T, de onde foi transcrito para o boletim interno da CER/3. A afirmação do chefe militar, ao ressaltar o relacionamento dos trabalhos realizados com os “altos interesses da Defesa Nacional”, é uma evidência das ações da CER-3, incluindo as da área educacional, estarem vinculadas com uma visão estratégica de segurança nacional.

4.3 Os diretores e professores: o primeiro diretor, os primeiros professores

Com a decisão pela construção do prédio para o funcionamento de uma escola primária, surgiu a necessidade dos professores e diretores. O município, ainda em seu terceiro ano de emancipado, desenvolvido a partir do povoado surgido do acampamento das obras rodoviárias, ainda não apresentava uma população que oferecesse profissionais habilitados para o ensino. Esses cargos não podiam ser desempenhados por militares, que eram em pequeno número na CER-3 e estavam empenhados na prioritária missão das estradas. E os familiares de militares ou dos serventuários, em condições de exercerem o magistério, como a professora Wanda, já trabalhavam no grupo escolar local. O recrutamento desses professores traria o esvaziamento dos profissionais no grupo escolar, o que paralisaria as suas atividades, prejudicando a população.

As necessidades não eram apenas de alguns professores. Como a escola seria um grupo escolar, com as quatro séries do ensino primário e os cursos de Jardim de Infância, Pré-Primário e Alfabetização de Adultos, precisaria de mais de dez professores, para o funcionamento em dois turnos. A Alfabetização de Adultos não traria um acréscimo na necessidade de professores, pois já funcionava e o horário era noturno, ou com aulas no final de semana, após a jornada normal de trabalho, permitindo o aproveitamento dos militares na docência.

O primeiro diretor do Educandário Coronel Felício foi o professor Petronio Rebuá Alves Correa, nascido em 16 de agosto de 1915, e natural de Miranda. Reservista de 1ª categoria, integrou a Força Expedicionária Brasileira. Era casado com Maria Augusta Leite Correa, e com dois filhos, Petrônio Alves Correa Filho e Mariluci Rebuá Alves Correa.

Foi admitido em 01 de abril de 1956, inicialmente como escriturário, lotado na Secretaria. Transcorria menos de uma semana do chefe da CER-3 emitir a ordem para a elaboração do projeto para a construção do prédio destinado a abrigar o Grupo Escolar da CER-3. E pelo B. I. nº 63, de 04 de abril de 1956, Petrônio Rebuá era designado para auxiliar, “desde já” na organização do projeto e no plano de aquisição do material escolar, até o início dos cursos do Grupo Escolar da CER-3.

Para receber tais encargos, e de maneira tão imediata, deveria possuir um bom conhecimento anterior nessa área, apesar da sua escolaridade estar limitada ao exame de admissão. E pressupõe um conhecimento anterior pelo chefe da CER-3 sobre suas qualidades, ou até mesmo contatos anteriores e prévios, pela proximidade da data de emissão da ordem e a contratação. Pode ter auxiliado o fato dele ser ex-combatente, pela participação na Força Expedicionária Brasileira na 2ª Guerra Mundial.

Quando da publicação das Instruções Reguladoras para o Curso de Admissão ao Ginásio, Currículo de Professores e Curso Primário do Grupo Escolar CER-3 (Anexo B), o chefe da comissão estabeleceu que o Diretor do Grupo “será um elemento da CER-3, designado em B. I. com o salário da sua referência, se civil, ou, sem vencimentos, se militar” (B. I. nº 94 / 1957). O diretor poderia, assim, ser um militar. Mas a designação era incumbência do chefe da CER-3, mediante publicação em boletim interno.

Não foi encontrada, nas pesquisas realizadas, a designação específica do professor Petrônio Rebuá para diretor. Em sua ficha consta a classificação como escriturário, referência 20, em 20 de março de 1957 (B. I. nº 60), seguida da reclassificação para auxiliar de escritório, referência 27, depois reajustada para referências 30 e 33, respectivamente em 30 de julho de 1960 (B. I. nº 140) e 4 de fevereiro de 1961 (B. I. nº 28). No B. I. nº 30, de 12 de fevereiro

de 1958, ficou registrado que foi encaminhada para o Departamento de Educação e Cultura de Mato Grosso a correção do seu nome para Petrônio Rebuá Alves Corrêa.

O professor Petrônio Rebuá permaneceu exercendo a função de diretor até 16 de fevereiro de 1961, quando foi demitido por pedir a dispensa. Em seguida, exerceram a função de diretores, os professores relacionados no Quadro 07:

Quadro 07 – Diretores do Educandário Coronel Felício

Diretor	período
Adelaide Prychodco Martins	1964 a 1964
Diuza Faustino Palhano	1964 a 1965
Darci Corbelino Biancardini	1965 a 1969
Rita Carmen Braga Lima	1969 a 1982
Fonte: Rita Carmen Braga Lima	

O professor Petrônio Rebuá, como serventuário que exercia a função de diretor do Educandário CER-3, recebeu uma punição imposta pela chefia da CER-3, publicada no B. I. n° 189, de 10 de setembro de 1958, por fatos acontecidos por ocasião das festividades do dia 7 de setembro. A programação das festividades do dia 7 de setembro encontra-se pormenorizada no B. I. n° 186, de 06 de setembro de 1958. Após o hasteamento da Bandeira Nacional com o canto do Hino Nacional, seguiam-se outras atividades, com a previsão da presença do Educandário, do Grupo Escolar Coronel Juvêncio e da Escola Batista, incluindo a demonstração de educação física pelas alunas do Educandário, como transcrito a seguir:

DIA DA PÁTRIA

Comemorando-se amanhã, o “DIA DA PÁTRIA” (7 de setembro) esta Chefia elaborou o seguinte programa:

1 – Local: Educandário CER-3

0750 – Formatura do Educandário – Grupo Escolar Cel Juvêncio e Escola Batista.

0800 – Hasteamento da Bandeira com o canto do Hino Nacional.

0810 – Alocução alusiva à data pela professora Ozi Rosa.

0815 – Declamação de poesias referentes à Independência do Brasil por alunos.

0830 – Desfile dos alunos das 3 escolas pela rua da Ag. Postal da cidade.

0850 – Regresso ao Educandário.

0900 – Distribuição de balas e refrigerantes aos alunos.

2 – Local: Campo Infantil de futebol

0930 – Demonstração de Educação Física pelas alunas do Educandário CER-3.

1000 – Jogo de futebol entre as equipes do Educandário e Grupo Escolar “Cel. Juvêncio”.

1050 – Distribuição de prêmios aos vencedores.

Uniforme para militares – 5° (B. I. n° 186 / 1958)

A punição, embora branda, apenas com a pena de repreensão, demonstra uma subordinação do diretor ao chefe da CER-3. Como todas as publicações de boletim interno, após a identificação com o número, constava a informação “Publico, para conhecimento da Comissão e devida execução, o seguinte:”, pela punição do diretor fica evidenciada mais uma especifi-

cidade do Educandário, com a subordinação à estrutura militar e sujeição dos seus integrantes ao regime disciplinar adotado pelos militares. O Educandário CER-3 estava, portando, subordinado à administração militar, devendo o diretor ser um elemento de execução das ordens e planejamentos elaborados pela direção militar da CER-3. O seu descumprimento na programação do Dia da Pátria, como foi mostrado, levou o diretor do Educandário a receber a punição.

Destaca-se também a celeridade da medida, adotada três dias após o fato de origem, o que demonstra uma decisão pessoal do Chefe da CER-3 na imposição da punição, com a seguinte redação:

REPREENSÃO – O escriturário referência 26, PETRÔNIO Rebuá Alves Corrêa, Diretor do Educandário CER/3, por ter modificado sem autorização o programa das festividades comemorativas do Dia da Pátria, na parte referente ao citado Educandário, incluindo no mesmo itens já suprimidos pela Chefia da Comissão, e, ainda, por ter no referido dia, no edifício do Cine Jardim, para onde foi transferida em virtude do mau tempo, feito comentários desairosos à organização da festividade diante de elementos civis estranhos à Comissão, fato presenciado por esta Chefia, fica repreendido. (Nota 173 – SP de 10 set. 58). (B. I. nº 189 / 1958)

Conforme informa Lima (2012), o professor Petrônio Rebuá era enérgico com alunos e com o corpo docente formado somente por mulheres. O mesmo criou um sistema organizacional considerado eficaz: havia guardas da higiene e limpeza, os melhores alunos em comportamento e que tiravam as melhores notas recebiam uma faixa na manga ou uma medalha no peito. Assim, todos os alunos respeitavam as ordens que recebiam deles e que provinham do diretor.

De acordo com o Art. 34. da Lei Orgânica do Ensino Primário (Decreto – Lei nº 8.529, de 2 de janeiro de 1946), o magistério primário só poderia ser exercido por brasileiros, maiores de dezoito anos, em boas condições de saúde física e mental, que houvessem recebido preparação conveniente, em cursos apropriados, ou prestado exame de habilitação. Para superar o óbice com a falta de professores para o funcionamento do Educandário, a chefia da CER-3 resolveu, conforme publicado na página 521, do B. I. nº 94, de 8 de maio de 1957, implantar um curso denominado de “Currículo de Professores do Grupo Escolar da CER-3”, gratuito e com a finalidade de “especialmente, preparar um corpo docente para alunos do curso primário”. Era o cumprimento do previsto na Lei, a realização de um curso apropriado que desse a preparação conveniente ao magistério.

As normas para o funcionamento desse curso foram publicadas em conjunto com as de outros dois, o Curso de Admissão ao Ginásio o Curso Primário do Grupo Escolar da CER-3. Denominadas “INSTRUÇÕES REGULADORAS PARA O CURSO CURRÍCULO DE PROFESSORES DO GRUPO ESCOLAR DA CER-3”, após as considerações iniciais e fina-

lidade, estabeleciam as orientações sobre a matrícula, a distribuição de matérias no curso, a quantidade de alunos, o horário e duração do curso e os salários dos professores, como será mostrado a seguir.

A previsão de alunos para o Corpo Discente deveria ser igual ao do Curso de Admissão que já estava em funcionamento. Havia a previsão de ser o curso ministrado para uma média de 30 alunos, pela capacidade da sala de aula. A matrícula deveria ser requerida ao Chefe da CER-3, juntando os documentos solicitados e mais três retratos tamanho de 3 cm x 4 cm, no máximo até o dia 1º de junho daquele ano. A matrícula era permitida a todo candidato que satisfizesse as condições exigidas e que fosse aprovado na prova de suficiência, podendo ser do sexo masculino ou feminino. As condições exigidas aos candidatos eram:

- ser brasileiro;
- ter idade mínima de 17 anos e máximo de 45 anos;
- ter sido aprovado nas provas eliminatórias do Curso de Admissão se oriundo deste curso;
- ser reservista ou eleitor se maior de 18 anos;
- ser vacinado contra varíola;
- atestado de bons antecedentes, passado pelo Delegado do Distrito de sua residência;
- atestado de idoneidade que o recomenda ao magistério, passado por 2 pessoas idôneas;
- possuir condições físicas compatíveis com o exercício do professorado, comprovado por atestado médico; (BI 94/57, p. 521).

O curso estava previsto para funcionar a partir de 15 de junho de 1957, com término a 30 de novembro, ficando reservada a primeira quinzena de dezembro para as provas do concurso (escrita e de aula) que selecionariam os professores para o corpo docente do Grupo Escolar da CER-3. A previsão da seleção por um concurso estava inserida na mesma publicação com as normas de funcionamento dos cursos, no item sobre a seleção do Corpo Docente: “Para o Curso Primário – O corpo docente será formado tendo-se de diretivas: Os que forem aprovados nas provas de concurso, com média geral ou igual ou superior a 6”. Seguiam-se outros critérios, como os de desempate em caso de igualdade na média do concurso. Era o cumprimento do determinado sobre o concurso, na Lei Orgânica do Ensino Primário.

As matérias estavam distribuídas para serem ministradas nos horários mostrados no Quadro 08, e seriam as mesmas do curso de admissão, acrescidas de duas outras, consideradas de caráter instrutivo: Noções Elementares de Pedagogia e Didática Aplicada e Noções Elementares de Higiene e Biologia Educacional. O horário determinado era diferente do funcionamento da CER-3, o que permitiria a utilização dos militares, como o Major Antonio Secco, para ministrar as aulas

Quadro 08: Horário das aulas do Curso “Currículo de Professores do Grupo Escolar da CER-3”

MATÉRIAS	Dias e horas			
	2ª. Feira	4ª. Feira	6ª. Feira	Sábado
Português	18 às 18 50	-	17 às 17 50	-
Matemática	17 às 17 50	18 às 18 50	18 às 18 50	-
Geografia	-	17 às 17 50	-	-
História	-	-	-	15 às 15 50
Noções Elementares de Pedagogia aplicada	19 às 19 50	-	-	16 às 16 50
Noções Elementares de Higiene e Biologia Aplicada	-	19 às 19 50	-	-

Fonte: B. I. nº 94/57, p. 521

Para o ingresso, estava determinada a aplicação de uma “prova de suficiência”, na primeira semana de junho, com três provas escritas: teórico-prática de aritmética, português, geografia e história. Nas seguintes condições de realização:

Cada prova terá a duração de 2 a 4 horas. Entre o fim de uma prova, e o início de outra, haverá pelo menos o intervalo de 24 horas. Nas provas das letras b e c será obrigatória a existência de uma questão de dissertação. Será considerado aprovado na prova de suficiência o candidato que obtiver grau mínimo 5 e global 6 (BI 94/57, p. 521).

A instrução reguladora estabelecia que o corpo docente do Curso seria posteriormente designado e que o salário dos professores seria de acordo com o publicado anteriormente, no B. I. nº 58 de 18 de março de 1957. E constava uma orientação ao diretor do Curso de Currículo de Professores, assim como o do Curso de Admissão, para “organizar e por em pratica as orientações que acharem oportunas para o bem e pleno funcionamento dos diferentes cursos, dando conhecimento à Chefia, sempre que julgarem necessário” (B. I. nº 94/57, p. 522). Era uma medida para que o curso funcionasse com autonomia, sob a orientação do diretor, mas com uma supervisão pela chefia da CER-3.

As considerações iniciais do chefe da CER-3 para o estabelecimento do curso denominado “Currículo de Professores”, ressaltam a extensão da proposta, que ultrapassa o atendimento das crianças do grupo escolar. Representava, também, um recobrimento como órgão estatal das atribuições do Estado com a família, que podia ver-se amparada pelo ensino, trazendo benefícios para a Pátria e para o gênero humano:

- considerando que tais crianças representam hoje os átomos na imensa estrutura social da Nação e que amanhã serão os homens da grande família brasileira;
- considerando que à família brasileira assiste o direito de amparo pelo poder estatal, representado por seus múltiplos órgãos;
- considerando finalmente, que a eficiente difusão do ensino é em benefícios não só de grandeza e consolidação da Pátria, como sobretudo do soerguimento moral do gênero humano (B. I. nº 94/57, p. 517).

São princípios que perpassaram as discussões da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que viria a ser aprovada em 1961. Mas eles já estavam presentes em discussões sobre a educação, realizadas na época, e que foram consubstanciadas no manifesto dos educadores “Mais uma vez convocados”, divulgado em 1 de julho de 1959. No manifesto foram reafirmados os ideais do “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, de 1932. Foi novamente redigido por Fernando de Azevedo, e contou 161 assinaturas, entre as quais as de Anísio Teixeira, Florestan Fernandes, Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Holanda, Fernando Henrique Cardoso, Darci Ribeiro, Álvaro Vieira Pinto. O manifesto reafirma a educação como bem público e dever do Estado. Nele reaparece a proposta dos pioneiros da educação nova, de uma escola pública, laica, obrigatória e gratuita, com considerações sobre a importância da educação da juventude:

Não ignoramos a que ponto a juventude atual, em cuja educação se deveria concentrar o máximo de nossos esforços, sem deixar fora das influências educativas nenhuma fração dela, se deixa seduzir pela idéia de liberdade, pela consciência do seu direito à educação e pelo sentimento de revolta contra a falta de escolas e o abandono a que se relegaram as existentes, – escolas não para todos mas para privilegiados na massa enorme da população em idade de frequentá-las. Não é como um favor, mas como um direito que ela exige a educação com altivez e tantas vezes com energia e veemência (AZEVEDO, 1959)

O Curso “Currículo de Professores” demonstra com o seu planejamento mais uma evidência empírica da participação do Exército na educação pública. A previsão de vagas ultrapassava as necessidades reais do grupo escolar que seria implantado, e resultaria em um excedente de pessoal treinado, que poderia ser aproveitado em outras escolas na região.

O Curso “Currículo de Professores” não funcionou conforme o planejamento divulgado pelo chefe da CER-3. O B. I. nº 110, de 04 de junho de 1957 publicou a decisão com a não autorização do funcionamento, justificada pela apresentação de apenas três candidatas, número considerado insuficiente. As candidatas foram convidadas a se submeterem ao exame idêntico ao da seleção no Curso de Admissão.

A relação dos professores contratados para o Grupo Escolar da CER-3 foi publicada no ano seguinte, quando a escola entrou em funcionamento. Na relação estão as professoras Ercy Cavaleiro Flores, Rita Carmen Braga Lima e Marlene Barreto Maia, oriundas do Curso de Admissão da CER/3 e exame intelectual. A relação das professoras admitidas consta no Quadro 09, com as respectivas designações, naturalidade, ano de nascimento e formação.

Verifica-se que a idade das professoras variava de 18 (dezoito) a 20 (vinte) anos. Portanto, eram ingressantes nas lides profissionais dos educadores. Havia uma contratada com apenas 16 (anos), a Neide Flores Nogueira, mas pela lotação na S/10, seção encarregada das

obras nas estradas, era para lecionar nos acampamentos. Sua contratação foi citada no trecho com a análise sobre as escolas dos acampamentos.

Quadro 09: Relação dos professores admitidos para o Educandário da CER/3

Como professora primária, referência 12d, lotada no Educandário CER-3			
Nome	naturalidade	Nascimento/idade	Escolaridade / formação
EDORILDE Martins Vargas	Aquidauana/MT	1940 (18 anos)	Ginásio Candido Mariano (Aquidauana)
ERCY Cavalheiro Flores	Bonito / MT	1938 (20 anos)	Curso de Admissão CER/3 e exame intelectual
EVA Barbosa Machado	Nioaque/MT	1940 (18 anos)	Colégio Nossa Senhora Auxiliadora (Campo Grande)
RITA Carmen Braga Lima	Jardim/MT	1939 (19 anos)	Curso de Admissão CER/3 e exame intelectual
MARLENE Barreto Maia	Bela Vista / MT	1940 (18 anos)	Curso de Admissão CER/3 e exame intelectual
OZI Rosa	Ponta Porã /MT	1940 (18 anos)	Colégio Nossa Senhora Auxiliadora (Campo Grande)
NILZIA Lopes da Silva	Nioaque /MT	1939 (19 anos)	Escola Normal Jango de Castro
GUADALUPE Raquel dos Santos	Porto Murtinho/ MT	1915 (43 anos)	
Como professora primária, referências 12d e 09d, respectivamente, lotada na S/10, a contar de 1º de abril de 1958			
Neide Flores Nogueira	Jardim/MT	1942 (16 anos)	
Andrelinha Vasques	Bela Vista/MT	1939 (19 anos)	
ELZA Malhado Borges	Aquidauana/MT	1919 (39 anos)	Curso de Aperfeiçoamento do Professor Primário do extinto Território de Ponta Porã

Fonte: B I nº 84 / 1958, p. 519 e 520

Foram também admitidas, formando a equipe inicial do Educandário da CER-3, as professoras Jane Veiga da Costa, nascida em 1933 (25 anos) no então no Distrito Federal, como orientadora geral de ensino e professora do Curso de Admissão e Beracy Brunet Barbosa como professora de corte e costura, belavistense, nascida em 1925 (33 anos). E a admitida de mais idade foi para servente, Eduvirge Bráulio Valério, com 45 (quarenta e cinco) anos, nascida em 1913 no município de Ponta Porã.

A admissão ocorreu após as professoras terem sido julgadas aptas em exame médico, e mediante a autorização do Chefe do Gabinete do Ministro da Guerra, constante no Ofício Re-

servado nº 974-G, encaminhado para a CER-3 por meio do Ofício nº 13-G S/2-Circ. de 26 Dez 56, do Diretor de Vias de Transporte. A publicação da admissão com as referências das autorizações mostra o envolvimento das autoridades militares no processo de implantação do Educandário, incluindo o Ministério da Guerra.

O Curso “Currículo de Professores do Grupo Escolar da CER-3”, embora não tenha funcionado, evidencia a montagem de uma estrutura de apoio para os professores, que permitiu o desempenho das suas funções e o desenvolvimento da capacidade profissional. Com a maioria oriunda da região, três freqüentaram o Curso de Admissão ministrado em 1957, e a professora Rita era filha de um dos fundadores de Jardim. Duas professoras concluíram o curso ginásial em Campo Grande, no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora. E a relação apresenta uma professora admitida como normalista, com o curso da Escola Normal Jango de Castro, em Aquidauana.

4.4 A força da mulher em Jardim durante a década de 1960

Em 1963, o tenente coronel Joaquim Stuck propôs a alteração da denominação de Educandário CER-3 para Educandário General Nelson Felício dos Santos, conforme foi registrado no B. I. nº 241, de 9 de novembro de 1963. Justificava sua proposta como uma homenagem ao seu idealizador, citando a “visão e patriotismo do homenageado, que objetivou a educação e aprimoramento dos filhos dos militares e serventuários civis e também teve o fim precípua de difundir o ensino primário e médio na região fronteiriça”. Na justificativa estava mencionada a “visão e patriotismo do homenageado, que objetivou a educação e aprimoramento dos filhos dos militares e serventuários civis e também teve o fim precípua de difundir o ensino primário e médio na região fronteiriça”, e que com a homenagem seria prestada a aquele que, graças as bases que estabeleceu, tornou possível “o desenvolvimento do ensino no Educandário e o seu constante aprimoramento”. Este reconhecimento, materializado na denominação de Educandário Coronel Felício, municiou a memória coletiva para galardoar o coronel Felício como o grande responsável pela existência do educandário.

Elias (1994) afirma que existe um debate a respeito da importância dos indivíduos e da sociedade nos acontecimentos históricos, com as discussões polarizadas, sendo “comum ouvirmos debater-se, atualmente, se a história é feita por grandes homens isolados ou se todas as pessoas são intercambiáveis, não tendo a individualidade pessoal a menor importância na marcha da história”. Pelo pensamento de Elias (1994), mesmo quando estamos acostumados a creditar para certas pessoas o galardão de maiores personalidades da história, haverá outras

peças e seus produtos, com seus atos, suas ideias que constituíram o meio em que essas primeiras pessoas agiam.

No processo decisório envolvendo o educandário estiveram presentes as relações da chefia da CER-3 com outras pessoas. Serão mostradas algumas histórias individuais, com as redes de relações que se estabeleceram. Elas registram trajetórias de vida de jovens, com menos de vinte anos de idade, como mostrado no Quadro 09, e são iniciadas a partir de um ponto em comum, a participação no processo de implantação do educandário, no período de 1958 a 1963. A descrição tem o objetivo de encontrar aspectos determinantes relacionados com as práticas escolares e que atestam a existência de algo próprio, singular, mas que possa ser comum, fornecendo elementos para a composição de uma cultura escolar.

A professora Rita Braga de Carmem Lima pode ser apontada como uma das mais representativas das professoras, e retrata a força da mulher jardinense da década de 1960, empenhada na educação pública realizada no Educandário. Embora nascida em Campo Grande e tenha ido para Jardim no seu primeiro ano de vida, constou no boletim com a sua admissão como professora que era natural de Jardim, nascida em 22 de maio de 1939. Nesse ano, acompanhou a sua mãe, Araci Victório Braga, e foram residir na Fazenda Jardim, juntando-se ao pai, Cirylo Camargo Carvalho Braga. A sua fotografia, nas primeiras casas construídas pelos funcionários do 4º Batalhão Rodoviário, foi mostrada na Figura 12, com a data de 1940 assinalada de forma manuscrita. Seu pai veio como militar, na graduação de cabo, como auxiliar no trabalho de abertura das estradas de Aquidauana a Bela Vista e a Porto Murtinho, ainda no 6.º Batalhão de Sapadores. Posteriormente, permaneceu como civil, sendo contratado no mesmo batalhão, e trabalhou na seção da Fiscalização.

Na época do loteamento da Vila Jardim, Rita Carmem estava com sete anos de idade. Estudou na Escola Reunida, aquela do barracão de madeira mostrada na Figura 13, no começo com o professor Antônio Pinto Pereira e depois com a Professora Noêmia. Prosseguiu seus estudos no Grupo Escolar Coronel Juvêncio, implantado em 1949, até concluir o 4º ano. Seguiu para Campo Grande, conforme afirma, para estudar a quinta série, então chamada de Exame de Admissão, no primeiro ano de funcionamento do Colégio Estadual Campograndense, com a professora Maria Constança de Barros Machado que depois foi a primeira diretora na escola que hoje recebe o seu nome. Estudou o ginásio em Aquidauana, e recebeu aulas de Latim em todas as séries com o professor Antonio Salustio Areias, que viria posteriormente a ser seu colega na Universidade. Prestou o exame para o Curso de Admissão, como sugerido em 1957 pelo chefe da CER-3 às candidatas Eva de Oliveira Carvalho e Ercy Cavalheiro, em substituição ao Curso de Currículo de Professores, que não funcionou por falta de candi-

dados. Aprovada, frequentou o curso e foi admitida, fazendo parte da primeira turma de professores selecionados para o Educandário.

Trabalhando como professora, ingressou na Escola Normal de Jardim, em 1964, concluindo o Curso Normal em 1966, junto com os primeiros professores selecionados para o início do funcionamento do educandário. Foi inicialmente professora de primeiro ano e depois do terceiro e do quarto.

Mais tarde teve a oportunidade de cursar o CADES (Curso de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário), e passou a ministrar aulas da quinta série em diante. Esse curso valia como ensino superior, e era oferecido porque em Campo Grande não havia cursos superiores, somente em Cuiabá, que era a capital do estado. Conforme informações da Universidade Federal do Rio de Janeiro, o curso era oferecido pela

Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES), criada pelo Presidente Getúlio Vargas com o Decreto nº 34.638, de 14 de novembro de 1953, com o objetivo de difundir e elevar o nível do ensino secundário. A partir de 1956, a CADES passou a promover, nas inspetorias seccionais do ensino secundário espalhadas por todo o país, cursos intensivos de preparação aos exames de suficiência que, de acordo com a Lei nº 2.430, de 19 de fevereiro de 1955, conferiam aos aprovados o registro de professor do ensino secundário e o direito de lecionar onde não houvesse disponibilidade de licenciados por faculdade de filosofia. (UFRJ, 2011)

Com a vinda de um “campus avançado” da Universidade Estadual de Mato Grosso para Jardim, antes da divisão do estado, estudou Letras com vernáculo, isto é, sem outra língua, somente o Latim, dividido em Latim I, II, III, IV e V.

Foi enviada a Curitiba para se preparar com um curso sobre a introdução da Matemática Moderna, que introduzia um caráter considerado inovador e revolucionário de ensino de Matemática, com novos métodos e a teoria dos conjuntos e simbologia apropriada. Recorda que teve dificuldades para fazer as colegas de curso acreditarem nas boas condições para a educação oferecidas no Educandário:

eu fui uma vez para Curitiba participar de um curso, eu tenho lá até hoje o diploma, eu fui lá, Universidade Federal de Curitiba, ninguém acreditava no que eu estava falando. Outros professores na platéia falando, “conta outra”, porque não acreditavam que tivesse uma escola assim, eu fiquei com vergonha, porque não tinha como provar, não tinha uma foto, não tinha nada. (LIMA, 2011)

A professora Rita Carmem permaneceu na CER-3 por vinte e três anos. Embora atuasse como professora, sua admissão como servidor público federal foi como Agente Administrativo, como as demais professoras, pois no Ministério dos Transportes não existia o cargo de professora. Sucedeu a Darci Corbelino na direção do Educandário, ficando no cargo de diretora da escola desde 1969 até 1982. Na passagem da escola para a rede de ensino do Estado de Mato Grosso do

Sul, solicitou a demissão do serviço público, porque não queria ir embora de Jardim, onde ainda hoje reside, e nem deixar a profissão de professora. Em outro local deveria desempenhar efetivamente a função de assistente administrativo.

Casou-se com Francisco Elmar Medeiros Lima, um cearense que mudou-se para Jardim em 1953, no dia 8 de dezembro de 1956, na Igreja de Santo Antônio, celebrado pelo padre José Ferrero. De seus quatro filhos, a primeira nasceu em 1958, quando ingressou como professora no Educandário.

A professora Rita Carmem exerceu o cargo de Secretária de Educação de Jardim por 7 (sete) anos, na gestão do Coronel Pires como prefeito (1983-1988), e também por um ano com o Prefeito Joelson Peixoto. Lecionou Língua Portuguesa e Literatura das Escolas Estaduais Coronel Juvenício e Coronel Pedro José Rufino. E ainda atuou como professora no IESF (Instituto de Ensino Superior da FUNLEC), de Bonito e como professora substituta de Latim e de Língua Portuguesa na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade de Jardim. Finalmente, foi fundadora do extinto Colégio Bardal, onde trabalhou como diretora e como coordenadora pedagógica.

Obteve o reconhecimento pela sua atuação voltada para a educação, recebendo uma homenagem da Câmara Municipal, que aprovou a proposta da vereadora Elidia Nogueira Escobar, também ex-professora do Educandário, de dar o seu nome para a Biblioteca Municipal de Jardim, localizada próxima ao local de sua residência quando criança e do seu trabalho como professora.

À atuação da professora Rita Carmem, sempre dedicada à educação, soma-se a da professora Darci Corbelino. entre tantas outras de igual valor e dedicação. Ela e sua irmã Deolinda concluíram o magistério em Campo Grande, e regressaram para Jardim, iniciando a carreira profissional na CER-3, no Educandário Cel. Felício. Darci e Deolinda são netas de Fábio Martins Barbosa (dono das terras do loteamento inicial da cidade de Jardim) e descendente do Guia Lopes. Darci Corbelino relatou que

jamais deixei de reverenciar as minhas raízes, os meus Antepassados – origem da vida de minha mãe. Durante a minha infância, sempre ouvi histórias, principalmente das mulheres fortes da família: minha trisavó Senhorinha Maria da Conceição Barbosa Lopes, heroína da Guerra do Paraguai; minha bisavó Izabel Porcina Lopes Barbosa, a que menos sei. [...] minha avó Deolinda Barbosa Martins, com quem convivi por muitos anos. Lembro-me que era simplesmente apaixonante tê-la por perto: era alegre, divertida, adorava cantar, tocar acordeom, gaita, além de exímia contadora de história e estória, sempre tinha uma nova para narrar, uma verdadeira autodidata; **minha mãe**, símbolo da simplicidade, da dedicação à família, **nunca escondeu sua admiração pelas pessoas com conhecimento, estudadas** como dizia, talvez **porque a ela foi negado esse grande sonho**. (Darci Corbelino, 2012, grifo nosso)

Das declarações de Darci Corbelino pode surgir o embasamento para a trajetória de vida vitoriosa daquelas primeiras professoras do Educandário. Recebiam o incentivo de suas mães, pela oportunidade que lhes era dada de estudarem, adquirirem novos conhecimentos.

Para as meninas da região, ainda em transição de área rural para a urbanização trazida pela CER-3, a expectativa era permanecerem como donas de casas, residindo nas fazendas, enquanto apenas os homens recebiam a oportunidade de prosseguirem nos estudos. E elas se empenharam em garantir a oportunidade que surgiam. Darci Corbelino, de maneira semelhante a Rita Carmem, iniciou os estudos no Grupo Escolar Coronel Juvêncio e terminou o 4º ano com a professora Aracélia Mougénot. No ano seguinte prestou o Exame de Admissão ao ginásio em Aquidauana. A partir da 6ª série, até a conclusão da Escola Normal no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, estudou em Campo Grande.

Em 1964, formou o quadro dos professores que fundaram a Escola Normal de Jardim. Ela explica a ação de convencimento do coronel Stuck para aquelas jovens diante dos desafios que se apresentavam: “convenceu-nos de que era hora de desafio, que tínhamos obrigação de contribuir com a comunidade em que vivíamos, com a nossa terra. Na verdade, éramos privilegiadas e, assim, nos enchemos de coragem e cumprimos uma das nossas inúmeras missões.”

Das práticas escolares no educandário, ela recorda o preparo para as festas por ocasião da visita dos Generais, das festas de encerramento do ano, do aniversário da cidade, das festas nas datas cívicas.

A professora Darci Corbelino foi o quarto diretor do Educandário, após substituir em 1965 a professora Adelaide Prychodco Martins. Também prestou o Exame de Suficiência do CADES, e em 1966 foi nomeada professora de Geografia no Ginásio Estadual de Jardim. Nesse ano foi criada a pré-escola no Educandário Coronel Felício, e ela aponta a sua irmã Delinda como grande idealizadora e primeira professora.

Em 1969 encerrou sua estada em Jardim, e voltou para Campo Grande, onde reiniciou os estudos. Concluiu a faculdade de Letras com Inglês na FUCMAT, hoje Universidade Católica Dom Bosco, e transferiu a residência para Cuiabá. Casou-se em 1974 com Augusto Biancardini. Continuou seus estudos, com a pós-graduação em metodologia de Ensino pela FEFS-MS, terminada em 1986. Lecionou Língua Portuguesa no Liceu Cuiabano – Escola Estadual de 1º e 2º Graus, hoje Escola Estadual Liceu Cuiabano Maria de Arruda Müller, local da sua aposentadoria em 1990.

O convívio e a origem comum trouxeram a colaboração mais do que a competição para aquelas professoras. Mesmo com as possíveis diferenças pessoais, elas colaboravam no crescimento e aprimoramento. Eram apoiadas e apoiavam, estabelecendo relações que prosseguiram ao longo do tempo.

Um exemplo de cooperação foi o prestado pela professora Adelaide Prychodco Martins. Nascida no dia 16 de dezembro de 1937, na cidade de Chavantes no Estado de São Pau-

lo, filha de Demétrio Prychodco (de nacionalidade russa) e de dona Ana Vieira Prychodco. Formou-se Normalista em 1956, e em fevereiro de 1957 foi nomeada professora primária na Escola Municipal “Dr. Enéas de Carvalho Aguiar”, localizado na Vila Maria, na capital de São Paulo. No mesmo ano por decreto do prefeito municipal Ademar de Barros foi efetivada. Fez curso para alfabetizadora no “Instituto Caetano de Campos” patrocinado pela prefeitura de São Paulo, aprendendo o método Analítico-sintético divulgado pela professora Branca Alves de Lima na cartilha “Caminho Suave”. A professora Adelaide contou que teve o privilégio de conhecer a autora da cartilha de perto, e esteve em sua casa no Bairro da Liberdade, na capital paulista.

A professora Adelaide em 1961 contraiu núpcias com o Dr. José Fortunato Martins e vieram para Jardim. Encontraram-se com o coronel Stuck, chefe da CER-3. Ele, após conhecer a titulação da professora Adelaide, a convidou para fazer parte do quadro de professores do Educandário. Com a resposta de que era efetiva no Estado de São Paulo e estava em licença de dois anos, sem remuneração, recebeu a afirmação do coronel Stuck de que ela seria nomeada e que jamais retornaria a São Paulo.

Desse modo, a professora Adelaide foi nomeada para o quadro de professores do Educandário em fevereiro de 1962, e efetivada em junho do mesmo ano, como funcionária federal dos quadros do DNER. Seus conhecimentos foram passados para as demais colegas, com isso dando um impulso na área de alfabetização do município de Jardim e “causando verdadeira revolução na educação na cidade de Jardim. Antes, nunca se tinha visto algum professor alfabetizar uma criança no primeiro ano de escola.”

Foi nomeada diretora do Educandário Coronel Felício no ano de 1964, quando nascia seu segundo filho – Demétrio. Tendo ficado muito pouco tempo na direção da escola o período do qual se lembra mais é da época em que ministrou aulas, pelo contato direto alunos-pais-professores, tanto na alfabetização, quanto no segundo ano (primário), e da turma do ginásio. Ela permaneceu trabalhando em Jardim na CER-3 até 1972.

Sobre as práticas escolares, a professora Adelaide afirmou que sente muitas saudades dessa época, das canções que se cantavam antes do início das aulas, todos os dias, muitas delas ensinadas por ela própria, do recreio das conversas informais com as colegas, do lanche e do cafezinho gostoso da dona Edvirgen. A professora Rita Carmem se recorda da Canção do ABC, que a professora ensinou, da “do descobrimento” e outras tantas. As canções eram criadas de acordo com a data, como aquela que fez para receber um general na chegada. A letra era assim: “Salve, salve o general, que nos veio visitar. Para nós é um prazer o senhor conosco estar.”. Era cantada na recepção aos generais, que vinham sempre visitar a CER-3. A do

ABC era assim: “Vamos cantar, a marcha do ABC, ABC, DEE, FG, HIJK, LMNO, PQ, RS, TUV, XYZW... etc.” A do Descobrimento: “no ano de mil e quinhentos, saiu de Portugal, Pedro Alvares Cabral, com doze barcos do rio Tejo para as ilhas distantes especiarias comprar...” (LIMA, 2011).

Ainda sobre as canções, o Hino do Educandário foi composto por Valdo Scaramuzzi, serventuário da CER-3, e na letra são citados a escola, os alunos e os heróis da Retirada da Laguna:

Avante Educandário / Azul você veste / no céu de Jardim / as cores alvi-celeste / a esperança do meu Brasil / Quando a infância canta com ardor / bem juvenil. / Somos do Educandário / nosso emblema CER-3 / orgulho da nossa Pátria, nossa escola vale por três. / Juvêncio e Guia Lopes / heróis tombados com Camisão / Jardim a história pátria é glória viva desta nação (ARRUDA, 2012).

A cor azul do uniforme, citada na música, é confirmada na narração de Arruda (2005): calça azul ou saia azul, camisa cáqui (da cor da camisa em uso pelos militares do Exército Brasileiro), sapatos e meias pretas, com emblema da CER-3 na camisa.

Das primeiras professoras, a Ercy Cavaleiro Flores foi citada na publicação sobre o Curso de Currículo, quando recebeu a orientação de prestar o Concurso de Admissão, onde foi aprovada. Ela nasceu em uma fazenda, em terras depois pertencentes ao município de Bonito, no dia 25 de dezembro de 1938. Filha de Alcides de Oliveira Flores e de dona Rosa Cavaleiro Flores. Sua família veio residir em Jardim em 1950. Com a sua admissão em 1958, primeiro exerceu a função de professora, depois passou para o cargo de secretária da escola. Com o seu desejo de prosseguir nos estudos, conseguiu a transferência para o DNER, hoje DNIT, no Rio de Janeiro, onde permaneceu de 1970 a 1979 no cargo de Agente Administrativo. Fez o curso superior em Administração na “Faculdade Morais Júnior” e em março de 1979 foi transferida para o Ministério do Interior, em Brasília, no cargo de assessora do Ministro Mário Andreazza. Em março de 1980 foi aprovada em um concurso interno do DASP, realizado no Brasil todo, e promovida para o nível superior como Administradora, ficando em Brasília até março de 1985.

É de se supor que, essas professoras, mostradas como referências, fortaleceram o espírito coletivo do Educandário Coronel Felício e introduziram práticas inovadoras de ensino, tornando-o uma instituição singular naquela região fronteira.

4.5 O caderno com os planos de aula da professora Zenir

O caderno com planos de aulas (Figura 24), confeccionado no ano de 1970, para uma turma da 3ª série do ensino primário, equivalente ao atual 4º ano do ensino fundamental, foi eleito como fonte para a pesquisa sobre a cultura escolar do Educandário Coronel Felício²⁰. O caderno de plano de aulas pode ser usado para trazer indícios que permitam decifrar a cultura escolar, como um instrumento que registra o modo escolar de transmissão de cultura. E, ao entrar no cotidiano escolar usando o plano de aula e as ideias da professora nele registradas, permite descobrir como eram estabelecidas as relações internas envolvendo professores, alunos e a escola em si.

No início a professora registrou o Plano de Curso, composto pelas disciplinas e conteúdos mostrados no Quadro 11.

Em seguida, o Plano foi desmembrado em Plano de Unidades, com a distribuição dos conteúdos nos meses do ano letivo (de março a novembro, excluindo o mês de julho, destinado às férias escolares).

Após estas partes iniciais, a professora registrava no seu caderno os seus planos das aulas, com o planejamento diário. Estão anotados as matérias, os assuntos, observações sobre a condução das aulas, material didático a ser utilizado e outras ações.

Em suas observações podem ser encontrados os livros didáticos utilizados: os livros de Luiz G. Cavalcanti e Therezinha Pedrosa Maestrelli para a disciplina de Matemática; o livro *Fábulas*, de Monteiro Lobato, usado nas aulas de Português, em ditados, exercícios e interpretação de textos; e *Cazuza*, escrito por Viriato Corrêa.

O caderno era vistoriado frequentemente pela diretora do Educandário, que em diversas vezes, além do visto, escreveu “ótimo”.

Quadro 11 - Plano de Curso para a terceira série primária (1970)

DISCIPLINA	CONTEÚDO
PORTUGUÊS	<p>I – Redação e Leitura: leitura das lições e trechos; ditado; descrição; interpretação; bilhete; carta; telegrama.</p> <p>II – Gramática: letras e o alfabeto; encontros vocálicos e consonantais; sílabas – sílaba tônica; acentos – sinais de pontuação; classificação das sentenças; sinônimos e antônimos; substantivos – coletivos, graus, números, etc...; adjetivo; artigo; numeral; concordância; pronomes; verbos de predicação completa e incompleta; sentença – sujeito e predicado;</p>

²⁰ O caderno com os planos de aula foi elaborado pela professora Zenir Silveira da Silva e encontra-se armazenado, em formato digital, no LADHEME (Laboratório de Documentação, História da Educação e Memória), da FAED/UFMG.

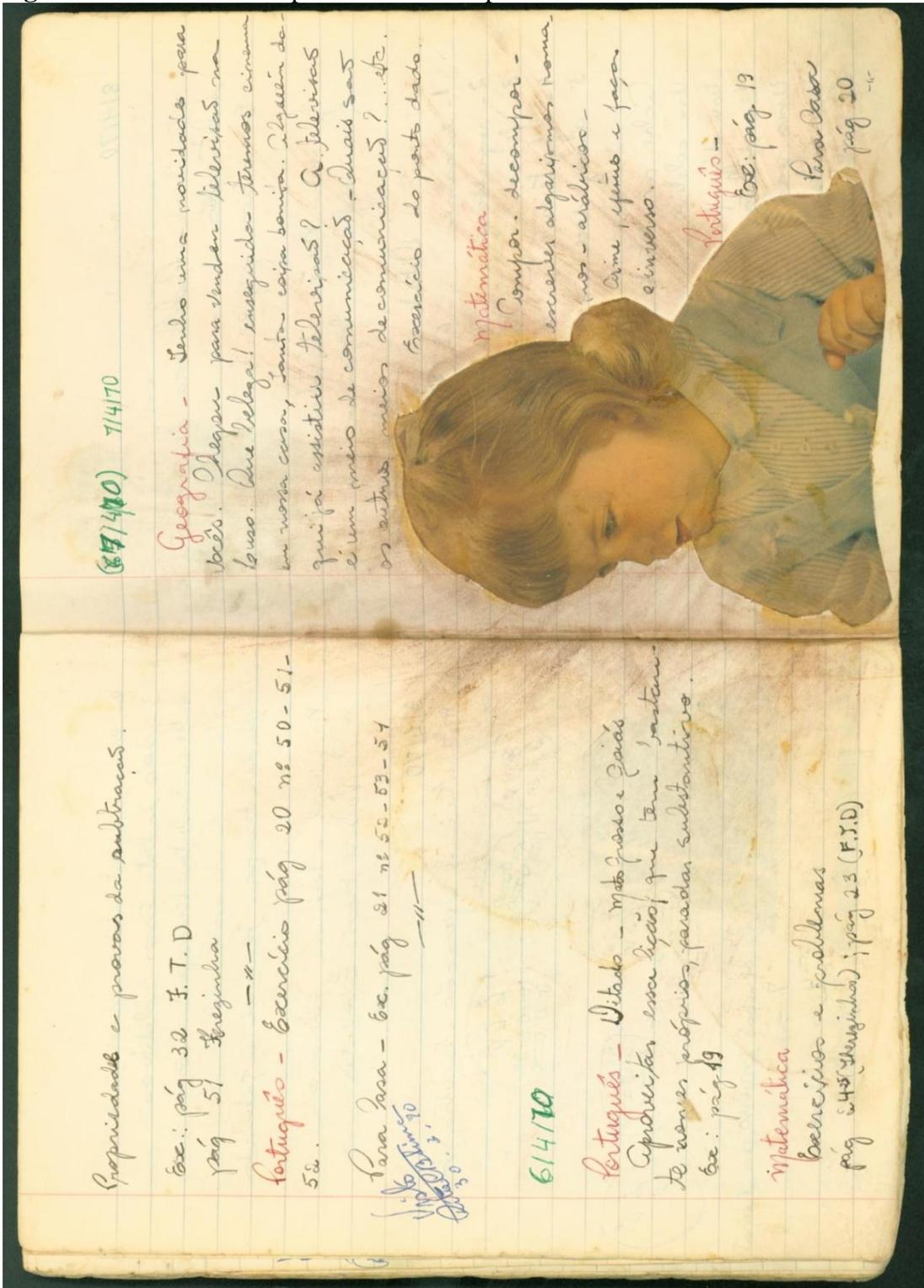
	homônimos; análises – sintática e morfológica.
MATEMÁTICA	Noções de conjuntos e sinais; sistema de numeração decimal; numerais romanos; operações fundamentais; provas de nove e real; medidas de tempo; fração; divisibilidade; divisibilidade por 2 – 3 – 5 -9; mínimo múltiplo comum; fração com denominadores diferentes, simplificação; números decimais; números ordinais; sistema métrico; números multiplicativos; medida de capacidade; medidas de massa; sistema monetário; máximo divisor comum; geometria (linhas; ângulos; triângulos; quadrados; retângulos; perímetro).
HISTÓRIA	Descobrimento do Brasil; indígenas; fundação das primeiras povoações; os Governadores Gerais; bandeirantes; Inconfidência Mineira; vinda da Família Real; Independência; o governo de D. Pedro I; Abolição; Proclamação da República; Guerra do Paraguai; primeiros atos do novo governo.
GEOGRAFIA	Meios de transporte e comunicação; município de Jardim; localização de Mato Grosso; estados do Brasil; município da capital do nosso Estado; zonas, população e área do Estado de Mato Grosso; agricultura, comércio e riqueza minerais do Estado; Mato Grosso cultural; forma e movimento da Terra; aspecto físico e acidentes de maior importância de Mato Grosso; pontos colaterais: idéias gerais do Globo, suas linhas e zonas.
CIÊNCIAS	Corpo humano e suas divisões; órgãos dos sentidos; aparelhos respiratórios e circulatórios; animais – vertebrados e úteis; plantas e suas partes; água e minerais.
Fonte: elaborado por Fernando dos Anjos Souza, a partir do caderno com plano de aulas da professora Zenir	

Nos registros das aulas de Português, encontrados no caderno com os planos de aulas, são citadas as fábulas “O homem e a cobra”, “O rato, a rã e o gavião”, “A galinha sabida” e “O coelho Joça”, que foram exploradas em exercícios de interpretação de textos. Será dado um enfoque sobre o registro do ditado, no dia 26 de outubro, dessa parte do conto “O boi”, de Olavo Bilac, editado em 1904, compondo *Poesias Infantis*:

Quando ainda no céu não se percebe a aurora,/ E ainda está molhando as árvores o orvalho,/ Sai pelo campo afora/ O boi, para o trabalho./ Com que calma obedece!/ Caminha sem parar:/ E o sol, quando aparece,/ Já o encontra, robusto e manso, a trabalhar./ Forte e meigo animal! Que bondade serena/ Tem na doce expressão da face resignada!/ Nem se revolta, quando o lavrador, sem pena,/ Para o instigar, lhe crava a ponta da agulhada.

Como atividade para ser feita em casa, foi marcada a resposta das seguintes questões, relacionadas com o texto do ditado: “1. Quando sai para trabalhar o boi? 2. Quem encontra o sol, quando aparece? 3. O boi é um animal bravo ou manso? Bom ou mau? Diga porque. 4. Quem é que o boi obedece?”

Figura 24 – Caderno com planos de aula da professora Zenir



Fonte: LADHEME / FAED / UFGD

Os registros no plano de aula permitem delinear uma configuração do processo de escolarização no Educandário, na década de 1970. Eles acenam para uma permanência do modelo apresentado com uma reunião de conceitos apresentados por Bourdieu, Norbert Elias e Rosa de Fátima Souza, como

civilizador, homogeneizador (pautado na escola graduada, com seus dispositivos de seleção e classificação dos alunos, na instituição de ritmos simultâneos de aprendizagem, no estabelecimento de séries, na validação do fracasso e do sucesso escolares, na repetência como parte do processo da disciplina etc.) e intrinsecamente produtor de exclusão por (DEMARTINI, 2004, p. 98)

Faria Filho (2002) complementa a ideia desse modelo, ao citar a produção lenta no decorrer do século XIX de uma escola como a instituição capaz de produzir um país ordeiro, progressista e civilizado, e não apenas de instruir e educar a infância e a juventude. Ando e Silva (2004) acrescenta uma finalidade do uso de textos com o conteúdo similares ao do conto *O Boi*:

No Brasil do fim do século XIX e início do XX, predominava, nos poemas infantis, a propagação de uma imagem estereotipada da criança, em obediência a interesses, via de regra, relacionados ao caráter didático-moralista preconizados pelo sistema educacional da época. Em muitos textos, a criança era premiada se bem comportada e castigada se agisse de forma contrária ao que dela se esperava. Decorrentemente, os poemas funcionavam como cartilhas educativas, com apologias à criança passiva, obediente, desvitalizada (ANDO E SILVA, 2004, p.35).

No texto escolhido pela professora para o ditado, Olavo Bilac apresenta uma aceitação do boi antropomorfizado às injustas regras do trabalho e à situação de receber maus tratos no serviço. Conforme Ando e Silva (2004), “tem-se aqui a imagem eufórica do boi como forte, meigo, bom, sereno, doce, resignado e resistente às mazelas”. Apesar disso, a reação do animal é de submissão, aceitação, continuando trabalhando em seu serviço. Nas considerações de Ando e Silva (2004), os temas são empregados para induzir o leitor-mirim a aceitar as mensagens transmitidas, em geral relacionadas com comportamentos coerentes com o objetivo de preparação ao mundo onde o tempo é ocupado pelo trabalho.

A professora apresenta para discussão pelos alunos, nas questões para casa, se o boi é um animal bravo ou manso, e se ele é bom ou mau. Pode ser um direcionamento para que seus alunos entendam que o bom cidadão deve portar-se sempre bem, ser obediente e ingênuo, não importando as condições do trabalho.

As observações serão mais facilmente delineadas se contextualizadas temporalmente. O plano de aula é do ano de 1970, quando o Brasil estava sob um regime militar. Em 1969 foi instituída, pelo Decreto-Lei nº 869 de 12 de setembro, em caráter obrigatório, a Educação Moral e Cívica como disciplina e, também, como prática educativa, nas escolas de todos os graus e modalidades dos sistemas de ensino no País. Entre as finalidades da disciplina, o Decreto-Lei 869/69 incluía a defesa do princípio democrático, a preservação do espírito religioso, a dignidade da pessoa humana e do amor à liberdade com responsabilidade e o culto da obediência à Lei, da fidelidade ao trabalho e da integração na comunidade.

A professora registrou que um livrinho com as informações do imposto de renda foi dado para os alunos lerem, em um exercício de interpretação de textos, no dia 18 de agosto de 1970. Eles deveriam responder às seguintes questões:

1– Que é imposto de renda? 2– Um país desenvolvido traz melhora aos seus habitantes? 3– Por que devemos pagar o imposto de renda? 4– Por que a pessoa quanto mais instruída faz questão de pagar o imposto de renda? 5– Quem cuida dos aleijados e dos doentes que não podem trabalhar? 6– E quem ajuda o governo? Como? 7– Qual é a data de pagar o imposto de renda? 8– O que acontece aos que não pagam nas datas certas? 9– Como é chamado o papel que preenchemos para pagar impôsto? 10– A onde é entregue a declaração do imposto? 11– Quando é que a pessoa passa a ser contribuinte do imposto de renda? 12– além do imposto de renda, há outros? Quais são?

Os motivos dos alunos de uma 3ª série, na faixa etária de nove a dez anos, estarem exercitando a interpretação de textos usando orientações para o imposto de renda, podem ser explicados como uma divulgação dos direitos e deveres da cidadania. Os alunos, ao serem conduzidos na construção de conhecimento sobre a obrigatoriedade do imposto de renda e os benefícios para a Nação, agiriam como multiplicadores, levando-os para seus pais, os verdadeiros alvos da possível campanha educativa ou de esclarecimentos. A essa explicação somam-se outras reflexões sobre o “fazer pedagógico”, na aplicação do currículo formal (interpretação de textos como atividade de redação e leitura) e um currículo informal, pois o assunto “imposto de renda” não faria parte dos conhecimentos para a citada faixa etária, e não consta no Plano de Curso da 3ª série.

O exercício reforça a permanência da utilização das escolas como instituição capaz de produzir um país ordeiro. Foi uma mudança implantada no decorrer do século XIX, apontadas por diversos pesquisadores, segundo Faria Filho (2002), dando para a escola uma conotação de *educação integral*, desqualificando a família como *locus* da boa educação. A transmissão de saberes, sensibilidades e valores, inseridos como “conteúdos tidos por imprescindíveis à educação do homem e fundamentais à perpetuação da sociedade” (VIDAL, 2005, p.30), cada vez mais ampliados e complexos passa a ser responsabilidade da escola.

No plano da aula com as atividades previstas para o dia 21 de maio, consta uma divisão dos trabalhos de acordo com os sexos dos alunos. A previsão é de “tricô e bordado para as meninas, e para os meninos trabalho com cartolina”. Apesar da constatação de ser uma turma mista, pela análise dos nomes registrados, com 18 alunas e 14 alunos, a observação dá vestígios de um tratamento diferenciado dos alunos pelo aspecto sexual: para os meninos - trabalho com cartolina; para as meninas - tricô e bordado. Para as meninas, a atividade escolar direcionava para as práticas domésticas, no interior do lar. E, aos meninos, a formação para o

trabalho, mediante o desenvolvimento de habilidades manuais com coordenação, utilizando o corte com tesouras no aprendizado.

A situação apresenta uma mudança para os dias atuais, as alterações na forma de abordagem da diferenciação sexual, quando não é comum ocorrer uma divisão pelos sexos nas aulas de artes. Hoje elas são direcionadas para as turmas em sua totalidade, sem divisão por sexos ou previsão de atividades diferenciadas para meninos e meninas. As atividades direcionam os alunos para ocuparem espaços indistintos na sociedade.

Encontram-se registradas outras atividades que mostram mudanças. No Plano de Curso, na disciplina de Português, está prevista para os alunos, nas atividades de Redação e Leitura, a confecção de “bilhete, carta e telegrama”. Na prova de Português do mês de outubro, um dos exercícios é a redação de um telegrama “a sua madrinha felicitando-a pelo seu aniversário”. Em 07 de abril, para ilustrar a aula de Geografia sobre meios de comunicação, a professora registrou que diria “Trouxe uma novidade para vocês. Chegou para vender televisão na Luso²¹ (Figura 25). Que beleza! Em seguida teremos cinema em nossa casa. Tanta coisa bonita. Alguém daqui já assistiu televisão?”

O final do caderno foi destinado ao registro das notas e cálculo das médias. As notas abaixo de cinco estão em vermelho, o que sugere que era o patamar para a aprovação. Embora não fosse considerado para o cálculo da média mensal, aparece uma nota para o comportamento do aluno, nos meses de abril e maio. No segundo semestre não há mais registro dessa nota. Constam, no entanto, registros de nota para Educação Física no mês de setembro. Os quatro alunos com médias mais baixas no mês de abril (3,1; 3,9; 4,1; 4,7) obtiveram resultados satisfatórios no mês de setembro (7,1; 6,7; 8,0; 7,1), respectivamente. Fica uma interrogação sobre os procedimentos adotados no processo de ensino que motivaram a melhoria.

A professora recortava figuras de crianças e colava nas folhas do caderno e, em muitas folhas, ela pintava figuras de flores coloridas. O gesto demonstra a sua liberdade criativa, no uso do espaço particular, o caderno do plano de aula, próprio do professor nas práticas escolares. Outros exemplos de autonomia e criatividade podem ser encontrados: entrevista na sala de aula com a dentista da escola (na aula sobre os dentes), uso do flanelógrafo²², emprego do globo terrestre, leituras iniciais em coro e depois com interpretação por alguns alunos, projeção de filmes nas aulas de Ciências. E, de uma forma inovadora, a previsão de cantos diversos

²¹ A Luso Comercial era um importante estabelecimento comercial situado na principal rua da cidade, os proprietários eram João e Ermelindo Martinho Gomes, sócios portugueses, e que vendia uma diversidade de produtos, incluindo gêneros alimentícios, ferramentas, ferragens, móveis, eletrodomésticos e automóveis.

²² Flanelógrafo: um quadro-mural revestido por flanela, onde eram colocadas figuras recortadas, que ficavam presas pelas fibras da flanela. Permitia o transporte entre as salas de aulas e corredores. A parte lateral de um flanelógrafo pode ser vista na Figura 20.

e projeção de filmes com estórias infantis como recreação, em dias previstos para a realização de testes. Também como recreação, há o planejamento de apresentar novas palavras em Inglês (livro, caneta, lápis), após o teste aplicado em 09 de outubro. Há a introdução da aula sobre algarismos romanos usando questionário de um jogo de adivinhação, perguntas sobre as férias no começo do segundo semestre, observações sobre as comemorações do aniversário da cidade para a aula de Geografia sobre o município. Excursões aos acampamentos da CER-3 e à fábrica de guaraná no município sugerem a utilização de outros espaços para as atividades escolares, externos ao prédio escolar e, ainda, a inserção dos alunos no mercado consumidor, pelo conhecimento de um produto industrializado.

Essas práticas discretas, conforme Canclini (2003), se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas, em um processo de hibridação da cultura escolar. Elas revelam parte de uma cultura escolar singular, com aspectos dinâmicos que permite uma autonomia no fazer didático.

4.6 A matrícula de estranhos à CER-3, a imposição do limite de idade e a contribuição da caixa escolar

Nas Instruções Reguladoras para o Curso de Primário do Grupo Escolar da CER/3, publicadas no B. I. nº 94 de 8 de maio de 1957, constavam as determinações sobre a quantidade de alunos no corpo discente. Era previsto uma média de 240 alunos, por turno de aulas, distribuídos pelas seis salas de aulas que estavam sendo construídas.

A quantidade atendia as necessidades dos dependentes dos serventuários, civis e militares da CER-3. O efetivo de servidores, ou de seus dependentes, no ano de 1957 não foi determinado. Mas, para o ano de 1958 foi fixado o teto de 450 homens como força máxima de trabalho na comissão. Esse efetivo, conforme a peculiaridade dos trabalhos rodoviários, não era concentrado em Jardim, pois estava distribuído nos trechos de estrada em manutenção ou construção, com acampamentos para os alojamentos dos trabalhadores. E os acampamentos da CER-3, como já foi mostrado, possuíam condições para abrigar as famílias. Assim, uma pequena parcela do efetivo trabalhava na sede, embora existissem serventuários que trabalhavam nos trechos, ficando nos alojamentos, enquanto suas famílias moravam em Jardim.

Em 22 de abril de 1958, no B. I. nº 81, o chefe da CER-3 decidiu pela matrícula no Educandário CER-3 de alunos estranhos à comissão, em caráter excepcional, com as seguintes justificativas:

- Atendendo ao fato de nem todos os serventuários terem matriculados seus dependentes no Educandário da Comissão, as instalações previstas permitiram o deferimento de pedidos de matrículas de estranhos à CER-3.
- Fica, entretanto, esclarecido que essa medida, tomada para completamento de vagas, teve e tem caráter excepcional e dependerá sempre da decisão, em todos os casos, do Fiscal Administrativo, por delegação da Chefia da Comissão.
- As atuais possibilidades ficam reservadas aos dependentes de serventuários que forem admitidos. (B.I. nº 81 / 1958)

A matrícula de alunos e o número de vagas não eram, portanto, uma atribuição do Diretor do Educandário. O chefe da comissão delegava a atribuição ao Fiscal Administrativo, responsável pelo SAOS, seção administrativa na qual o Educandário estava vinculado. Apesar do caráter excepcional da concessão de matrículas para estranhos à Comissão, essa medida permaneceu em vigor nos anos seguintes.

A Lei Orgânica do Ensino Primário estabelecia no Art. 16. a matrícula de crianças analfabetas de sete anos de idade, na primeira série do curso elementar. Mas admitia a matrícula daquelas que completassem sete anos até 1 de junho do ano da matrícula, desde que apresentassem a necessária maturidade para os estudos. O chefe da CER-3apresentou a seguinte decisão sobre o assunto:

Limite de idade: De acordo com a legislação vigente, só poderão ser aceitas para matrícula na 1a. série primária, crianças acima de 7 anos, com tolerância para os casos de completamento dessa idade até 30 de Junho do ano da matrícula, comprovada, em todos os casos, com a apresentação da certidão.
Os matriculados em desacordo com as presentes instruções devem passar à categoria de “ouvintes”, dentro das disponibilidades do Educandário. (B. I. nº 81 / 1958)

Pela leitura da decisão percebe-se que havia a presença de alunos matriculados que estavam em desacordo com a legislação, com menos de sete anos de idade na 1ª série. A tolerância foi expandida até o dia 30 de junho, diferentemente do previsto na Lei Orgânica, que era até 1 de junho. E aqueles que já estavam matriculados deveriam passar a categoria de “ouvintes”, permanecendo estudando. O Jardim de Infância, que poderia atender essa demanda, ainda não estava funcionando, como será mostrado a seguir. Conforme as declarações de Lima (2011), o Educandário chegou a ter 1500 alunos, uma quantidade que até hoje não é alcançada por escolas em Jardim.

Foi instituída a colaboração em forma de caixa escolar, para obter os recursos necessários ao funcionamento do Educandário Coronel Felício. O procedimento encontrava respaldo no texto da Lei Orgânica do Ensino Primário, que estabelecia a gratuidade do ensino primário, no Art. 39, mas permitia a organização de caixas escolares, com regulamentos próprios dos estabelecimentos de ensino:

Art. 39. O ensino primário é gratuito, o que não exclui a organização de caixas escolares a que concorram segundo seus recursos, famílias dos alunos.

Art. 40. A organização do funcionamento e aplicação dos recursos caixas escolares serão estabelecidas regulamento próprio (Decreto-lei nº 8.529 / 1946)

Na ordem para a elaboração do projeto para o edifício do educandário, publicada no B. I. nº 58 de 26 de março de 1956, o chefe da CER-3 determinou a suspensão dos descontos de contribuições para a ajuda financeira ao Grupo Escolar Coronel Juvêncio. Determinava também que os descontos seriam restabelecidos em favor do Grupo Escolar da CER-3, quando ele entrasse em funcionamento. Em 17 de abril de 1958, data que atribuo como de inauguração do prédio, no boletim interno nº 79, página 498, estava regulada a contribuição para a Caixa Escolar, nos seguintes termos:

2ª Seção

SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE OBRAS SOCIAIS

EDUCANDÁRIO CER/3 – Caixa Escolar

Creação – Fica creada, com vigência a partir de 1.V.58, a Caixa Escolar do Educandário desta Comissão, com a mesma finalidade das congêneres, usualmente existentes nas escolas primárias.

Receita – A receita ordinária será proveniente da contribuição do pessoal civil e militar, prevista no Regulamento dos SAOS Cap. IX (nº 58/56, item II).

A receita extraordinária será proveniente de auxílios e donativos, assim como do saldo da cantina, que será explorada em benefício do Grupo Escolar, segundo regulamentação específica a ser publicada.

Despesas – A destinação dos recursos da C.E. será, primordialmente, em benefício de uniformes, material escolar e merenda para as crianças necessitadas, segundo critério a ser fixado em B.I.. Prêmios para as crianças que mais se distinguirem, representação, festejos, gratificações e outras despesas semelhantes poderão ser custeadas a título Escola, mediante autorização da Chefia da Comissão.

Administração – A Caixa e a Cantina serão administradas pelo Diretor do Educandário com a supervisão do Fiscal Administrativo.

Contabilização – Pela contadoria, dentro do título Escola, segundo as normas gerais do Regulamento do SAOS (B.I. nº 40/54).

Os que não desejarem fazer a contribuição, ora restabelecida, deverão manifestar tal desejo, por intermédio de seu Chefe de Seção, até o dia 30 do corrente. (B. I. nº 79 / 1958, p. 498)

E, mesmo com a previsão na Lei Orgânica do Ensino Primário de que a contribuição seria feita pelas famílias de alunos, segundo os seus recursos, a ordem de desconto foi para todos os servidores, civis e militares. Em consequência do determinado no último item, sobre os que não desejassem fazer a contribuição, foi publicada no B. I. nº 116, de 9 de junho de 1958, a ordem para serem feitas as devidas anotações afim de não ser descontada a contribuição para o Educandário da CER/3 de apenas 8 (oito) servidores civis e militares que não desejaram contribuir, e ficaram dispensados do desconto: Capitão I. E. Elias Wadih Rizkalla, Alfredo Bazan, Antenor Peixoto Freire Giraldes, Emilio Ramires, Elpido Cacho, João Evangelista, Oswaldo Augusto de Carvalho e Ramão Teófilo Ayala. Não foi possível quantificar os que contribuía, nem os valores arrecadados.

Quadro 11 - Material adquirido para o Educandário da CER-3

Firma	Local	Material	Preço
Sansiviero & Cia. Ltda	São Paulo	1 Talabarte com copo de metal	Cr\$ 450,00
		1 Bandeira Nacional de pano, de 1,60x1,15m	Cr\$990,00
		5 Bandeiras Nacional de feltro de 28.1/2x19.1/2 cm	Cr\$ 45,00
Biaglio Dellea Capliardo	São Paulo	1 Mapa da Europa, em tela c/2 travessas de madeira	Cr\$ 360,00
		1 Mapa da Ásia, em tela c/2 travessas de madeira	Cr\$ 400,00
		1 Mapa da América do Norte, em tela c/2 travessas de madeira	Cr\$ 320,00
		1 Mapa da América do Sul, em tela c/2 travessas de madeira	Cr\$ 320,00
		1 Mapa Oceania, em tela c/2 travessas de madeira	Cr\$ 320,00
		1 Mapa Brasil Político, em tela c/2 travessas de madeira	Cr\$ 400,00
		1 Mapa Estado de Mato Grosso, em tela c/2 travessas de madeira	Cr\$ 232,00
Instrumentos Musicais Weril Ltda	São Paulo	1 Tambor surdo mor, c/2 baquetas	Cr\$ 1674,00
		2 Tambores repique, c/2 baquetas (cada)	Cr\$ 1080,00
		2 Tambores de guerra, c/2 baquetas (cada)	Cr\$ 1350,00
Comp. Melhoramentos de São Paulo	São Paulo	1 coleção quadros História Pátria c/20 quadros	Cr\$ 990,00
F. Orlandi S.A.	São Paulo	Quadro Ciências Geral "Corpo Humano"	Cr\$ 350,00
Armando Staib	Rio de Janeiro	1 Mesa p/cirurgia Ideal nº 1	Cr\$ 6900,00
S.A. Philips do Brasil	São Paulo	Chassis de metal 18/24 cm	Cr\$ 619,10
		Par de scrans reforçadores filtro de 18/24 cm	Cr\$ 952,30
Livraria Pax	Belo Horizonte	1 livro, Princípios e Normas de Administração Escolar, de Ruy Ayres Belo	Cr\$ 120,00
Jonathan de Araujo	Jardim	12 toalhas de rosto felpudas	Cr\$ 90,00
Alfredo Moreira da Rocha	Jardim	1 Bule esmaltado	Cr\$ 130,00
		12 xícaras p/café	Cr\$ 22,00

Fonte: B.I. nº 104 / 1958, p. 644

Os valores das contribuições continuaram sendo idênticos aos previstos para a cooperação com a Instrução Pública, na base de Cr\$ 2,50 por Cr\$ 500,00 ou fração e em função dos vencimentos, salários e gratificações, como já mostrados no item sobre o Grupo Escolar Coronel Juvêncio.

Embora o Diretor do Educandário fosse o responsável pela administração da Caixa e da Cantina, a sua autonomia na aplicação dos recursos não era total. Recebia a supervisão do Fiscal Administrativo, e a aquisição de determinados itens (prêmios, representação, festejos, gratificações) necessitava da autorização da chefia da Comissão.

Pelo publicado no B. I. nº 104, de 23 de maio de 1958, é possível o entendimento do fornecimento de material para o funcionamento do Educandário Coronel Felício. No mês do

início do seu funcionamento, uma comunicação registra o recebimento do material considerado como permanente, dando entrada no almoxarifado e sendo distribuído para o Educandário, mostrado no Quadro 11. O tratamento com o material é o mesmo de uma seção integrante da CER-3, com a aquisição de maneira centralizada, recebimento pelo Almoxarifado, inclusão em carga e distribuição para uso. O fato de ser distribuído para o Educandário significa que o material continuava pertencendo à CER-3, em uso pelo Educandário, sob o controle do chefe da seção SAOS.

Verifica-se a aquisição de material no comércio de Jardim e quando, necessário, em outros locais, como o material didático, adquirido em São Paulo e Belo Horizonte. E foi relacionada na compra uma mesa cirúrgica, possivelmente destinada aos atendimentos médicos, prestado aos alunos do Educandário pela médica contratada pela CER-3.

As compras eram feitas pelo diretor, e o Educandário era pioneiro na região na utilização de certos materiais, como declarou Lima (2011): “eu ia fazer compras para a escola. Tudo que era notícia de material didático que saía em São Paulo, nós tínhamos primeiro aqui.”

De acordo com o Art. 1º da Lei Orgânica do Ensino Primário, uma das finalidades do ensino primário era de proporcionar a iniciação cultural que a todos conduza ao conhecimento da vida nacional, e ao exercício das virtudes morais e cívicas que a mantenham e a engrandeam, dentro de elevado espírito de Naturalidade humana. A presença das virtudes morais e cívicas, demonstrada pelo culto aos símbolos pátrios, é encontrada na aquisição da bandeira nacional para desfile, acompanhada do talabarte com cone de metal, e nas outras cinco, de tamanho menor, em feltro, possivelmente para serem colocadas nas salas de aulas. A aquisição de instrumentos musicais, surdo mor, tambor de repique e caixa de guerra, demonstra a preocupação com a participação em eventos com desfiles, como o Dia da Pátria (data que já fora motivo de punição ao diretor). Nas programações, a professora recorda que

tinha o desfile, o comandante falava assim, dona Rita, o educandário tem que ser o mais bonito, a senhora não meça esforços, pode fazer quantos carros alegóricos que a senhora quiser. Daí fazíamos, era bom demais, o 7 de setembro era um primor, todo mundo já esperava. [...]todas essas festas, datas festivas, a gente também falava, mas tudo era dentro do planejamento, sempre foi muito falado, aliar a data ao planejamento, planejamento adotado, tinha que ser separado, adotado o que foi programado, o 7 de setembro era lembrado, 22 de abril era lembrado, a história, sempre foi lembrado, sempre dentro da programação do professor. (LIMA, 2011)

Embora constantes na legislação do ensino, as orientações refletem a orientação militar, de culto aos símbolos nacionais e patriotismo. Tais ações contribuíam para o fortalecimento do amor à Pátria na região fronteira e demonstrando a presença brasileira.

4.7 As denominações, a extinção da CER-3 e o encerramento das atividades do Educandário Coronel Felício

Na ordem de elaboração do projeto para a construção do prédio que serviria para o funcionamento da escola, publicada no B. I. nº 58, de 26 de março de 1956, a denominação proposta era de GRUPO ESCOLAR DA CER/3 (Anexo A). A denominação obedecia ao prescrito na Lei Orgânica do Ensino Primário, constante do Decreto-lei nº 8.529, de 02/01/1946. Pelo art. 28 do Decreto-lei, as designações dos estabelecimentos de ensino primário mantidos pelos poderes públicos deveria ser de Grupo Escolar (G.E.), quando possuir cinco ou mais turmas de alunos, e número igual ou superior de docentes.

No entanto, pelo B. I. nº 30, de 12 de fevereiro de 1958, com a ordem para o início do funcionamento, a resposta do registro da escola na Secretaria Estadual de Educação, já é citado o nome Educandário. O chefe da CER/3 informava que a denominação foi mudada de Grupo Escolar para Educandário, pelo motivo de permitir a realização de outros cursos, além do Primário. E, inicialmente, a previsão era para o funcionamento do Primário e do Curso de Alfabetização de Adultos e, assim que a condição financeira do Serviço de Abastecimento e Obras Sociais (SAOS) permitisse, seria criado o Jardim da Infância.

Em 1963, a denominação Educandário CER-3 foi alterada para Educandário Coronel Felício, após uma recusa parcial do homenageado ao tenente coronel Joaquim Stuck, então chefe da CER-3. A proposta, constante do B. I. nº 241, de 9 de novembro de 1963, era de “Educandário General Nelson Felício dos Santos”.

Como resultado da Lei 5.692/1971, que fixou diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, ao reestruturar o ensino brasileiro, foi criado o primeiro e segundo graus. Com as alterações, a denominação foi alterada para Escola de 1º Grau “Coronel Felício”.

Pelo Decreto nº 481 de 05 de março de 1980, a Escola de 1º Grau “Cel. Felício” foi estadualizada, sendo incorporada à Rede Estadual de Ensino, conforme publicação no Diário Oficial nº 293 de 06 de março de 1980, e passou a denominar-se Escola Estadual de 1º Grau “Coronel Felício”.

Representando a Secretaria da Educação do Estado de Mato Grosso do Sul, o Sr. Juvenício Cesar da Fonseca, e o Ministério do Exército, o General de Divisão Jorge Sá Freire de Pinho, por delegação da Portaria Ministerial nº 887, de 30 de julho de 1980, assinaram em 05 de setembro de 1980 o termo do empréstimo em regime de comodato de uma área de 9.382 metros quadrados e das benfeitorias nela existentes, denominadas “Escola Coronel Felício”. O

ato oficializava o empréstimo, sem prazo determinado, do prédio escolar para a administração estadual. Em 15 de julho de 1981, o Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul, nº 629, publicou a classificação da Escola Estadual EEPSG “Coronel Felício”, integrante da Rede Escolar Estadual, como de classe “E” para fins de lotação de pessoal.

Em 20 de janeiro de 1982, o Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul, nº 755, publicou na Parte I, a integração física de escolas. A Escola Estadual de 2º Grau de Jardim (criada ainda na época do antigo estado de Mato Grosso, pelo Decreto nº 382, de 21 de junho de 1976), ficou integrada à Escola Estadual de 1º Grau “Coronel Felício”. Em consequência, as duas escolas passaram a ter a denominação de Escola Estadual de 1º e 2º Graus “Coronel Felício”.

Com a publicação no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul, nº 5443, de 05 de fevereiro de 2001, do Decreto nº 10.234, da mesma data, assinado pelo governador José Orcírio Miranda dos Santos e pelo Secretário de Estado de Educação, Pedro César Kemp Gonçalves, a escola foi integrada à Escola Estadual Cel. Juvêncio. Após quase 43 anos de funcionamento, estavam encerradas as atividades do Educandário Coronel Felício como instituição escolar.

A integração da escola resultou de uma política estadual de organização do sistema de ensino, e diversos fatores influenciaram a decisão. Entre eles, com maior peso para a decisão, é considerado o fato de não estar localizada em um prédio próprio do Estado, embora cedido em regime de comodato, e que já necessitava de investimentos para a manutenção. Houve uma redução no número de alunos em idade escolar, no período de 2000 a 2010, comprovada pelos dados do Censo demográficos realizados pelo IBGE, apresentados na Tabela 01, com a evolução populacional da cidade de Jardim: diminuição de 507 habitantes na faixa etária de 05 (cinco) a 19 (dezenove) anos, e a rede estadual já dispunha de escolas em número suficiente no município, com capacidade de absorver a demanda e a proximidade com a Escola Estadual Cel. Juvêncio, um prédio próprio do estado, localizado a pouco menos de 200 (duzentos) metros de distância da Escola Cel. Felício.

5 Considerações Finais

O município de Jardim, situado em uma região considerada como fronteira, apresenta em seu histórico um interrelacionamento com a presença dos militares do Exército Brasileiro. De uma simples área de passagem e descanso nas margens do rio Miranda para as patrulhas que na época do Império vigiavam os limites do Brasil ou para as tropas que participaram da Retirada da Laguna, célebre episódio da Guerra da Tríplice Aliança e que ali deixou marcos históricos. Posteriormente, com a assinatura do tratado de paz, a delimitação e demarcação das fronteiras entre o Brasil e o Paraguai, a sua importância estratégica foi reconhecida.

Se a guerra foi um elemento descivilizador, afetando a população da região que ali residia, a pacificação e o estabelecimento dos limites trouxeram mais autocontrole para os indivíduos e Estados Nacionais, obtidos na direção do processo civilizador apontada por Elias (1993).

Com o reconhecimento do valor estratégico da região, foram aquarteladas unidades militares na fronteira, o que implicou na necessidade de melhoria das vias de acesso e comunicações. As estradas de rodagem receberam para a construção e manutenção a participação das organizações militares, inicialmente sediadas na cidade de Aquidauana, transformada em ponto de interiorização de mercadorias que chegavam por via ferroviária.

A participação militar na construção e manutenção de rodovias consideradas estratégicas para o país, como aquelas que acessavam a fronteira, foi intensificada a partir da década de 1930, durante o governo do Presidente Getúlio Vargas (1930-1945 e 1951-1954). E, no Estado Novo (1937-1945), deu-se a criação da CER-3, em atendimento ao plano presidencial de ocupação de fronteiras.

Um acampamento de trabalhadores e militares para a construção de uma ponte sobre o rio Miranda deu origem ao município de Jardim, após o aumento populacional e desenvolvimento econômico surgido com a implantação do loteamento de terras de parte da Fazenda Jardim, em 1948.

A participação do Exército, por meio da CER-3, no processo de escolarização, surgiu com a necessidade encontrada na região fronteira, com uma deficiente atuação do Estado, agravada pelo afastamento dos centros decisórios do poder federal.

O modelo tradicional da presença do Exército na educação pública está centrado na preparação das pessoas para exercerem as atribuições militares, por meio de escolas e cursos realizados ou apoiados nas instituições. Mesmo a forma mais conhecida pela população, que

são os colégios militares, é dedicada prioritariamente aos dependentes dos integrantes da instituição, com o objetivo de incentivar e preparar o acesso à carreira militar.

Em Jardim, como demonstrado no trabalho, a participação foi diferente da forma tradicional. Inicialmente, a CER-3 apoiou, com a cessão de suas instalações e com o pagamento de professores, uma escola primária para atender os filhos dos seus funcionários, em sua maioria de civis contratados, inclusive com trabalhadores de origem estrangeira.

A situação da educação na região da fronteira, até a década de 1970, era precária, como um reflexo do que era verificado no restante do Estado de Mato Grosso, a qual o município pertencia até a criação do Mato Grosso do Sul, em 1978. Existiam poucas escolas públicas, a maioria dos professores era de leigos, sem uma formação adequada, e com baixa remuneração. Os militares de graduações mais elevadas, pelos seus cursos de formação, assim como suas esposas, provenientes de locais mais privilegiados em escolas, exerciam as funções de professores e transmitiam seus conhecimentos aos demais, contratados no município.

A CER-3, com a implantação do loteamento e criação do distrito de Jardim, incentivou a criação de uma escola municipal, o Grupo Escolar Coronel Juvêncio, e foram adotadas medidas para garantir o adequado funcionamento. Prestou auxílio na construção, fornecia material escolar e os professores eram gratificados monetariamente pela organização militar.

A chefia da CER-3, em 1954, determinou a criação de uma taxa mensal para a contribuição com a educação pública, a ser paga por todos os seus integrantes, com variação de acordo com o salário recebido.

Em 1951, atendendo aos apelos da Campanha Nacional de Alfabetização de Adultos, a CER-3 incentivou a matrícula dos seus trabalhadores que não soubessem ler no curso realizado nas instalações do grupo escolar municipal. O incentivo foi de uma forma peculiar, pois havia um aviso de que aqueles que não se dedicassem ao aperfeiçoamento seriam transferidos para locais com menos conforto ou até mesmo demitidos. E era realizado um desconto nos honorários pelas faltas nas aulas do curso. De uma maneira positiva, de forma oposta, havia a promoção salarial daqueles que obtivessem a aprovação, como um reconhecimento dos seus esforços. Da mesma maneira que no grupo escolar, os professores do curso eram gratificados financeiramente pela CER-3.

O incentivo para a escolarização de seus integrantes e familiares não era restrito aos que trabalhavam na sede da CER-3. Com a maior parte do efetivo destacado nos trabalhos rodoviários, estendidos ao longo das estradas para Porto Murtinho, Bela Vista e Maracaju, residindo em acampamentos montados para apoiar os trabalhos, havia a necessidade de melhorar as condições de vida dessa parcela de servidores. Foram estabelecidas escolas nos acampa-

mentos, locais em que era ministrada a educação primária aos dependentes e, aos adultos, o curso de alfabetização noturno. Havia o fornecimento do material escolar, incluindo os livros, cadernos e uniformes. Os professores recebiam a remuneração profissional pela CER-3, e foi registrada a atuação da professora Neide Flores Nogueira contratada com dezesseis anos de idade.

Com o crescimento populacional e a criação do município, a participação na educação pública alcançou a parte mais conhecida e reconhecida pela população, a criação de uma instituição escolar própria da organização militar. Em 1956 foi dada a ordem para a construção de um prédio para o funcionamento do Grupo Escolar da CER-3, que entrou em funcionamento em 1958 com a denominação de Educandário da CER-3, depois alterada para Educandário Coronel Felício.

Com o início do funcionamento do Educandário, para ele passou a ser destinada a colaboração para a instrução pública, com o nome de caixa escolar. Mesmo os que não estudavam ou não possuíam dependentes estudando poderiam contribuir. Os recursos arrecadados eram geridos pela administração militar.

A atuação do Exército, não apenas pela construção de estradas, mas agindo na área educacional, evidencia a existência do processo civilizador, segundo o previsto por Elias (1993), com a educação sendo ministrada no propósito de provocar uma mudança no controle das paixões das pessoas, interligadas na situação de fronteiriços, contribuindo no estabelecimento de uma identidade nacional e para a delimitação da aplicação da força pelos Estados nacionais.

O Educandário Coronel Felício, evidenciando a participação dos militares na educação pública, foi merecedor de parte desta dissertação. O Educandário Coronel Felício, que recebeu nova denominação para atender as determinações da Lei 5.692/1971, em 1980 foi estadualizado, e encerrou suas atividades em 2001, quando foi incorporado à Escola Estadual Coronel Juvêncio. O funcionamento do educandário, por mais de vinte anos, como ápice de um processo de envolvimento dos militares nas atividades educacionais, demonstra o entrelaçamento dos três aspectos - Exército, Escolarização e Fronteira – naquela região fronteira e, quando funcionou sob a administração militar, com características diferenciadas de outras instituições escolares. O entrelaçamento contém em suas redes elementos de uma política relacionada com a segurança nacional e da ação socio-política e cultural do Exército Brasileiro, citada por Silva (2001), ao promover a escolarização na fronteira com o Paraguai.

Algumas peculiaridades do Educandário Coronel Felício foram descritas no trabalho, enfocando fatos do início, como os atos de criação e reconhecimento. A sua criação previa o

atendimento direcionado aos filhos dos funcionários, mas logo recebeu uma clientela ampliada para a população em geral. O reconhecimento para o funcionamento foi concedido pelo governo estadual como escola particular. Outro fator peculiar foi a designação do primeiro diretor, um funcionário da CER-3, e a punição que lhe foi imposta pela chefia que o designou. Os recursos para a manutenção da escola provinham da contribuição instituída de maneira universal entre todos os funcionários, até para os que não possuíam dependentes como estudantes, embora sem obrigatoriedade, em forma de contribuição para a educação pública. São evidências da tutela e ingerências da administração militar na gestão escolar.

Para o início do funcionamento da escola, como reflexo da situação educacional encontrada na fronteira e demonstrando a qualidade que era desejada para a instituição, foi planejado o Curso “Currículo de Professores do Grupo Escolar da CER-3”, o que evidencia a montagem de uma estrutura de apoio para os professores, que permitiu o desempenho das suas funções e o desenvolvimento da capacidade profissional. Foi realizada uma seleção para compor o quadro inicial dos professores, e as atividades escolares iniciaram em 1958 com professores formados no magistério ou capacitados pela CER-3. Do grupo inicial de professores, deve ser ressaltada a permanência de Rita Braga, que reside em Jardim desde a sua infância, quando presenciou o surgimento do município, depois realizou o treinamento para professores e contratada permaneceu na escola até a estadualização, onde de professora passou a diretora, cargo que exerceu por longo período. Durante sua trajetória, prosseguiu seus estudos, obtendo a titulação de mestre em Educação.

As peculiaridades trazem indícios para a montagem de uma figuração para a cultura escolar do Educandário Coronel Felício. Entre os indícios da cultura escolar foram apresentados os aspectos da arquitetura do prédio escolar, a aquisição, distribuição e controle do material escolar pela chefia da CER-3 e o cotidiano retratado nos planos de aulas da professora Zenir.

O trabalho de pesquisa não pode ser dado como encerrado com apenas esta dissertação. Outros locais de arquivos permaneceram para serem investigados, e com novas informações a serem obtidas. Além das perguntas que permanecem sem respostas, novas somaram-se às inicialmente elaboradas, e ainda não foram respondidas. Uma são referentes aos resultados ou reflexos da participação militar na área educacional, na percepção desse resultado pelas pessoas que participaram do processo como seus diversos personagens, sejam como professores ou como alunos, e como essa ação foi transformadora no estabelecimento de uma cultura própria, se existente, para a região.

Os novos questionamentos apresentados durante o desenvolvimento do trabalho acadêmico despertam novas temáticas a serem exploradas em pesquisas sobre a educação na região. Essas novas possibilidades foram brevemente citados no texto: as escolas confessionais, incluindo evangélicas, salesianas e redentoristas, e suas relações com os militares; a penetração das ideias escolanovistas nas escolas da região; as informações contidas no caderno com plano de aulas da professora Zenir; e o envolvimento militar na educação como uma ação direcionada de uma política de segurança nacional. Sobre este último aspecto, pode ser mencionada a destinação da CER-3 para atuar no Território Federal de Ponta Porã, criado no interesse da defesa nacional e os “altos interesses da Defesa Nacional”, mencionados pelo comandante do II Exército no ofício propondo como Serviço Nacional Relevante o tempo prestado pelos militares na CER-3.

A participação dos militares na educação pública na região de fronteira do Brasil com o Paraguai, bem como a influência do Educandário Coronel Felício, não estão finalizadas. O Exército permanece com sua presença no município de Jardim, ocupando as instalações da extinta CER-3 e os prédios onde funcionou o Educandário. A Escola Estadual Cel Juvêncio, recebedora do apoio da CER-3 para a sua implantação, nos primórdios da educação pública no município, é um estabelecimento escolar de destaque na região. Os ex-alunos do Educandário hoje exercem diversas atividades profissionais. Existe, portanto, uma participação militar, iniciada com a CER-3, no processo de construção de instituições escolares na região e inserido na construção do sistema educacional do Brasil.

Procurei dedicar o máximo dos meus esforços na elaboração desse trabalho, e acredito que o resultado é o melhor que me foi possível apresentar, com as limitações inerentes a vida acadêmica, como os prazos estabelecidos e os acessos para as pesquisas em arquivos. Ao finalizar esta etapa, desejo que ela esteja compatível com as expectativas de todos que tomaram conhecimento da empreitada acadêmica, e que eles não se sintam desapontados.

Mesmo com as limitações expostas, sinto muito orgulho de tê-lo realizado e de poder compartilhar o conteúdo com seus leitores.

Fontes e Referências

1. Fontes

1.1 Leis, decretos e regulamentos

BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brazil (1946).

_____. Constituição da República Federativa, 1988.

_____. Lei de Terra. Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm

_____. Decreto-Lei nº 4.130 de 26 de fevereiro de 1942. Estabelece a Lei do Ensino Militar.

_____. Decreto-Lei nº 7.967 de 18 de setembro de 1945.

_____. Decreto – Lei Nr. 8.529, de 2 de janeiro de 1946. Lei Orgânica do Ensino Primário.

_____. Decreto nº 36.072, de 17 de agosto de 1954. Considera como Serviço Nacional Relevante, Publicado no D.O. de 20 ago. de 1954 e no Boletim do Exército nº 34, de 21 de agosto de 1954. <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-36072-17-agosto-1954-327001-publicacaooriginal-1-pe.html>

_____. Diário Oficial da União. 19 de fevereiro de 1959. Seção I, páginas 19 e 30.

_____. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

_____. Decreto-Lei nº 869, de 12 de setembro de 1969. Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=178916>. Acesso em 05 de fevereiro de 2012.

_____. Lei 5.692/1971. Fixa as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus.

_____. Lei nº 9.394, de 20 dez. 1996. Estabelece as diretrizes e Bases da Educação Nacional. (LDB). Publicada no Diário Oficial da União de 23 de dezembro de 1996.

_____. Lei nº 9.786 de 8 de fevereiro de 1999. Dispõe sobre o ensino no Exército. (Lei do Ensino no Exército). Publicada no Diário Oficial da União de fevereiro de 1999.

_____. Decreto nº 3.182 de 23 de setembro de 1999 (Regulamento da Lei do Ensino do Exército). Regulamenta a Lei nº 9.786 de 08 de fevereiro de 1999. Publicada no Diário Oficial da União de 24 de setembro de 1999.

_____. Lei nº 11.738 de 16 de julho de 2008. Institui o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Publicada no Diário Oficial da União de 17 de julho de 2008.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. 4ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada. Acervo da CER-3 e Museu da CER-3. Boletins Internos da CER-3 de 1948 a 1982 e Histórico da CER-3.

DIRETORIA DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO (DFA). Histórico da Academia Militar das Agulhas Negras. Disponível em <<http://www.dfa.ensino.eb.br/pag-estabAMAN.htm>>. Acesso em 02 nov. 2010.

MATO GROSSO. Decreto nº 759 de 22 de abril de 1927. Regulamento da Instrução Pública Primária do Estado de Mato Grosso. Cuiabá, 22 de abril de 1927.

1.2 Relatórios e mensagens

BRASIL. Ministério da Guerra. **Relatório** apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, em maio de 1935. Disponível em <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2336/000019.html>>. Acesso em 05 de março de 2011.

BRASIL. Ministério da Guerra. **Relatório** apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, em maio de 1936. Disponível em <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2337/000001.html>>. Acesso em 29 de novembro de 2011.

BRASIL. Ministério da Guerra. **Relatório** apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, em maio de 1938. Disponível em <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2339/000001.html>>. Acesso em 05 de outubro de 2011.

BRASIL. Ministério da Guerra. **Relatório** apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, em novembro de 1940. Disponível em <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2341/000196.html>> Acesso em 29 de novembro de 2011.

MATO GROSSO. **Relatórios dos presidentes da província para a Assembléia Provincial**. Anos de 1930 e 1951. Disponível em: http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/mato_grosso

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.

2. Referências

ADAMO, Camila Cremonese. **Fronteira, mitos e heróis: a criação e apropriação da figura do Tenente Antônio João Ribeiro no Antigo Sul de Mato Grosso**. 177 f. Dissertação (Mestrado em História), UFGD, Dourados/MS, 2010.

ALMEIDA FILHO, Orlando José de. **A estratégia da produção e circulação católica do projeto editorial das coleções de Theobaldo Miranda Santos: (1945-1971)**. 2008. Tese (Doutorado em Educação: História, Política Sociedade). Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC / SP), São Paulo / SP. Disponível em <http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=7517__>

AMARAL, Marilea Lima Prazeres. **Educação Militar pós-1985: os currículos da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME)**. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciência

Política). Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Pernambuco (UFPE). Recife / PE.

ANDO, Marta Yumi; SILVA, Rosa Maria Graciotto. **A imagem da criança nas líricas infantis de Olavo Bilac e de Vinicius de Moraes**. Acta Scientiarum. Human and Social Sciences, v. 26, no. 1, p. 35-47, 2004. Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Estadual de Maringá.

ANTUNES, Marcos Pereira. **Uma batalha simbólica**: memória da Retirada da Laguna no contexto de profissionalização do Exército Brasileiro (1906-1930). 116 f. Dissertação (Mestrado em História), UFGD, Dourados/MS, 2006.

ARRUDA, Maria Aparecida Pereira de. **Histórias que o povo não conta**. Jardim/MS: Gráfica Bodoquena, 2005

BRASIL. EMBRAPA FLORESTAS. Rotta, Emílio; OLIVEIRA, Yeda Maria Malheiros de. **Cultivo da Erva-Mate**: distribuição geográfica. Sistemas de Produção, 1. Versão eletrônica. Nov./2005. Disponível em <<http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Erva-mate/CultivodaErvaMate/apresentacao.htm>>. Acesso em 20 Dez. 2011.

CANCLINI, Nestor. **Culturas híbridas**. São Paulo: EDUSP, 2003.

CAMBI, Franco. História da Pedagogia. Trad. Álvaro Lorencini. São Paulo: Fundação Editora da UNESP (FEU), 1999.

CENTENO, Carla Villamaina. **A educação do trabalhador nos ervais de Mato Grosso (1870-1930)**: crítica da historiografia regional, de suas concepções de trabalho, história e cultura. Campo Grande, 2000. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, UFMS.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. Culturas escolares: algumas questões para a História da Educação. In: FERREIRA, Antonio G. **Escolas, culturas e identidades**. (Vol I). Coimbra: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação / Fundação Calouste Gulbenkin, 2004. p 91-102.

DOURADO, Maria Teresa Garritano. **Mulheres comuns, senhoras respeitáveis**: a presença feminina na Guerra do Paraguai. 131 f. Dissertação (Mestrado em História), UFMS, Dourados/MS, 2002. Publicada em livro (Campo Grande: Editora UFMS, 2005)

ELIAS, Norbert. **Envolvimento e Alienação**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador** – Volume 2: Formação do Estado e Civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Trad. Pedro Süsskind. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

FARIA FILHO, Luciano. M. Escolarização, cultura e práticas escolares no Brasil: elementos teórico-metodológicos de um programa de pesquisa. In: LOPES, Alice E. e MACEDO, Elizabeth. **Disciplinas e integração curricular**: história e políticas. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

FORAGATO, Joares Roberto Campos. Estações Ferroviárias do Brasil. Coronel Salgado, Município de Veranópolis – RS. 2009. Disponível em: http://www.estacoesferroviarias.com.br/sc_troncosul/celsalgado.htm. Acesso em 20 de abril de 2012.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; SOARES, Leôncio. Uma história da alfabetização de adultos no Brasil. p. 255-277. In: STEPHANOU, M & BASTOS, M. H. C. **Histórias e memórias da educação no Brasil**. (Vol. III). Petrópolis: Vozes, 2005.

GRUPO RETIS. Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://igeo-server.igeo.ufrj.br/retis>

GUIMARÃES. Acyr Vaz. **Seiscentas léguas a pé**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1999. p. 193

GUIMARÃES. Acyr Vaz. **Mato Grosso do Sul, sua evolução histórica**. 2 ed. Campo Grande: UCDB, 2001.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Editora Centauro, 2006.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. **História da Educação Brasileira: leituras**. São Paulo: Pioneiras Thomson Learning, 2003.

JULIA, Dominique. A Cultura Escolar como Objeto Histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 1, p. 9-44, jan./jun. 2001.

LAVARDA, Marcus Túlio Borowiski. **A iconografia da Guerra do Paraguai e o periódico Semana Ilustrada, 1865-1870: um discurso visual**. 2009. 140 f. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados (FCH / UFGD). Dourados/MS.

LIMA, Rita Carmen Braga. **Jardim: a história de uma cidade**. Jardim: Gráfica Bodoquena, 2006.

LIMA, Rita Carmen Braga. Entrevista concedida a Fernando dos Anjos Souza, em 03 de março de 2011.

LIMA, Rita Carmen Braga. Um novo olhar. Jardim Online. Disponível em: <http://www.jardimonline.com.br/?pg=novoohar>. Acesso em 22 de abril de 2012.

LOPES, Joaquim Francisco. **As derrotas de Joaquim Francisco Lopes**. Atualização e introdução de Hildebrando Campestrini. Campo Grande – MS: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2007. Disponível em: < <http://www.ihgms.com.br/> > Acesso em 25 Nov. 2011.

LOURENÇO FILHO, Manuel Bergström. O problema da educação de adultos. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 81, n. 197, p. 116-127, jan./abr. 2000.

MARCILIO, Humberto. **História do ensino em Mato Grosso**. Cuiabá: Secretaria de Educação, Cultura e Saúde do Estado, 1963.

MEDEIROS, Samuel Xavier de. **Memórias de Jardim**. Campo Grande: Ed. Teassul Ltda, 2002.

MELLO, Raul Silveira de. **A Epopéia de Antonio João**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1969.

MELO E SILVA, José de. **Fronteiras Guaranis**. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1989.

MONARCHA, Carlos; LOURENÇO FILHO, Ruy. (org). **Por Lourenço Filho: uma biobibliografia**. Brasília: INEP/MEC, 2001.

MONARCHA, Carlos. Para o azul, para o centro, marcha para o Brasil profundo: escolarizar os vazios da nação. In: VIDAL, Diana Gonçalves; SCHWARTZ, Cleonara Maria. (Org.). **História das culturas escolares no Brasil**. Vitória: EDUFES, 2010, p.125-156. (Coleção horizontes da pesquisa em história da educação).

OLIVEIRA, Benícia Couto de. **A política de colonização do Estado Novo em Mato Grosso (1937-1945)**. 1999. 243 p. Dissertação (Mestrado em História) – FCL/UNESP, Assis.

PARENTE, Paulo André Leira. **A construção de uma nova História Militar**. Revista Brasileira de História Militar. Edição especial de lançamento. 2009. Rio de Janeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM. **Histórico do município**. Disponível em <<http://www.jardim.ms.gov.br/portal1/municipio/historia.asp?iIdMun=100150045>>. Acesso em 05 de março de 2011.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. **Uma ferrovia entre dois mundos: a E. F. Noroeste do Brasil na construção histórica de Mato Grosso (1918-1956)**. São Paulo, 1999. 559p. Tese (Doutorado em História Econômica) – FFLCH/USP.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. Joaquim Murtinho, banqueiro: notas sobre a experiência do Banco Rio e Mato Grosso (1891-1902). **Estud. hist.(Rio J.)**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 45, June 2010 .Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21862010000100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 26 Nov. 2011. <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-21862010000100006>>.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimo. “Caminhos e fronteiras”: vias de transporte no extremo oeste do Brasil. In: Filho, Alcides Goularti; Queiroz, Paulo Roberto Cimo. (org.). **Transportes e formação regional: contribuições à história dos transportes no Brasil**. Dourados: Ed. UFGD, 2011. 462p.

ROCKWELL, Elsie. **Metáforas para encontrar histórias inesperadas**. In: NEPOMUCENO, M>A. & TIBALLI, E. A educação e seus sujeitos na história. Belo Horizonte: Argumentvm, 2007, p. 15-33.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930-1973)**. 36 ed. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2010.

ROSA, Maria da Glória Sá. **Memórias da cultura e da educação em Mato Grosso do Sul: história de vida**. Campo Grande/MS: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 1990.

ROSA, Guimarães. **Sanga Puitã**. In: Ave, Palavra. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1970. p. 19-25.

ROSA, Jaquerson Cavanha. **O papel da Comissão de Estradas de Rodagem Nº 3 na (Re)produção do espaço urbano de Jardim – MS (1945-1984)**. Trabalho de Conclusão de Curso - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Curso de Geografia- Licenciatura Plena. 2010. 89f

SAVIANI, Demerval. A política educacional no Brasil. In: STEPHANOU, M & BASTOS, M. H. C. **Histórias e memórias da educação no Brasil**. (Vol. III). Petrópolis: Vozes, 2005. p. 29-38

SENA, Divino Marcos de; BRITO, Silvia Helena Andrade de. A ORGANIZAÇÃO DO Trabalho Didático na Escola Moderna: o caso do Grupo Escolar Luis de Albuquerque – (Corumbá/MT, 1924 – 1970). In: ALVES, Gilberto Luiz (org.). **Pensamento e Prática Educacionais: Entre Clássicos, Instituições Escolares e o Mercado**. Campo Grande, MS: Ed UNIDERP, 2007. p. 95-107.

SILVA, Andréa Natália da. **Instituição Vicentina de Gijzegem: Um Entrelaçamento de Relações entre Política, Religião e Educação na Instituição da Sociedade Fronteiriça Brasil/Paraguai entre 1940 a 1980**. 2008. 285 p. Dissertação (Mestrado em Educação). Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande / MS.

SILVA, Celeida Maria Costa de Souza e. **História das práticas pedagógicas e cultura escolar do Colégio Salesiano de Santa Teresa, Corumbá- MS (1972-1987)**. 2009. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas (FE / UNICAMP), Campinas / SP.

SILVA, Wesley. **O Colégio Militar de Belo Horizonte: a educação na “Ordem do Dia”**: 1956 – 1962. 202 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação / UFMG. Belo Horizonte /MG.

SILVA, Roberto Aguilar Machado Santos. **Profilaxia e Controle do Mal de Cadeiras em Animais Domésticos no Pantanal**. Eliane Semidei de Souza Lima, Laura Ramirez, Alberto Martín Rivera Dávila. Corumbá: Embrapa Pantanal, 2004.

SOUZA, Rosa de Fátima. História da cultura material escolar: um balanço inicial. In: BENCOSTA, Marcus Levy Albino (org.) **Culturas Escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos**. São Paulo: Cortez Editora, 2007. p. 163-189.

SQUINELO, Ana Paula. **Guerra do Paraguai, essa desconhecida... ensino, memória e história de um conflito secular**. 144 f. Dissertação (Mestrado em História), UFMS, Dourados/MS, 2001.

TAUNAY, Alfredo D' Escragnolle (Visconde de Taunay). **A retirada da Laguna: episódio da Guerra do Paraguai**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed. 2006.

TAUNAY, Alfredo D' Escragnolle (Visconde de Taunay). **Memórias do Visconde de Taunay**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed., 1960.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS). **Memória da Cartilha**. Escolas e aulas da década de 1920 no Rio Grande do Sul. Disponível em <http://www.ufrgs.br/faced/extensao/memoria/>

VIDAL, D. G. Cultura e práticas escolares: a escola como objeto de pesquisa. In: **Culturas escolares**. Estudo sobre práticas de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França, final do século XIX). Campinas: Autores Associados, 2005, p 21-69.

VIÑAO FRAGO, A. **Fracasan las reformas educativas? La respuesta de un historiador**. In: Sociedade Brasileira de História da Educação (org.). Educação no Brasil: história e historiografia. Campinas, Autores Associados/SBHE, 2001.

VIÑAO GRAGO, A. Espaços, usos e funções: a localização e a disposição física da direção escolar na escola graduada. In: BENCOSTTA, Marcus Levy Albino (org.). **História da Educação, Arquitetura e Espaço Escolar**. São Paulo: Cortez Editora, 2005. p. 15-47.

VIVEIROS, Esther Maria Terestrello da Câmara de. **Rondon conta sua vida**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2010.

WOLFF, Silvia Ferreira Santos. **Jardim America**. São Paulo: Edusp, 2001.p. 219-234.

APÊNDICE A – Cronologia

1748	Criação da Província de Mato Grosso, desmembrada de São Paulo
1792	Criação da Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho, na cidade do Rio de Janeiro
1829-1857	Viagens exploratórias de Joaquim Francisco Lopes no sul de Mato Grosso
1838	Fundação do povoado de Santana de Paranaíba, na Província de Mato Grosso
1840-1850	Chegada dos primeiros colonos na região sul de Mato Grosso
1846	Registrada a presença de Gabriel Francisco Lopes e esposa na Fazenda Monjolinho, na região do rio Apa
1849	Morte de Gabriel Francisco Lopes
1850	Lei nº 601 – promulgação da Lei das Terras
1854	Decreto nº 1318 – regulamenta a Lei das Terras
1859	Presidente da Província de Mato Grosso ordena a instalação de uma colônia militar nas cabeceiras do rio Miranda
1860	Instruções para organização da Colonia Militar dos Dourados
1861	Instalação da Colonia Militar dos Dourados
1864-1870	Guerra do Paraguai
1864	Invasão paraguaia na região sul de Mato Grosso
1867	Retirada da Laguna – episódio da Guerra do Paraguai
1872	Assinado o Tratado de Paz, Amizade e Limites entre Brasil e Paraguai
1874	Construção da sepultura para abrigar os restos mortais às margens do rio Miranda
1874	Delimitação dos limites entre Brasil e Paraguai na região do rio Apa
1882	Decreto nº 8799 – concessão para Tomas Laranjeira colher erva-mate nos limites do Brasil com Paraguai
1890	Povoado de Bela Vista é elevado a distrito
1890-1905	Chegada de migrantes gaúchos na região sul de Mato Grosso
1891	Constituição da Companhia Mate Laranjeira, com Tomás Laranjeira e Banco Rio e Matto Grosso
1893	Revolução Federalista no Rio Grande do Sul
1905	Linhas telegráficas em Bela Vista, encontro de Rondon com Dona Senhorinha na Fazenda Jardim
1906	Instalação do 7º Regimento de Cavalaria em Bela Vista
1908	Elevação a município do distrito de Bela Vista
1910-1930	Construção de quartéis no sul de Mato Grosso
1914	Circulação de trens entre São Paulo e Mato Grosso pela Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, estação de Aquidauana
1921	Decreto nº 15235 – criação do 6º Batalhão de Engenharia, em Aquidauana
1921	Transferência da sede do Comando Militar de Corumbá para Campo Grande
1924	Passagem da Coluna Prestes na região sul de Mato Grosso
1927	Decreto nº 759 – Regulamento do Ensino Primário
1930	Estudos para prosseguimento da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil para Corumbá e Ponta Porã
1930	Revolução de 1930 – Início da Era Vargas
1932-1935	Guerra do Chaco (Paraguai e Bolívia)
1932	Revolução Constitucionalista

1933	Início da utilização de tropas do Exército na construção de estradas
1934	Acampamento de uma companhia do 6º Batalhão de Engenharia na Cabeceira dos Touros, em trabalhos da estrada de Aquidauana para Bela Vista
1935-1936	Construção da ponte sobre o rio Miranda, na estrada para Bela Vista e Porto Murtinho
1935	Criação do 4º Batalhão de Sapadores, por transformação do 6º Batalhão de Engenharia
1937-1945	Estado Novo
1937	Decreto concedendo acréscimo de 20% aos vencimentos dos militares na região de fronteira
1937	Decreto-Lei nº 58 – Regula o loteamento e venda de terrenos para pagamento a prestações
1939	Transformação do 4º Batalhão de Sapadores em 4º Batalhão Rodoviário
1942	Decreto-Lei nº 4130 – Lei do Ensino Militar
1942	Decreto-Lei nº 4244 – Lei Orgânica do Ensino Secundário
1942	Batismo cultural de Goiânia
1943-1946	Território Federal de Ponta Porã
1945	Extinção do 4º Batalhão Rodoviário e criação da CER-3
1946	Lei nº 8592 – Lei Orgânica do Ensino Primário
1946	Feito o loteamento denominado Vila Jardim
1946	Constituição
1947	Guimarães Rosa cita as condições da educação na fronteira do Brasil com o Paraguai
1947	Campanha Nacional de Alfabetização de Adultos
1948	Criação do Distrito de Jardim
1948-1961	Debates para estabelecimento de uma lei com diretrizes para a educação nacional
1949	Instalação do Grupo Escolar Coronel Juvêncio no distrito de Jardim
1949-1950	Campanha Nacional dos Ginásios Gratuitos, criado o Ginásio de Bela Vista
1950	Término da construção da ligação ferroviária para Corumbá e Ponta Porã
1950-1960	Unidades do Exército atuando na construção de rodovias e ferrovias na região sul do país
1951	Lei nº 452 – Lei Orgânica do Ensino Primário do Mato Grosso
1951-1958	Chefia do Coronel Nelson Felício dos Santos na CER-3
1951	Recomendação do Coronel Felício para a matrícula no Curso Noturno de Alfabetização dos servidores da CER-3 que não fossem alfabetizados
1952	Criação da Escola Duque de Caxias em Cáceres-MT, por militares do 2º Batalhão de Fronteira
1954	Decreto nº 36072 – Considera serviço nacional relevante o prestado pelos batalhões de Engenharia de Exército, pelo presidente Getúlio Vargas
1954	Contribuição financeira do pessoal civil e militar da CER-3 para a Instrução Primária
1956	Ordem para a construção de um prédio para abrigar o Grupo Escolar da CER-3
195[?]	Criação do curso de Pontes e Estradas e Escola de Corte e Costura
1956	Criação do Curso de Revisão Intensivo para Admissão ao Ginásio na CER-3

1956	Criação do Curso de Alfabetização de Adultos no Acampamento de Bo-caina da CER-3
1957	Matrícula de alunos nas aulas no acampamento do Canindé da CER-3
1957	Implantação do curso “Currículo de professores do Grupo Escolar da CER-3”
1958	Existência da Escola Rural do Canindé ou Escola Primária do Canindé
1958	Inauguração do prédio do Grupo Escolar da CER-3
1958	Registro no Departamento de Educação e Cultura de Mato Grosso do Educandário CER-3
1958	Admissão de professores do Educandário no quadro de servidores da CER-3
1958	Autorizada a matrícula de estranhos à CER-3 no Educandário
1958	Regulamentada a contribuição de todos os servidores da CER-3 para caixa escolar do Educandário
1959	Publicação de livros aprovados pela Comissão Nacional ao Livro Didático
1961	Lei nº 1510 – Criação pelo governador do estado de Mato Grosso do Ginásio de Jardim
1961	Lei nº 4024 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
1962-1970	Vigência do Plano Nacional de Educação, aprovado em 1962 pelo Conselho Federal de Educação
1963	Mudança na denominação do Educandário da CER-3 para Educandário Coronel Felício
1964	Criação da Escola Normal de Jardim
1966	Construção do prédio para o jardim de infância e pré-escola no Educandário
1971[?]	Alterada a denominação para Escola de 1º Grau “Coronel Felício”
197[?]	Alterada a denominação para Escola de Pré-Escolar de 1º Grau Coronel Felício
1971	Lei nº 5692 – Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus
1975	Lei nº 6025 – Lei do Ensino do Exército
1977	Criação do Estado de Mato Grosso do Sul
1979	Lei nº 6634 – Regula as atividades na faixa de fronteira
1980	Decreto nº 85064 – Regulamenta a Lei 6634/79
1980	Assinatura do termo de empréstimo em regime de comodato da Escola Coronel Felício, do Exército para o Estado de Mato Grosso do Sul
1980	Estadualização da Escola Coronel Felício
1981	Integração da Escola Estadual de 2º Grau de Jardim, e alteração na denominação para Escola Estadual de 1º e 2º Graus Coronel Felício
1984	Extinção da CER-3
1988	Constituição Federal
1995	Lei nº 9131 – Revoga parte da Lei 4024/61
1996	Lei nº 9394 – Lei de Diretrizes para a Educação
1999	Lei nº 9786 – Lei do Ensino do Exército
1999	Decreto nº 3182 – Regulamento da Lei do Ensino do Exército
2003	Encerramento das atividades da Escola Estadual de 1º e 2º Graus Coronel Felício
2008	Lei nº 11.738 - Instituição do piso salarial para os professores no Brasil

Anexo A – Ordem para construção do prédio para o grupo escolar p. 1

MINISTÉRIO DA GUERRA
 Centro Militar
 Região Militar
 CER/3

- 316 -

SÉDE DA CER/3 EM JARDIM(MT).

26 DE MARÇO DE 1956

BOLETIM INTERNO Nº 58

LICO, PARA CONHECIMENTO DA COMISSÃO E DEVIDA EXECUÇÃO, O SEGUINTE:

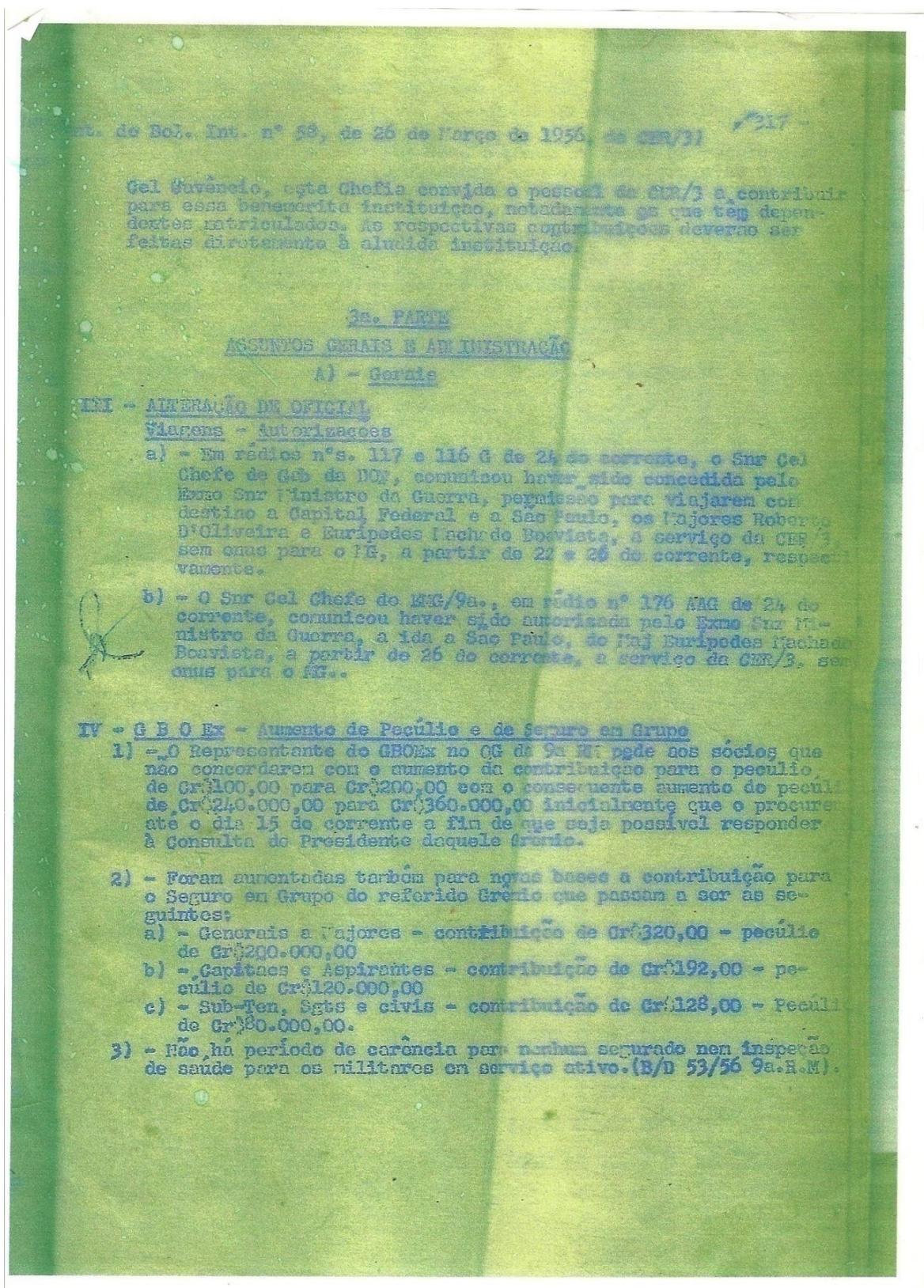
1a. PARTESERVIÇOS GERAIS1 - SERVIÇO DE DIA À COMISSÃO

Para o dia 26(2a.-feira) - Sgt. Orlando.

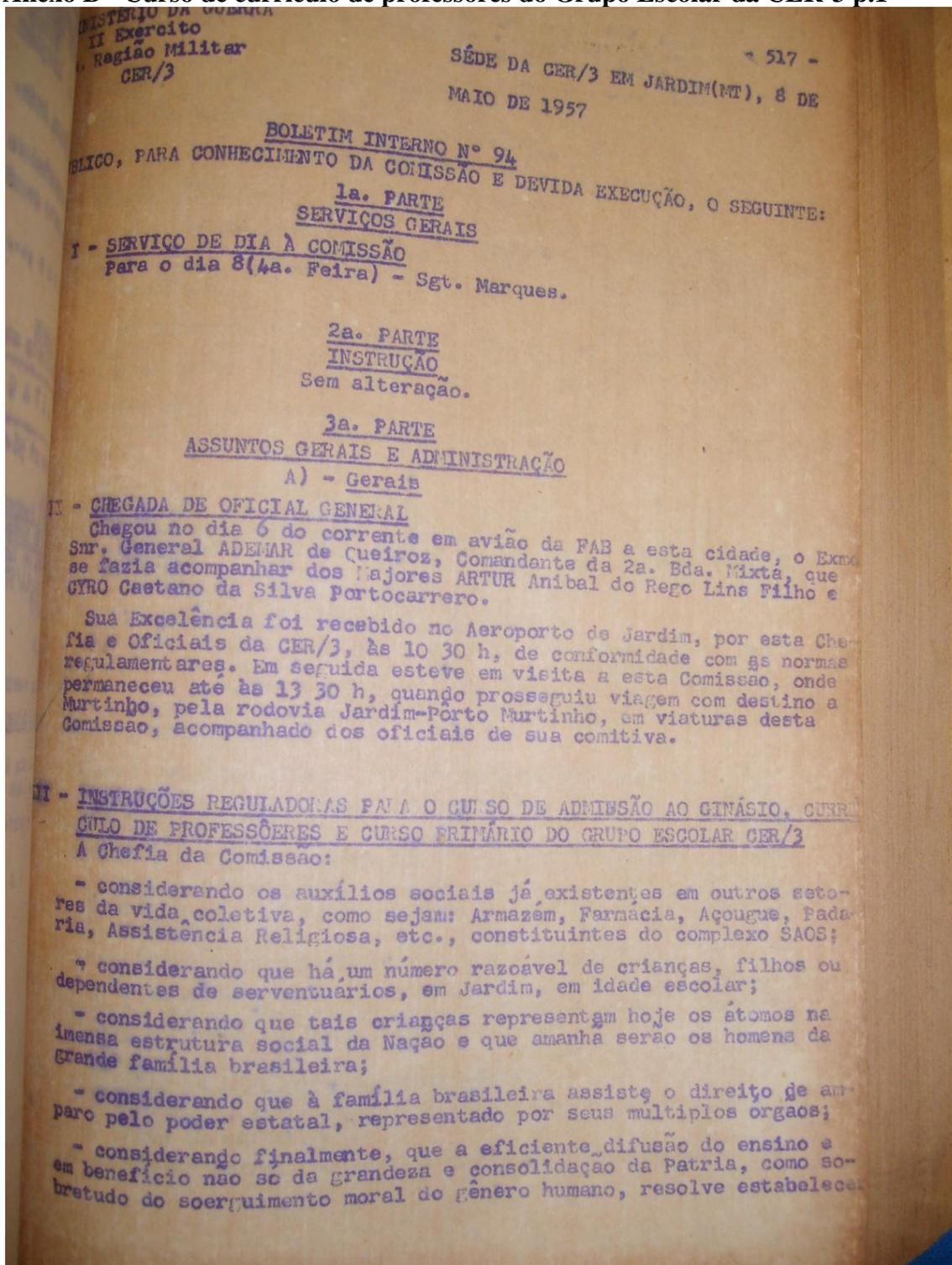
2a. PARTEINSTRUÇÃO1 - GRUPO ESCOLAR DA CER/3

- 1) - Considerando a conveniência de organização de um estabelecimento de ensino primário, para os filhos dos serventários da CER/3, nos moldes dos existentes nas Unidades Roda-Ferrovárias do Exército, determino à S/4 o preparo do respectivo projeto, de acordo com a legislação vigente, para construção ainda no corrente ano, de modo a poder entrar em funcionamento em 1957, com os cursos anexos de Jardim de Infância, Admissão e de Alfabetização de Adultos.
- 2) - Fica reservada a quadra, onde está instalada a Agência Postal Telegráfica, para o estabelecimento em apreço.
- 3) - Será organizado, oportunamente, o respectivo regulamento, calcado nas disposições legais que regem o assunto.
- 4) - Considerando que as despesas já comecadas com a organização do projeto, cessará a partir de 1 Abr 56 a ajuda financeira da CER/3 ao Grupo Escolar local, ficando, em consequência, suspenso, a partir da mesma data, o desconto de contribuições para esse fim, as quais serão restabelecidas, em favor da escola própria da Comissão, quando esta entrar em funcionamento, e de acordo com a regulamentação a ser publicada.
- 5) - Continuará, a título gratuito, o fornecimento de água e luz ao Grupo Escolar Cel Juvêncio.
- 6) - A assistência médica e odontológica, aos alunos do Grupo Escolar local, passará a obedecer as prescrições vigentes, relativamente ao pessoal da Comissão e à população em geral.
- 7) - O Curso Noturno, criado para os serventários da Comissão, será reaberto, a partir de 1 Mai 56, em dependência própria da CER/3.
- 8) - Seja considerado como doado ao Grupo Escolar Cel Juvêncio, a título de auxílio social, todo o material fornecido; carteiras escolares, mesas etc; a S/5 aproprie, sob o mesmo título, as obras ultimamente realizadas, tal como o foram as obras de terraplenagem do referido Estabelecimento em 1951.
- 9) - Considerando a necessidade da criação da Caixa Escolar no Grupo

Anexo A – Ordem para construção do prédio para o grupo escolar p. 2



Anexo B - Curso de currículo de professores do Grupo Escolar da CER-3 p.1



Fonte: Acervo da CER-3